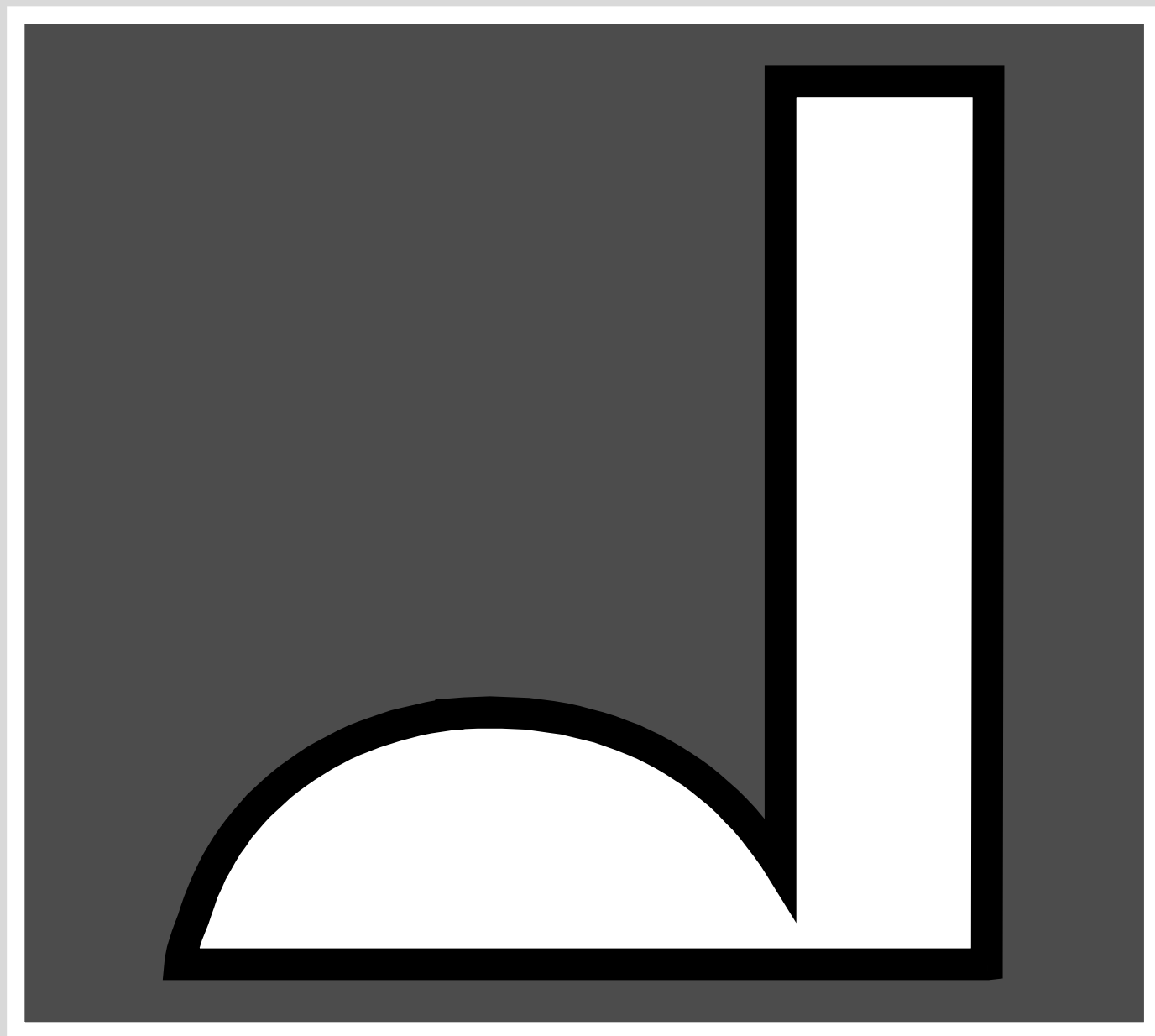




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 158 – QUARTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Paulo Paim – BLOCO – PT – RS

2º Vice-Presidente

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

1º Secretário

Romeu Tuma – PFL – SP

2º Secretário

Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário

Heráclito Fortes – PFL – PI

4º Secretário

Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário

1º João Alberto Souza – PMDB – MA

2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT

3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC

4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS**LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO
GOVERNO - 23
(PT, PTB, PSB, PL)****Líder**

Tião Viana PT-AC

Vice-Líderes

Antonio Carlos Valadares

Magno Malta

Fernando Bezerra

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Ideli Salvatti

Geraldo Mesquita Júnior

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA
MINORIA 29
(PFL – PSDB)****Líder**

Efraim Morais PFL-PB

Vice-Líderes

Tasso Jereissati

César Borges

Eduardo Azeredo

Rodolpho Tourinho

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Aloizio Mercadante PT-SP

Vice-Líderes

João Capiberibe

Fernando Bezerra

Patrícia Saboya Gomes

Hélio Costa

Marcelo Crivella

LIDERANÇA DO PMDB - 20**Líder**

Renan Calheiros PMDB-AL

Vice-Líderes

Hélio Costa

Sérgio Cabral

Luiz Otávio

Ney Suassuna

Garibaldi Alves Filho

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -18**Líder**

José Agripino PFL-RN

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Paulo Octávio

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 11**Líder**

Arthur Virgílio PSDB-AM

Vice-Líderes

Antero Paes de Barros

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT - 5**Líder**

Jefferson Péres PDT-AM

Vice-Líder

Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 3**Líder**

Mozarildo Cavalcanti PPS-RO

Vice-Líder

João Batista Motta

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Sérgio Castro

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 132ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 1.928/2003, de 26 do corrente, encaminhando o resultado da auditoria realizada em atendimento às solicitações do Requerimento nº 806, de 2003, do Senador Pedro Simon, e informando que a referida matéria ainda não foi objeto de manifestação definitiva daquela Corte de Contas. 29631

Nº 2.384/2003, de 17 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.360/2003-TCU, que propõe uma imediata inspeção junto às instituições que menciona, a fim de atender às solicitações do Requerimento nº 511, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa. 29631

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.411/2003, de 19 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 541, de 2003, do Senador Luiz Otávio... 29631

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 767/2003, de 25 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2002 (nº 258/2003, naquela Casa), de autoria dos Senadores José Sarney e Bello Parga, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona. 29631

Nº 768/2003, de 25 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001 (nº 1.568/2003, naquela Casa), de autoria do Senador José Sarney, que institui a Política Nacional do Livro. 29632

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.367, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 1999 (nº 722/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 512, de 1999, referente à inspeção realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 29632

Nº 1.368, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 219, de 2000 (nº 7.424/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 876, de 2000 – TCU (Plenário), referente à Auditoria realizada nas obras de modernização do Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE, para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional no exame da proposta orçamentária para o exercício de 2001. 29633

Nº 1.369, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 179, de 2003 (nº 417/2003, na origem), da Presidência da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$27,500,000.00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre. **(Projeto de Resolução nº 43, de 2003)**. 29635

Nº 1.370, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 199, de 2003 (nº 490/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Schwartzman para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. 29638

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, a Projeto de Resolução nº 43, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente. 29639

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 873, de 2003, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso ao jovem atleta brasileiro Alfredo Marchetti, fenômeno das piscinas aos 9 anos de idade e invicto em 66 torneios, pela conquista do troféu de melhor atleta mundial de Natação, na sua categoria, disputado recentemente no Aqua-

tic Center de Nova Iorque, bem como por exemplar postura de brasilidade. 29639

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 654, 655, 656, 657 e 658, de 2003. 29640

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 294, 397, 409, 469, 478, 496 e 524, de 2003, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. 29640

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Comentários ao artigo da colunista Dora Kramer, do Jornal do Brasil, que questiona a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuba. 29642

SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Considerações sobre a viagem do Presidente Lula a Cuba. 29643

SENADOR CÉSAR BORGES – Preocupação com o conteúdo do projeto de lei orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo. 29644

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Participação de S. Ex^a nº 1º Encontro de Presidentes dos Poderes Legislativos dos Países do Mercosul, realizado na semana passada em Montevidéu, no Uruguai. 29649

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Comentários ao episódio da viagem da Ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, à Argentina. 29650

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Considerações sobre o pronunciamento do Senador Jefferson Peres. Análise dos resultados da última pesquisa CNI/Ibope sobre o aumento da inflação. 29650

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Comentários sobre a proposta de reforma tributária. 29652

SENADOR MAGUITO VILELA – Homenagem póstuma a Jerônimo Geraldo de Queiroz, ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG). 29654

SENADOR PAULO PAIM – Realização amanhã, no Palácio do Planalto, de evento de sanção do Estatuto do Idoso. 29655

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 874, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, volte a tramitar independentemente. 29655

1.2.10 – Leitura de indicação

Nº 3, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que sugere à Comissão de Rela-

ções Exteriores e Defesa Nacional, por seu intermediário, à Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia. 29655

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 875, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do professor e ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Jerônimo Geraldo de Queiroz. 29656

Nº 876, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. 29656

Nº 877, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 29657

1.2.12 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 75, de 2003, tendo como primeiro signatário do Senador Paulo Paim, que altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal. 29657

1.2.13 – Ofícios

Nº 853/2003, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Conjunta de Mercosul. 29660

Nº 1.410/2003, de 30 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros para comporem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 131, de 2003. 29660

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 125, de 2003, que institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 29660

Item 2

Medida Provisória nº 126, de 2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. **Apreciação sobrestada.** 29660

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Conces-

sionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 127, de 2003) **Apreciação sobrestada**..... 29660

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003 (nº 1.394/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**..... 29660

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 835, de 2003, – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003 (nº 4.853/2001, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. **Apreciação sobrestada**..... 29661

Item 6 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 855, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2003 (nº 2.226/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002. **Apreciação sobrestada**..... 29661

Item 7 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 856, de 2003, art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Projeto de Resolução nº 40, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.294, de 2003, Relator: Senador Pedro Simon), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiar parcialmente o Terceiro Projeto de Com-

bate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS. **Apreciação sobrestada**..... 29661

Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 838, de 2003 – art. 336, III)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999 (nº 5.460/2001, naquela Casa), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**..... 29661

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Medidas adotadas pelo Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes..... 29661

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES*, como Líder – Participação do Exército Brasileiro no combate à criminalidade..... 29664

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Participação do Brasil no mercado internacional. 29668

SENADOR *ALVARO DIAS* – As contradições nos nove meses do governo Lula. 29673

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Cobranças do governo federal para o descontinenciamento dos recursos da Cide destinados à recuperação das rodovias brasileiras. 29676

SENADOR *ALMEIDA LIMA*, como Líder – Considerações sobre a proposta de reforma tributária..... 29680

SENADORA *IDELI SALVATTI*, como Líder – Carga tributária no governo Fernando Henrique Cardoso. Acordo do FMI com a Argentina. Viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuba. 29682

SENADOR *HÉLIO COSTA*, como Líder – Avanços obtidos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva nos primeiros nove meses. 29684

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 878, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jakson de Barros Villa, insigne cidadão Roraimense..... 29685

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Parabeni-za a Petrobrás pelos 50 anos de existência, no próximo dia 3 de outubro..... 29685

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Considerações sobre o programa espacial brasileiro. 29687

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Reflexão sobre o trabalho divulgado pelo IBGE sobre os cem últimos anos do Brasil, denominado Estatísticas do Século XX. 29688

SENADOR ROMERO JUCÁ – Medidas adotadas pelo Ministério da Saúde visando à redução dos preços de medicamentos. 29689

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Transcrição do artigo do jornalista Clóvis Rossi, da **Folha de S.Paulo**, intitulado “Nasceu, presidente”, sobre os nove meses do governo Lula..... 29690

SENADOR LEONEL PAVAN – Homenagem às secretárias pelo transcurso do Dia Nacional da Secretária. 29691

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Análise da reportagem da jornalista Cecília Aires, publicada no jornal **O Popular**, de Goiânia, sob título “Dinheiro curto para Goiás”, que aborda a situação caótica em que se encontram as rodovias federais que cortam o estado. 29691

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 29693

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 30-9-2003

3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional no período

de 1º a 30 de setembro de 2003 e correspondência expedida..... 29695

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.846 a 4.855, de 2003. 29742

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 132ª Sessão Deliberativa Ordinária em 30 de setembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 1.928/2003, de 26 do corrente, encaminhando o resultado da auditoria realizada em atendimento às solicitações do Requerimento nº 806, de 2003, do Senador Pedro Simon, e informando que a referida matéria ainda não foi objeto de manifestação definitiva daquela Corte de Contas (TC-002.946/2003); e

– Nº 2.384/2003, de 17 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.360/2003-TCU, que propõe uma imediata inspeção junto ao Banco Central do Brasil e à Agência Nacional de Energia Elétrica, a fim de atender às solicitações do Requerimento nº 511, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa (TC-014.108/2003-0).

As comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação definitiva do Tribunal de Contas da União.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 1.411/2003, de 19 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 541, de 2003, do Senador Luiz Otávio.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

– Nº 767/2003, de 25 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2002 (nº 258 /2003, naquela Casa), de autoria dos

Senadores José Sarney e Bello Parga, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona.

– Nº 768/2003, de 25 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001 (nº 1.568/2003, naquela Casa), de autoria do Senador José Sarney, que institui a Política Nacional do Livro.

(Projetos enviados à sanção em 25-9-2003.)

PARECERES

PARECER Nº 1.367, DE 2003

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 1999 (nº 722/99 na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 512/99, referente à inspeção realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 722-SGS-TCU, de 12 de agosto de 1999, mediante o qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 512/99, adotada pelo Plenário daquela Corte, referente à auditoria realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os documentos ora apreciados foram enviados pelo TCU ao Senado Federal em atenção ao OF. SF nº 428, de 20 de maio de 1999, por meio do qual o Presidente desta Casa encaminhou cópia do Parecer nº 234/99, da Comissão de Assuntos Sociais, contendo solicitação àquele Tribunal.

A auditoria foi realizada pela 8ª Secretaria de Controle Externo, no período de 29-6 a 5-7-99, com a finalidade de verificar o cumprimento da Resolução CCFGTS nº 279, de 17-2-98, principalmente quanto à destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do FGTS.

O Aviso em análise, recebido neste Senado Federal, em 16 de agosto de 1999, e remetido a esta Comissão de Fiscalização e Controle em 17 de agosto do mesmo ano, consiste em cópia do expediente encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

I.2 – Análise da Matéria

Ao analisar a Decisão nº 445/98, do TCU, por meio do Parecer nº 234/99, a CAS decidiu solicitar àquele Tribunal que a mantivesse informada a respeito do cumprimento da Resolução CCFGTS nº 279/98. A intenção era a de acompanhar os efeitos das mudanças introduzidas nas normas que regulavam o direcionamento dado às receitas resultantes da aplicação das disponibilidades do Fundo.

Com o intuito de facilitar a compreensão do tema, a seguir, apresenta-se resumido histórico acerca da forma de remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS e de sua destinação.

Quando da realização da primeira auditoria, vigia a Resolução CCFGTS nº 45/91 que determinava:

I – Os recursos líquidos disponíveis, inclusive os do Fundo de Liquidez, serão remunerados, no mínimo, à taxa anual de juros de 6% (seis por cento), acrescida da remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia primeiro.

II – A remuneração de que trata o item anterior deverá ser creditada, no dia primeiro de cada mês, à conta de receitas financeiras do Fundo.”

Em decorrência da interpretação que fazia dos mencionados dispositivos, a Caixa Econômica Federal (CEF) — agente operador do FGTS — limitava-se a repassar ao Fundo apenas o produto da incidência dos juros equivalentes à Taxa Referencial¹ (TR) + 6% ao ano, incorporando como receitas próprias quaisquer valores obtidos além dessa remuneração. Registre-se que, por ser agente do Fundo, a Caixa já recebia uma taxa de administração.

Discordou dessa interpretação a equipe de auditoria do TCU, pois achava que toda remuneração obtida com a aplicação das disponibilidades deveria retornar ao Fundo. Suscitada essa questão, o Conselho Curador resolveu editar a Resolução nº 279/98, alterando substancialmente a sistemática até então vigente.

Assim, ficou estabelecido que, “a partir de 12 de março de 1998, toda rentabilidade auferida pelo Agente Operador, na aplicação das disponibilidades do Fundo, será repassada ao FGTS”. Além disso, coube à CEF garantir “a remuneração mínima dos recursos líquidos disponíveis correspondente à Taxa Referencial (TR) + 6% (seis por cento) ao ano ...”.

Outras inovações foram a instituição de uma taxa de *performance*, fixada em 10%, a que faria jus a CEF, sobre a parcela dos ganhos obtidos acima do mínimo estipulado, e a formação de um fundo de reserva visando a suportar o risco de crédito das opera-

ções contratadas até 28-2-98...”, cujo valor é limitado a 10% do saldo das operações.

Mais adiante, em 26-8-98, foi editada a Resolução CCFGTS nº 295, que prescreveu mais detalhadamente a sistemática de segregação e aplicação das disponibilidades do FGTS.

Os recursos do Fundo foram separados dos da Caixa — antes eram aplicados juntos e divididos em três contas: **a)** conta de depósitos, que mantém recursos suficientes para suportar os desembolsos de curtíssimo prazo, cujo valor não pode ultrapassar 10% do total da remuneração excedente, de acordo com as aplicações em títulos públicos federais, e, à segunda, a outra metade da remuneração excedente, a título de taxa de *performance* e para a constituição da Reserva para Risco de Crédito das operações contratadas até 28-2-98”.

Por fim, convém recordar que os documentos aqui analisados também foram enviados à Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista que a matéria em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2003. —
Ney Suassuna, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator –
Antonio Carlos Valadares – **Aelton Freitas** – **Ana Júlia Carepa** – **Delcídio Amaral** – **César Borges** –
Paulo Ocávio – **Leonel Pavan**.

¹ A Taxa Referencial (IR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, é calculada com base na remuneração mensal média dos CDB/RDB, emitidos a taxas de mercado prefixadas, com prazo de 30 a 35 dias. Resulta da aplicação de um redutor à taxa média desses papéis ponderada pelos volumes captados.

PARECER Nº 1.368, DE 2003

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 219, de 2000 (nº 7.424/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 876/2000-TCU (Plenário) referente à Auditoria realizada nas obras de modernização do Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE, para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional no exame

da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

Relator **ad hoc**: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

1.1 Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 219, de 2000 (Aviso nº 7494-SGS-TCU, de 20 de outubro de 2000, na origem), mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 876/2000, adotada pelo Plenário daquela Instituição, em 18 de outubro de 2000, referente à Auditoria realizada nas obras de modernização do Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife-PE, para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional no exame da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

As obras auditadas originaram-se de Termo de Convênio celebrado, em 17 de março de 2000, entre o Estado de Pernambuco e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, que definiu como prioridades os seguintes itens:

- a)** construção do novo terminal de passageiros e obras complementares;
- b)** construção do estacionamento de veículos;
- c)** infra-estrutura básica da área do novo terminal de passageiros; e
- d)** adequação do sistema de acesso ao aeroporto.

O valor total da obra conveniada foi estimado em US\$ 71.838.334,00 (setenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e quatro dólares americanos), dos quais acordou-se que US\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de dólares americanos) proveriam do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE); US\$2.238.334,00 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil e trezentos e trinta e quatro dólares americanos) da Infraero; e US\$7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil dólares americanos), do Estado de Pernambuco. O Instrumento estabeleceu, ainda, que os recursos provenientes do Prodetur correriam por conta do Estado de Pernambuco, da Embratur e da Infraero, na proporção de 50%, 30% e 20%, respectivamente.

O aviso em análise foi recebido neste Senado Federal, em 25 de outubro de 2000, onde foi protocolado como Aviso nº 219, de 2000, e encaminhado a

esta Comissão de Fiscalização e Controle — CFC, em 27 de outubro de 2000.

No âmbito da CFC, o ex-Senador Wellington Roberto foi inicialmente designado, em 26 de outubro de 2001, para relatar a matéria. Em 26 de dezembro de 2002, o processado foi devolvido à CFC, sem relatório, na forma do art. 89, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal. Finalmente, em 29 de julho de 2003, fomos designados pelo Presidente da CFC para relator da matéria.

1.2 Os Fatos Apurados pela Auditoria

A auditoria, a cargo da SECEX-PE, foi realizada no período de 26-6-2000 a 21-7-2000. A Unidade Técnica que realizou os levantamentos destacou a existência de “indícios de irregularidades graves”, tendo-os dividido em quatro grupos, a saber:

- 1) irregularidades no PT Embratur;
- 2) irregularidades no procedimento licitatório da Concorrência Pública Internacional nº 001/2000;
- 3) irregularidades no edital de pré-qualificação; e
- 4) irregularidades no compromisso celebrado.

Além disso, a Equipe Técnica mencionou a existência de “irregularidades imputadas à empresa projetista contratada para elaborar o projeto básico e o orçamento que estão sendo objeto de Representações, Processo nº TC-011.094/2000-5”.

1.3 As Propostas da Equipe Técnica do TCU e a Decisão do Tribunal

Em conclusão, a SECEX/PE propôs a realização de audiências de diversas autoridades dos órgãos públicos federais envolvidos com a obra e do Governo do Estado de Pernambuco, visando à obtenção de justificativas, relativamente aos indícios de irregularidades graves apontados no relatório da auditoria. Adicionalmente, sugeriu a conversão dos autos em “processo de acompanhamento para oportuna adoção de providências demandadas pela espécie”.

O Ministro Relator da matéria resolveu pelo não acatamento das propostas da equipe técnica, em sua quase totalidade, tendo o Tribunal, ao final, decidido por fazer as seguintes determinações à Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, no sentido de serem incluídos diversos elementos no Termo de Convênio firmado com o Estado de Pernambuco, dentre os quais destacam-se:

a) precisa indicação dos créditos que suportarão as despesas, inclusive quanto à origem dos recursos estaduais, genericamente especificados no Convênio;

b) indicação do projeto ou atividade, no orçamento do Estado de Pernambuco, a cuja dotação serão consignadas as transferências do Governo Federal para a obra em referência;

c) inclusão no Convênio da reforma do atual terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Guararapes, para maior clareza do seu objeto.

O Tribunal determinou, ainda, à SECEX-PE que acompanhasse a publicação do edital pertinente à Concorrência Pública Internacional nº 001/2000, verificando a fiel observância da legislação aplicável ao caso.

Concluiu, ao final, pela inexistência de irregularidades graves quanto aos procedimentos até aquele momento analisados.

1.4 Análise da Matéria

Preliminarmente, saliente-se que a matéria veio ao Senado Federal apenas para conhecimento, dentro da sistemática que vem sendo adotada pelo Tribunal de Contas da União de enviar a esta Casa todos os seus julgamentos relativos a auditorias realizadas. Saliente-se, ainda, que a auditoria foi realizada para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização na apreciação da Proposta Orçamentária Anual para o exercício de 2001.

Na apreciação da matéria, importa ressaltar a sua tramitação no âmbito do Senado Federal, especialmente nesta Comissão de Fiscalização e Controle — CFC:

–Recebimento do Aviso do TCU pelo Senado Federal: 25-10-2000;

–Recebimento do processado na CFC: 27-10-2000;

–Primeira distribuição da matéria para Relator (ex-Senador Wellington Roberto):

26-10-2001 (exatamente 1 (um) ano do recebimento do processado pela CFC);

– Devolução da matéria à CFC, sem proposta de parecer do Relator designado: 20-12-2002 (1 ano e dois meses após o recebimento do processado pelo Relator e 2 anos e 2 meses após o recebimento da matéria pelo Senado Federal);

–Designação do presente Relator: 29 de julho de 2003.

Desnecessário, assim, salientar a falta de tempestividade da presente análise, em face do longo tempo decorrido – aproximadamente 3 anos — desde o levantamento dos dados pela Equipe Técnica do TCU (26-6-2000 a 21-7-2000).

Foi possível, inclusive, a esta Relatoria verificar, na página mantida pelo Tribunal na Internet, a existência de trabalhos de auditoria mais recentes realizados no empreendimento em questão (Decisão nº 1000/2002 — Plenário e Decisão nº 1358/2002 — Plenário), que, presumivelmente, foram enviadas ao Senado Federal e, conseqüentemente, a essa Comissão. É possível, igualmente, supor-se que os respectivos processados, todos relativos à mesma obra de ampliação do Aeroporto Internacional Guararapes/PE, estejam tramitando separadamente.

Nesse sentido, o exame da matéria, no atual momento, afigura-se destituído de qualquer objetividade, nada mais restando a ser proposto senão o envio do processado ao arquivo.

Em casos semelhantes — matéria com longo tempo de tramitação na CFC —, seria conveniente que a Secretaria desta Comissão investigasse a existência de processados mais recentes sobre o mesmo empreendimento ou tema, alertando para a conveniência de promover-se à tramitação conjunta dos respectivos processados, o que poderia conferir maior objetividade e interesse nas deliberações desta Comissão.

1.5 Conclusões

A análise empreendida possibilitou as seguintes conclusões:

a) a apreciação da matéria, cerca de 2 anos e 9 meses após o recebimento do processado por esta CFC, reveste-se de absoluta falta de tempestividade, fato que está a exigir medidas corretivas;

b) a constatação de trabalhos de auditorias mais recentes sobre o empreendimento em questão — Ampliação do Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife/PE — sugere esforço para promover-se à tramitação conjunta dos respectivos processados, a fim de conferir maior objetividade nas análises e deliberações desta CFC;

c) no presente momento, nada mais resta a fazer, senão sugerir o envio do processado ao arquivo.

2. Voto

Diante do exposto, propomos que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio do processado ao arquivo.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2003. — **Ney Suassuna**, Presidente — **Luiz Otávio**, Relator **ad hoc** — **Antonio Carlos Valadares** — **Aelton Freitas** — **Ana Júlia Carepa** — **Delcídio Amaral** — **César Borges** — **Paulo Octávio** — **Leonel Pavan**.

PARECER Nº 1.369, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem Nº 179, de 2003 (Nº 417/2003 na origem), da Presidência da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte — Entrada de Porto Alegre.

Relator: Senador **Sergio Cabral**

I — Relatório

Trata-se de mensagem encaminhada ao Senado Federal, mediante a qual se solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares norte americanos), de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte — Entrada de Porto Alegre.

A operação de crédito em questão apresenta as seguintes características financeiras:

a) valor pretendido: US\$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

b) modalidade de empréstimo: moeda única (dólar dos Estados Unidos da América);

c) prazo de desembolso: 60 meses a contar da data da vigência do contrato;

d) amortização: dentro do prazo improrrogável de 15 anos a partir da vigência do contrato, em parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais sendo que a primeira parcela deverá ser paga 180 dias após a data prevista para o último desembolso;

e) juros: exigidos semestralmente, calculados com base na **Libor** semestral para dólar americano, acrescidos de um **spread** de 2,45% a.a. (dois e quarenta e cinco centésimos por cento ao ano);

f) comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, que começará a ser calculado 180 dias após a assinatura do contrato. Esta comissão será elevada para 1% (um por cento) caso haja ampliação do prazo original de desembolso;

g) comissão à vista: US\$231.250,00 (duzentos e trinta e um mil duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em uma única parcela, após a efetividade do contrato.

A minuta do contrato se encontra às fls. 184/191, à qual estão anexadas suas normas gerais, às fls. 192/206, a descrição do programa a que se destina o empréstimo, às fls. 207/209, a política para a aquisição de bens e serviços pelos tomadores do Fonplata, às fls. 210/216, as normas para a contratação de consultores pelos tomadores do Fonplata, às fls. 217/225 e o contrato de garantia, a ser firmado entre a União Federal e o Fonplata, às fls. 226/228.

Em âmbito municipal, o “Programa Integrado Entrada da Cidade” se encontra incluído no Plano Plurianual 2002/2005, aprovado pela Lei nº 8.748, de 20 de julho de 2001 (fls. 163). A lei municipal nº 8.995, de 30 de outubro de 2002, autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo junto ao Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, com garantia da União, para financiamento de obras de estruturação urbana e recuperação ambiental do Programa Integrado Entrada da Cidade (fls. 130/131). As minutas de contrato foram analisadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre em 7 de julho de 2003 (fls. 29/32).

A Gerência Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional apresentou, em 14 de novembro de 2002, o Parecer STN/GTCUR-2002/325, às fls. 17/24, no qual concluiu que estão cumpridas as exigências legais para a concessão de crédito com garantia da União Federal, solicitando, no entanto, preliminarmente, a análise da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público (COREF), e posteriormente à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Senado Federal.

A Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM apresentou, em 3 de dezembro de 2002, Nota Técnica às fls. 25/26, tendo concluído que “o resultado primário médio ponderado, dos anos analisados, foi positivo e suficiente para cobrir o serviço das dívidas contratadas e da operação de crédito em análise, sendo o município classificado na categoria “A”, conforme a Portaria STN nº 89, de 1997”.

A COREF, por intermédio do Parecer nº 168 STN/COREF/GERFI, de 4 de junho de 2003, às fls. 9/15, confirmou a inexistência de argumentos contrários à concessão de garantia da União, condicionando que previamente à formalização dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia e verificado o cumprimento das seguintes condicionalidades, relacionadas no Parecer: constituição da Unidade Executora do Programa; apresentação dos termos de referência e procedimentos para a contratação de consultores e dos procedimentos a serem aplicados para a contratação de construtores e fornecedores. (fls. 14)

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, ofereceu, em 18 de julho de 2003, o Parecer PGFN/COF/Nº 1.173/2003, às fls. 5/8, no qual concluiu por “não haver óbice legal à contratação da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, observadas, contudo, as ressalvas constantes do item 3. b”. As ressalvas dizem respeito à necessidade de se formalizar o contrato de contragarantia entre o Tesouro Nacional e o Município, bem como de se cumprirem às condições prévias à realização do primeiro desembolso, explicitadas no item “a. 2”, às fls. 7, quais sejam, as estabelecidas no Parecer da Coref, acrescidas da apresentação do decreto da Prefeitura Municipal mediante o qual se expropriam os terrenos necessários para a execução da totalidade do Programa.

II – Análise

O art. 52, V, da Constituição Federal, dispõe que compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal comete à Comissão de Assuntos Econômicos a competência para o exame da operação de crédito objeto desta Mensagem.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre pretende celebrar com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, contrato de operação de crédito externo no valor de US\$27,500,000.00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), pelo prazo de 174 (cento e setenta e quatro) meses, com carência de 60 (sessenta) meses e prazo de desembolso de 60 (sessenta) meses, contados a partir da vigência do contrato. Os juros previstos são de 2,45% ao ano, mais Libor de 6 (seis) meses para dólares norte-americanos, incidente sobre o saldo devedor do principal. Os juros de mora são de 20% das taxas normais de juros Libor

mais 2,30% ao ano de **spread** sobre parcelas vencidas. O pagamento deve ocorrer em 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o último desembolso. A Comissão de Administração é de US\$231,250.00 (duzentos e trinta e um mil duzentos e cinquenta dólares norte-americanos), pagável em uma única parcela na data do primeiro desembolso.

A Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”.

Os requisitos previstos no art. 21 da Resolução nº 43/01 se encontram atendidos. Constan dos autos declarações e documentos que atestam o atendimento de todos os requisitos, a saber, o pedido do Chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos (inciso I, fls. 37/38 e 29/32); autorização legislativa para a realização da operação (inciso II, fls. 130/131); comprovação da inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação pleiteada (inciso III, fls. 163); certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente (inciso IV, fls. 11/15); declaração do Chefe do Poder Executivo atestando o atendimento do inciso III do art. 5º (inciso V, fls. 11/15); comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento de obrigações anteriores com a União (inciso VI, fls. 7); certidões negativas (item VIII, fls. 7); cronograma de dispêndio (item IX, fls. 35); relações de dívidas, balancetes mensais, consolidação de contas e publicações (incisos X a XIII, fls. 11/15); leis orçamentária e de diretrizes orçamentárias (incisos XIV e XV, fls. 163).

Há declaração de que há margem para a concessão da garantia dentro dos limites de endividamento da União, bem como declaração de capacidade de pagamento e adimplência do Município de Porto Alegre (fls. 12/13). Há oferecimento de contragarantias pelo Município de Porto Alegre para a União (fls. 14).

III – Voto

A análise da documentação apresentada confirmou o atendimento de todas as condições impostas pela Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal. Estão sendo também cumpridas as condições para garantia do Tesouro Nacional expressas no § 9º do art. 3º e no art. 4º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Estão sendo igualmente observadas as disposições dos demais instrumentos legais. Nada há a opor quanto à legalidade da operação.

A análise quanto ao mérito do empréstimo é favorável. O Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre tem objetivos que representam demandas legítimas: melhorar a infra-estrutura urbana dos bairros de Humaitá, Farrapos e Navegantes, e promover a recuperação ambiental daquela região. Além disso, as condições de pagamento são relativamente favoráveis. O custo efetivo, da ordem de 4,27%, é muito favorável se comparado ao que o governo brasileiro vem pagando por operações da mesma natureza.

A fim de solucionar as condicionalidades mencionadas nos pareceres da STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tais pendências foram incluídas na minuta do Projeto de Resolução para que sejam cumpridas preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais.

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2003

Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** serão utilizados para financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre.

Art. 2º Antes da assinatura dos instrumentos contratuais, devem ser solucionadas as pendências apontadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

I – deve ser formalizado e assinado o respectivo contrato de contragarantia;

II – devem ser reconhecidas pela Fonplata, como cumpridas as seguintes condições:

a) constituição da Unidade Executora do Programa e apresentação dos termos de referência e procedimentos para a contratação de consultores necessários para o funcionamento da Unidade Executora;

b) apresentação dos procedimentos que se propõe aplicar para realizar a convocação, seleção, adjudicação e contratação de construtores e fornecedores de acordo com a “Política para a Aquisição de Bens e Serviços pelos Mutuários do Fonplata”;

c) apresentação dos procedimentos que se propõe aplicar para realizar a convocação, seleção, adjudicação e contratação de serviços de consultoria para a supervisão de obras, de acordo com o estabelecido no art. 27 das Condições Especiais, e

d) apresentação do decreto da Prefeitura Municipal mediante o qual se expropriam os terrenos necessários para a execução da totalidade do Programa.

Art. 3º A operação de crédito mencionada no art. 1º apresenta as seguintes características financeiras:

I – valor pretendido: US\$27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

II – modalidade de empréstimo: moeda única (dólar dos Estados Unidos da América);

III – prazo de desembolso: 60 meses a contar da data da vigência do contrato;

IV – amortização: dentro do prazo improrrogável de 15 anos a partir da vigência do contrato, em parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais sendo que a primeira parcela deverá ser paga 180 dias após a data prevista para último desembolso;

V – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na **Libor** semestral para dólar americano, acrescidos de um **spread** de 2,45% a.a. (dois e quarenta e cinco centésimos por cento ao ano);

VI – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, que começará a ser calculado 180 dias após a assinatura do contrato. Esta comissão será elevada para 1 % (um por cento) caso haja ampliação do prazo original de desembolso;

VII – comissão à vista: US\$231.250,00 (duzentos e trinta e um mil duzentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em uma única parcela, após a efetividade do contrato.

Art. 4º É a União autorizada, nos termos do § 9º do art. 3º e do art. 4º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito mencionada no artigo 1º.

Parágrafo único. A garantia mencionada no **caput** terá como contragarantia as cotas das Transferências Constitucionais da União a que a Prefeitura faz jus, complementadas por suas receitas próprias.

Art. 5º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, de setembro de 2003. –
Ramez Tebet, Presidente – **Sérgio Cabral**, Relator –
Eduardo Suplicy – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Junior** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Eduardo Azeredo** – **Tasso Jereissati** –
Luiz Otávio – **Ney Suassuna** – **Leonel Pavan**.

PARECER Nº 1.370, de 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre Mensagem Nº 199, de 2003 (nº 490/03, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Schwartzman para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de setembro de 2003, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Ney Suassuna sobre a Mensagem nº 199, de 2003, opina pela aprovação da indicação do Senhor Alexandre Schwartzman, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 21 votos favoráveis, 3 contrário(s) e nenhuma abstenções.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2003. –
Ramez Tebet, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator –
Ana Júlia Carepa – **Ideli Salvatti** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **Valdir Raupp** – **Sérgio Cabral** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Antero Paes de Barros** – **Tasso Jereissati** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Leonel Pavan**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome

do Senhor Alexandre Schwartzman para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O referido dispositivo confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

O curriculum vitae anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Alexandre Schwartzman possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo em 1986, o Senhor Alexandre Schwartzman é, também, mestre em economia, pela mesma universidade (1990) e PHD., também em economia, pela University of California, Berkeley (2000).

Exerceu, nos Departamentos de Economia da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da University of California, Berkeley, as funções de professor.

Relativamente a sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar as relevantes funções que exerceu: Economista-chefe do Unibanco, desde janeiro de 2003; Economista-chefe da BBA Corretora, de julho de 2001 a dezembro de 2002; Diretor e Economista-chefe do Indosuez W.I. Carr Securities D.T.V.M., de maio de 1999 a julho de 2001, e economista-chefe do Crédit Agricole Indosuez D.T.V.M., de abril de 1995 a maio de 1999.

É autor de diversas publicações na área econômica, notadamente de assuntos pertinentes à economia brasileira, destacando-se, entre outras, questões relativas ao câmbio, inflação, endividamento interno e externo, crescimento econômico, distribuição de renda, além de outras publicações de natureza teórica.

As funções e os cargos exercidos, bem como a série de artigos, capítulos de livros e monografias publicadas, selecionados em seu currículo — que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado — revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Alexandre Schwartzman para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão, **Ramez Tebet**, Presidente — **Ney Suassuna**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) — Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1.369, de 2003**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 43, de 2003 (MSF 179/2003), que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, junto ao Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), destinada a financiar, parcialmente, o Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 873/2003

Requerem Voto de Aplauso ao jovem atleta brasileiro Alfredo Marchetti, fenômeno das piscinas aos 9 anos de idade e invicto em 66 torneios, pela conquista do troféu de melhor atleta mundial de Natação, na sua categoria, disputado recentemente no Aquatic Conter de Nova Iorque, bem como por exemplar postura de brasilidade.

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jovem atleta catarinense Alfredo Marchetti, residente em Balneário Camboriú. Embora muito jovem, Alfredo Marchetti vem revelando extraordinária performance no cenário mundial, conquistando em agosto último o troféu de melhor nadador do mundo na categoria 9 anos.

Requeremos mais, que o Voto de Aplauso seja também encaminhado aos familiares do jovem atleta, ao Governador do Estado de Santa Catarina, ao Prefeito de Balneário Camboriú e ao Clube Itamirim, em Itajaí (SC).

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeremos, justifica-se pelo notável desempenho do jovem atleta de apenas 9 anos de idade, que vem de conquistar, nos Estados Unidos, o troféu de melhor nadador do mundo na modalidade etária. Alfredo Marchetti, autêntica revelação da natação mundial, foi vitorioso em 66 competições internacionais e prepara-se agora para

direcionar seu treinamento com vistas às Olimpíadas de 2008, em Pequim.

Justifica-se também o voto requerido pela postura desse jovem de Balneário Camboriú, que declinou, de imediato, de convite para naturalizar-se norte-americano, com contrato que lhe foi oferecido pelo Sport Club Chicago, daquele país.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2003. – Senador **Leonel Pavan** – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado pelos requerentes, Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

– **nº 654, de 2003**, que aprova as contas do Presidente do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2001;

– **nº 655, de 2003**, que aprova as contas do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, relativas ao exercício de 2001;

– **nº 656, de 2003**, que aprova as contas dos Presidentes da Justiça Eleitoral, relativas ao exercício de 2001;

– **nº 657, de 2003**, que aprova as contas dos Chefes do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2001;

– **nº 658, de 2003**, que aprova as contas do Presidente da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2001.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2003** (nº 2.058/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poções, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2003** (nº 2.850/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Excelsior Ltda. para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2003** (nº 2.394/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RGJ – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2003** (nº 2.260/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2003** (nº 2.281/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muritinga do Sul, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2003** (nº 2.386/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2003** (nº 2.418/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Francisco Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carinaíba, Estado de Pernambuco.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos finais aprovados:

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 294, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poções, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 661, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Poções, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Renildo Santana**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 469, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 11, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Renildo Santana**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 478, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muritinga do Sul, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Muritinga do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Renildo Santana**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 496, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 56, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Sérgio Guerra**, Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Solicita a palavra, pela ordem, o nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, solicito a V. Exª que, no momento oportuno, me seja garantida a palavra para uma comunicação inadiável sobre a importância de ser sancionado, amanhã, o Estatuto do Idoso.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, solicito a inscrição para comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Ana Júlia Carepa, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Já havendo três Senadores inscritos, se houver oportunidade, caso alguém desista, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Peço minha inscrição, como Líder, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Solicito a palavra, como Líder, já com o conhecimento e a aquiescência do Senador José Agripino, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar como Líder, pelo PMDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, os nobres Srs. Senadores Paulo Paim, Maguito Vilela e Ideli Salvatti terão assegurado o uso da palavra por 5 minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º do Regimento Interno.

A nobre Senadora Ana Júlia Carepa fica inscrita como a Senadora requerente para esta comunicação, no caso de uma eventual desistência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – De imediato, concedo a palavra ao nobre Líder Demóstenes Torres pelo Partido da Frente Liberal do Estado de Goiás, para uma comunicação de interesse partidário, de acordo com o Regimento Interno, e, logo em seguida, a V. Exª, Senador Hélio Costa. E fica inscrito para depois da Ordem do Dia o nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, “Cuba perdeu minha confiança, arrasou minhas esperanças e frustrou minhas ilusões” – José Saramago.

No romance **O Outono do Patriarca**, Gabriel Garcia Márquez narra a solidão de um déspota perfeito, sem nome, obcecado pelo poder absoluto e cujos limites transcendiam o seu próprio corpo em putrefação. Com idade indefinida entre 107 e 232 anos, ele incorporava a autoridade total, continuada, e cria que a “mentira é mais cômoda do que a dúvida, mais útil do que o amor, mais perdurável do que a verdade”. A obra foi o primeiro livro publicado por Garcia Márquez depois de **Cem Anos de Solidão**, em uma época em que a democracia foi varrida do continente latino-americano e era natural caracterizar, nos ditadores de então, a triste figura do personagem do escritor colombiano. Mas nem a prodigiosa imaginação de Garcia Márquez foi capaz de supor que, justamente o lendário líder cubano, Comandante e Presidente Fidel Castro, que fascinou uma geração em todo o mundo, fosse se converter em o último patriarca.

Sr. Presidente, a jornalista Dora Kramer, em sua coluna da última sexta-feira, tentou encontrar razões políticas, econômicas, diplomáticas e até pessoais para a esticada a Cuba do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mas se deu por informada dos “não-significados” da viagem. A dúvida da colunista pautou o Palácio do Planalto a encontrar uma saída honrosa à inopinada escala oficial da “lulatur” em território cubano.

Em um protocolo improvisado, o Governo do Partido dos Tributos quis convencer os nacionais de que a comitiva foi a Cuba praticar a liberalidade: as dívidas com o Brasil serão amortizadas em condições paternas porque o Presidente Lula acredita que “o País, por ter a maior economia da região, por ser o mais industrializado, tem que ter gestos de generosidade com os seus parceiros”.

O segundo maior acontecimento da escala em Havana foi o lançamento, pelo Presidente Lula, da Multinacional da Esperança. O primeiro mandatário

está convicto de que fará bem ao Brasil a liberação de recursos do BNDES para construir hotel de luxo e usina de álcool em Cuba. Provavelmente, acredita que são poucos os miseráveis e ofendidos daqui e que chegou a hora de Liderar os desempregados de Cuba. O Presidente Fidel Castro, inclusive, em seu pronunciamento, reconheceu qualidades patriarcais no Presidente Lula ao chamá-lo de “meu irmão”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de ninguém levar a sério os gestos de demagogia internacional do Presidente, é no mínimo uma provocação desnecessária participar de convescotes com um ditador carcomido pela infatigável perseguição ao poder, cujo regime provecto cambaleia moribundo. Trata-se de um governo autoritário, há 44 anos no poder, onde foi revogado o princípio do processo legal e são realizadas execuções sumárias. Neste ano foram eletrocutados três cidadãos cubanos, e há 49 na fila da morte por discordarem do longo mandonismo do Presidente Castro. Em Cuba, sistemática stalinista de perseguição a dissidentes é implacável, sendo lugar comum prisões arbitrárias, condenações por convicções políticas e nenhuma hipótese de liberdade de expressão.

Em um relatório sobre os direitos humanos em Cuba, a Anistia Internacional revelou que o exercício da liberdade de imprensa é tipificado como crimes absurdos de “propaganda inimiga”, “desrespeito”, “desordem pública”, entre outros, e são inúmeros os profissionais da comunicação encarcerados por revelar a falência do sistema.

A Cúpula Simulada de Havana foi o nada que se esperava de um encontro sem propósito de dois Chefes de Estado do terceiro mundo, mas confirmou que, em missões internacionais, este Governo tem uma agenda emocional fantástica. Observem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, justamente o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o homem encarregado de distribuir indulgências e praticar maldades, chorou ao abraçar o Presidente Fidel. Foram sinceras as lágrimas daquele ex-guerrilheiro, treinado por Cuba, para promover a luta armada no Brasil, mas elas certamente teriam sido contidas não fosse constatar das provisões presidenciais esse pernicioso e malsinado “picolé de caipirinha”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Hélio Costa para uma comunicação inadiável de interesse partidário pela liderança do PMDB.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma genuína preocupação do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em estabelecer as bases e os critérios firmes do comércio entre o Brasil e os demais países do hemisfério. E, na medida em que a economia está globalizada – a cada dia que passa essa globalização mais chega ao Brasil, à América Latina e à América do Sul, especificamente – mais o Brasil se vê pressionado a se estabelecer como liderança política e comercial no Cone Sul das Américas.

Por essa razão é que o Presidente tem feito um esforço em estabelecer contatos comerciais com os países do hemisfério. Foi assim na Venezuela, onde o Governo abriu caminhos para a importação e exportação de petróleo e gasolina: o Brasil é um grande produtor, refinador de petróleo e exportador de gasolina, enquanto a Venezuela é um grande produtor de petróleo da América. Foi assim na Bolívia, onde o Governo brasileiro abriu crédito para o governo boliviano em troca de compensações com o fornecimento de gás. Da mesma forma, com a Argentina, na medida em que o Governo abriu crédito da ordem de quase R\$1 bilhão para poder incentivar a compra do frango brasileiro por empresas argentinas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso me leva à viagem que o Presidente fez a Cuba e não apenas o fato de estar passando por um país do hemisfério que, nos últimos anos, se vê pressionado e isolado pelo governo americano. E apesar de a Organização dos Estados Americanos ter se posicionado, inúmeras vezes, contrária a esse bloqueio de Cuba, nunca se conseguiu vencer a barreira estabelecida pelo governo americano contra a liderança de Fidel Castro.

É evidente que qualquer brasileiro que acompanha o cenário internacional no hemisfério sabe que a situação dos direitos humanos em Cuba é condenável. Ainda recentemente, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, aprovamos um documento manifestando o repúdio do Senado da República em razão do assassinato, por assim dizer, de jornalistas e dissidentes cubanos.

Na verdade, do ponto de vista comercial, o Brasil é superavitário nas suas relações com Cuba. Exportamos mais e importamos menos. Uma das razões pelas quais o Presidente passou por Cuba é porque aquele país tem desenvolvido uma pesquisa muito importante em torno de vacinas necessárias para o Brasil como a de hepatite B, gripe, etc. O fato é que cientistas cuba-

nos desenvolveram esta habilidade de conseguir bons resultados com as pesquisas de vacina.

Mais do que isso, Cuba é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar no hemisfério e certamente pode se beneficiar da tecnologia que o Brasil tem na produção de álcool, o que também foi um dos motivos da visita do Presidente. Para tanto, Brasil e Cuba iniciaram um intercâmbio no sentido de produzir o álcool, da maneira como já conseguimos no Brasil, em alta escala, como um combustível renovável que começa a sensibilizar o mundo inteiro. E com essa associação com Cuba, o Brasil poderá se tornar o grande exportador de álcool combustível para a Europa e outros países.

Faço esses comentários, Sr. Presidente, porque a viagem de um Presidente da República a qualquer país, por menor que seja, por menos importante que possa ser, não deixa de ser uma viagem oficial e, portanto, tem objetivos, quais sejam, o incremento do entendimento entre partidos, pessoas, entidades, políticos e, sobretudo, entre nações.

Mas a viagem do Presidente a Cuba também teve um outro objetivo, o qual os jornais pouco divulgaram. Na verdade, a imprensa internacional ignorou uma informação que esteve praticamente em todos os jornais. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva preferiu tratar reservadamente com Fidel Castro a questão dos direitos humanos.

Isso, Sr. Presidente, mostra a preocupação do Governo brasileiro em relação à situação dos direitos humanos em Cuba. O Brasil, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia e não interfere nos assuntos internos de uma nação amiga com quem mantém relações diplomáticas e comerciais, não deixa de lembrar ao governo cubano que é contrário a tudo aquilo que se fez nos últimos meses e que o mundo inteiro reprovou: o frio assassinato dos dissidentes cubanos.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuo acreditando que está correta a política do Governo de continuar expandindo os seus laços de amizade com os países do hemisfério, principalmente aqueles com os quais o Brasil tem uma boa relação comercial, pois queremos um Mercosul forte, uma união comercial forte com o sul do hemisfério para que, como um bloco sólido, sejamos capaz de enfrentar a Alca, o Nafta, que é a associação dos Estados Unidos, Canadá e México, e sejamos capaz de negociar à altura com o Mercado Comum Europeu. Além disso, também queremos continuar defendendo uma posição do sul do hemisfério, que se torna cada vez mais forte na medida em que o Brasil abre as

suas relações comerciais com a Argentina, com o Chile, com a Bolívia, com o Peru, com os países do hemisfério e, agora, também, com a ilha de Cuba. Cada vez mais, como disse anteriormente, somos superavitários na relação comercial com o governo de Fidel Castro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador César Borges, do PFL do Estado da Bahia.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me importante iniciarmos, nesta Casa, um amplo debate sobre o projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

O Orçamento representa um verdadeiro contrato de colaboração entre o Estado e os contribuintes. Nele estão materializados os interesses econômicos e sociais do Governo. Não é exagero algum afirmar que o Orçamento mostra a verdadeira face dos governos: mostra-me teu orçamento, e eu te direi quem és.

Apesar de o Governo afirmar o contrário, é preocupante, muito preocupante, o conteúdo do projeto de lei orçamentária, enviado ao Congresso Nacional.

Estamos diante de um projeto que, até há pouco tempo, seria, pelos próceres do Governo, considerado conservador, neoliberal, anti-social, resultado de uma imposição perversa do FMI. Era assim que, em um passado recente, seria considerada essa peça orçamentária que se encontra no Congresso Nacional.

A verdade é que o primeiro Orçamento do Governo do Partido dos Trabalhadores é tímido, medíocre e não reflete o anseio de milhões de eleitores que confiaram nas promessas feitas por aqueles que pareciam ter sempre – e diziam ter – a resposta certa para tudo.

Por incrível que pareça, a proposta encaminhada pelo Governo representa um verdadeiro retrocesso social. Há, proporcionalmente, menos recursos para o social neste Governo do que na administração anterior.

Todo esse rigor fiscal, entretanto, passou bem longe das despesas com publicidade do Governo do Partido dos Trabalhadores. Toda a grande imprensa nacional noticiou que, em 2004, estão previstos R\$70 milhões a mais que em 2003 para serem utilizados na publicidade oficial do Governo, um crescimento –

pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores – de 30,4%. Para esse caso, não há aperto fiscal, não há a necessidade de se manter o ajuste fiscal tão draconiano que hoje sofrem todas as outras contas do Governo.

Isso contraria, sem sombra de dúvida, o discurso que temos ouvido nesta Casa desde o início do ano. Foram sempre as mesmas desculpas. A saúde está mal, porque o Orçamento de 2003 não é do Governo do PT, foi elaborado pelo governo passado e aprovado em 2002. É por isso que a saúde vai mal. A educação está mal, porque a prioridade dos orçamentos anteriores não foi o social. As estradas estão deterioradas, porque esse Orçamento ainda faz parte da “herança maldita”, tão propagada pelo atual Governo. Ora, se aquele Orçamento era maldito, qual seria então a denominação da proposta deste ano que consegue diminuir ainda mais o recursos destinados à área social?

E, mais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, disseram que, a partir de 2004, tudo seria diferente, que o Orçamento de 2004, feito sob a égide do Governo do PT, seria o grande divisor de águas entre este Governo e os anteriores.

Parece-me, entretanto, que estamos saindo da tal “herança maldita” para uma realidade ainda mais preocupante, ainda mais perversa, num movimento que agrava ainda mais as mazelas sociais do nosso País. Vide o aumento do desemprego, que bate recordes nacionalmente, inclusive na grande metrópole que é São Paulo.

Os números do primeiro Orçamento do Partido dos Trabalhadores mostram, de forma insofismável, uma realidade bem diferente daquela prometida na campanha eleitoral. Vejam um exemplo: para o salário mínimo – o próprio Presidente prometeu que iria duplicar o seu valor nos seus quatro anos de governo – há previsão de recursos para 2004 que garante um ganho real de apenas 5%. Se temos 5% em 2004 e tivemos um aumento, em 2003, de 1% real do salário mínimo, significa que haverá um aumento de 6%. Então, o atual governo ficará devendo 94% de aumento ao trabalhador que ganha salário mínimo. E ele dará esses 94% quando? Nos dois últimos anos de governo?

O Programa Fome Zero, lançado como um símbolo da vocação social do novo Governo, teve uma redução de 77% para 2004. Saiu de R\$1,8 bilhão para R\$400 milhões. Isso aconteceu com o programa que é a menina dos olhos do atual Governo.

Enquanto os programas do Governo patinam, vai-se vivendo de promessas de liberação de recursos milionários, às vezes para a saúde, às vezes para

saneamento, outras vezes para obras de infra-estrutura ou para a agropecuária. Há promessas de liberação de recursos a toda hora. Sempre que o Presidente da República está presente a um evento, anuncia que está liberando recursos para aquele setor. Mas não sai do discurso, pois nunca se chega à prática da liberação efetiva dos recursos. E todos os Ministérios estão inoperantes por conta da falta absoluta de recursos. Uma inanição financeira, esta é a realidade que vive o atual governo.

Enquanto isso, divulgavam para o próximo ano, no Orçamento, investimentos de R\$7,8 bilhões, que é efetivamente muito pouco para todas as necessidades brasileiras, haja vista o represamento dos gastos no exercício de 2003.

Essa verdadeira “peça de ficção”, como definiu a jornalista Tereza Cruvinel, de **O Globo**, tem problemas graves, pois incorpora receitas – atentem bem, Srs. Senadores – ainda não aprovadas pelo Congresso, ao mesmo tempo que omite gastos presumíveis, como o Fundo de Compensação, que está na reforma tributária, pela desoneração das exportações e a repartição da Cide. Isso não está previsto no Orçamento para o próximo ano. O Governo disse que criará o Fundo de Compensação, mas não tem fonte para o próximo ano. Isso é grave, Srs. Senadores. Não adianta se falar em como serão distribuídos esses fundos, se não tem previsão orçamentária para o ano de 2004.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, da receita projetada para o ano que vem, cerca de R\$28,3 bilhões estão condicionados à aprovação das reformas previdenciária e tributária. Então, presume o governo que esta Casa deverá aprovar da forma como ele propõe as reformas previdenciária e tributária. E já coloca no orçamento do próximo ano. São R\$20,7 bilhões que dependem da prorrogação da CPMF, R\$4,4 bilhões relacionados à tributação dos importados prevista no relatório da reforma tributária – sequer foi criada mais essa carga tributária que vai encarecer vários produtos para a população de baixo poder aquisitivo que consome medicamentos que dependem, muitas vezes, de química fina, que é importada para o Brasil –, R\$1,4 bilhão da taxação dos servidores públicos inativos, que ainda está sendo discutida nesta Casa e R\$1,8 bilhão do ganho de arrecadação do INSS com o novo teto de aposentadoria.

Também não está assegurado nessa peça de ficção R\$1,9 bilhão correspondente à manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, que este Governo ainda teve influência sobre o Governo passado para manter essa alíquota que deveria ser reduzida para 25%, o que penalizou a classe média, prin-

cialmente, o assalariado que paga o Imposto de Renda. Era previsto que essa alíquota caíria para 25% a partir de 2004, mas isso não foi feito. Ficou-se de prever para 2004.

Realmente, fico perplexo, estupefato ao me deparar com a falta de cuidado do Governo com um tema tão vital para o desenvolvimento do País. Esses erros representam um rombo de mais de R\$40 bilhões e exige de nós, Parlamentares, atenção redobrada na discussão deste importante e imprescindível instrumento de planejamento da ação governamental, que é o Orçamento da União.

Muito da força e da eficiência de um governo para assegurar melhores condições de vida para o seu povo depende de planejamento adequado e da elaboração de um roteiro consistente para aplicação dos escassos recursos públicos.

Esse roteiro, sem sombra de dúvida, em qualquer democracia é o orçamento, que é a peça fundamental que sustenta o Parlamento. Nós existimos inicialmente pela possibilidade que temos de influenciar a execução da lei orçamentária.

“Esse é um orçamento realista”, afirmou o Ministro do Planejamento, Guido Mantega. As declarações do Ministro comprovam como realmente o povo brasileiro está sendo enganado, como se promoveu neste País um equívoco, um engano eleitoral. O orçamento não é de fato realista. Ele prevê receitas que sequer foram votadas por este Parlamento.

À população prometeu-se mais recursos para a saúde, mais recursos para a educação, mais recursos para o combate à fome e menos recursos para os insaciáveis banqueiros internacionais. Agora, o que estamos vendo é justamente o contrário: mais para o FMI e menos para o social, sob a alegação de que é um orçamento realista.

Enquanto isso, o Governo continua com seu discurso populista e inexequível, amparado exclusivamente no carisma do Presidente da República e pela estratégia de **marketing**, coordenada pelo Palácio do Planalto, e conduzida pelo competente marqueteiro baiano, Duda Mendonça.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitirei, com muita satisfação, Senador Tião Viana, após ouvir o Senador Demóstenes Torres, que havia pedido um aparte antes.

O Senador Demóstenes Torres cede seu lugar a V. Exª, Senador Tião Viana, Líder do PT.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, quero cumprimentá-lo por trazer um assunto tão relevante para o País, para o povo brasileiro e, marcadamente, para nós das regiões que sofrem a crise do financiamento público e a crise do desenvolvimento. Quando olhamos a região de V. Exª, o Nordeste, e constatamos que ela consegue formar durante um ano todo metade do PIB do Estado de São Paulo, percebemos a perversa relação do desenvolvimento nacional. Então, solidarizo-me com V. Exª em relação ao Orçamento. Quanto às críticas que V. Exª faz ao Governo, tenho um entendimento distinto, porque creio que ainda temos que registrar, infelizmente, a herança equivocada e perversa que nos deixaram. Ao olhar o Orçamento de 2002/2003, que foi de fato o Orçamento aprovado no Governo Fernando Henrique, e que lamentavelmente o PFL apoiava, vemos que havia de receitas extraordinárias R\$18,520 bilhões. E, ao final do ano, no último dia do mês de dezembro, nos deixaram para pagamento de receitas, de restos a pagar, quase R\$10 bilhões, Senador César Borges. Essa é uma demonstração de frieza, não condizente com alguém que queria o bem do futuro Governo e entendesse como natural a mudança do modelo de gestão, representada por nós. Quando olho para a política de privatizações equivocada, em que venderam o patrimônio nacional, todas as riquezas estruturais e estratégicas do nosso País – em termos de estrutura de gestão e funcionamento estratégico na área produtiva –, por R\$21 bilhões, e gastaram R\$18 bilhões para fazer essa venda, concluo que os erros foram muito graves no passado. Por essa razão, não compartilho com essa parte do pronunciamento de V. Exª. Compartilho, sim, com a intenção de que tenhamos um Orçamento impositivo e o financiamento público assegurado, como base da distribuição de renda e da possibilidade de gerarmos um desenvolvimento mais equilibrado, rompendo com as perversas desigualdades regionais. Então, discordo das críticas que V. Exª faz ao nosso Governo, ao Governo do Presidente Lula, mas compartilho do lamento em relação a um Orçamento tão exíguo. Seguramente, se não fossem os empréstimos tão desnecessários e os gastos tão equivocados no passado, este País seria outro. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Tião Viana, agradeço o aparte, que, sem sombra de dúvida, qualifica o meu pronunciamento. Aceito inteiramente a discordância e a posição de V. Exª, mas veja bem a contradição: nós esperávamos uma mudança, reformas realmente estruturais, inclusive no próprio Orçamento. No entanto, o Orçamento deste

ano – que estamos discutindo para valer no ano de 2004 – repete os mesmos equívocos do Orçamento aprovado em 2003 para este ano. Não muda. São R\$40 bilhões o furo que está no Orçamento, caso não sejam aprovadas as reformas – que já estão sacando pelo futuro, como se esta Casa tivesse a obrigação de suprir as necessidades do Governo. Os equívocos são os mesmos praticados no passado. Não há mudança efetiva. V. Exª falou nas privatizações e o atual Governo baseia toda sua política de infra-estrutura na base de uma parceria público/privado. Diz que não vai fazer vendas, privatizações, mas vai fazer terceirização, que é uma parceria. Isso é um sofisma. No fundo, o Poder Público brasileiro não tem mais condições de investimentos. Faliu o Poder Público Federal. Está procurando parcerias com o setor privado, mas não cria marcos regulatórios que dêem confiança e credibilidade para o setor privado investir.

A “herança maldita” – podemos até admitir tirar as aspas –, permanece nesse atual Governo. Esse é o trágico, Senador Tião Viana, mas de qualquer maneira agradeço o seu aparte, que qualifica o meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador César Borges, V. Exª, como sempre, faz um pronunciamento qualificado nesta Casa. Até mesmo o nosso nobre Líder Tião Viana concorda com a criação, no Brasil, de um orçamento impositivo. É verdade, nós não podemos mais ter orçamentos no País que sejam simples obras de ficção, do imaginário, que podem ser alterados e, pior ainda, que podem não ser sequer executados. É o que acaba acontecendo. Mas o pior de tudo é que esse orçamento – mesmo que reconheçamos que o orçamento passado se revelou uma herança maldita –, o orçamento atual, é uma herança maldita piorada. V. Exª veja a área de segurança pública. Este orçamento prevê menos 7% de investimentos em segurança pública. Agora imaginem que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, diz que quer transformar a Polícia Federal num FBI. Como é que S. Exª vai conseguir fazer isso se não vai conseguir sequer pagar as contas de telefone, água, etc.? Quero crer que esse Orçamento vai ser mais para fazer aquilo que me parece ser explícito, ou seja, não fazer nada, mas, como houve um incremento de cerca de 30% em relação à propaganda, se dirá que vai fazer muita coisa, ou seja, nós vamos ter uma herança maligna ou maldita...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um presente maligno, ou um futuro maligno porque é para 2004.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Parece-me que nós vamos ter uma herança extremamente piorada. Estou até imaginando que não haverá mais herança. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes Torres, pelo aparte de V. Exª.

Concedo um aparte a Senadora Lúcia Vânia.

A Srª Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador César Borges, quero cumprimentar V. Exª pela importância e pela propriedade do assunto que traz à discussão desta Casa. V. Exª traz as dificuldades do Orçamento deste ano, mostrando os defeitos, principalmente os da área social. Quero concordar com V. Exª. Além dos pontos levantados por V. Exª, há dois que, na minha opinião, merecem as considerações desta Casa no sentido da modificação do projeto de lei. O primeiro deles é a questão social, e o mais grave é a redução de recursos na área de saúde e no programa carro-chefe do Governo, o Fome Zero, que tem um **marketing** fantástico. O Ministério da Previdência Social faz propaganda da implantação de 16 ou 17 programas, mas não há nenhum centavo indicado no Orçamento da União para esses projetos. O segundo ponto que considero grave nessa lei diz respeito à questão da centralização de recursos sociais na União, prejudicando mais ainda o desenvolvimento regional, tão reclamado e sentido por todos nós. Portanto, receba V. Exª o nosso apoio. Eu estarei na Comissão de Orçamento defendendo com toda a força as mudanças, cobrando as mudanças com as quais este Governo se comprometeu com a população brasileira, principalmente com a população menos favorecida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senadora. V. Exª conhece bem a área social e sabe que o Orçamento não reflete as necessidades do País na área social e sequer repetem os números do Orçamento que estamos vivendo este ano.

Vemos claramente, por parte do Governo, o abuso de certas bravatas para inibir o debate e desviar-se do impasse entre o Governo e a sociedade em torno do Orçamento de 2004, como se vencer a realidade fosse uma questão de discurso e de **marketing**.

O caso do salário mínimo é emblemático. Prometeu-se dobrar seu poder de compra em quatro anos, ou seja, um ganho real de 100%. Considerando a proposta de Orçamento encaminhada pelo Executivo e o aumen-

to real de 1% concedido em abril deste ano, chegamos à conclusão que, em dois anos de mandato, o Governo alcançará apenas 6% de sua meta.

Apesar do irrealismo dessa promessa, continua-se prometendo, prometendo e prometendo, sempre imaginando que do outro lado há um interlocutor perfeitamente idiota.

Com a carga tributária não é diferente. O Governo brada aos quatro ventos que não aumentará a carga tributária, que isso seria uma insensatez – isso foi dito pelo Presidente da República –, que prejudicaria a produção e etc., etc. e etc. A proposta orçamentária, contudo, prevê o crescimento da carga tributária.

Há um completo descolamento entre a realidade do orçamento e o discurso oficial, algo certamente incompatível com os princípios democráticos do nosso País.

Muitos julgam inoportuno exigir deste Governo o cumprimento de suas promessas. Será que fomos eleitos para permitir que propostas qualificadas como perversas durante as eleições seja agora, na mudança de pensamento do PT e do Governo, adotadas? Não, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é o papel da Oposição no sistema democrático. Cabe, sim, aos parlamentares de Oposição a função de fiscalizar e denunciar o cumprimento do que foi prometido ao povo – quando não está o Governo cumprindo com as suas responsabilidades –, que acreditou naquele diagnóstico e naquelas palavras no período da eleição.

Esse pífio orçamento social do Governo do Partido dos Trabalhadores para 2004 corre ainda o risco de nem sair do papel no próximo ano. A julgar pelas atitudes do Governo neste ano, não tenho muitas esperanças de melhoria das condições sociais do povo brasileiro, infelizmente.

Na semana passada, a imprensa anunciou a redução de mais R\$414 milhões no orçamento deste ano, 2003. São menos recursos para o social, para a infra-estrutura e para importantes ações governamentais. Daí por que, desta tribuna, tantas vezes o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, defendeu um orçamento impositivo, importante para que a Nação aprenda que o Orçamento deve ser cumprido pelo Governo.

A queda da arrecadação teria motivado o corte realizado pelo Governo. Essa queda, entretanto, não ocorreu por acaso. A economia do Brasil está estagnada – hoje foi noticiado um percentual de 0,7% em relação à perda do crescimento do PIB. O setor privado, com as vendas menores e pagando uma das mai-

ores cargas de impostos do mundo, não tem como investir no aumento da produção.

Ora, se para o ano que vem o próprio Governo admite o aumento da carga tributária, pior será ainda para o setor privado, pior para o investimento, pior para a produção; e se a produção não crescer, não cresce a arrecadação do Governo e, novamente, quem pagará a conta será o setor social.

Infelizmente, o discurso de independência que o Governo tem utilizado no âmbito das negociações comerciais internacionais não vale quando o assunto é Fundo Monetário Internacional. É de se espantar que uma posição corajosa diante da Organização Mundial do Comércio se transforme numa atitude tão submissa em relação ao Fundo Monetário Internacional.

O Brasil é, há alguns anos, o “garoto-propaganda” do FMI. Temos seguido fielmente os ditames da cartilha do Fundo, o que já nos rendeu muitos elogios, mas quem paga é o povo brasileiro. Portanto, é mais do que justo que o País exija condições mais favoráveis no acordo que tem com o FMI. Chega de jogar para a torcida.

É preciso que esta Casa exerça imediatamente o seu papel no planejamento orçamentário, sob pena de termos graves problemas no futuro, quando da efetiva execução do orçamento de 2004.

Disseram que é insensato aumentar a carga tributária, que é necessário priorizar o social e que precisamos realizar urgentes investimentos em infra-estrutura. Pois bem, este é o momento de transformar essas palavras em fatos concretos, com consequências também concretas e benéficas para o povo brasileiro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que os brasileiros não esperam um milagre, desejam apenas que este Governo comece a governar e que efetivamente trabalhe para a aprovação de um orçamento que possa ser realmente um contraponto em relação à tal “herança maldita”.

Muito obrigado pela compreensão e me desculpe se me excedi um pouco no tempo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, em seguida, peço a palavra pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concederei, de imediato, a palavra a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres, de acordo com o Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Bloco, após o Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eduardo Azeredo, tem V. Ex^a a palavra pela ordem, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer aqui o registro do 1º Encontro de Presidentes de Câmaras de Poderes Legislativos dos Estados-Parte do Mercosul, do qual V. Ex^a, Presidente Eduardo Siqueira Campos, pôde participar, representando o Presidente José Sarney, na abertura realizada no Uruguai.

Nesse evento, que procurou mostrar e integrar os parlamentos do Mercosul, tivemos a presença do Presidente do Uruguai, Jorge Battle, que fez a abertura da cerimônia; do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha; do Deputado Dr. Rosinha, Presidente da Comissão Mista do Mercosul. Participei também representando a Comissão Mista do Mercosul e a Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Na ocasião, Sr. Presidente, pudemos verificar que há um caminho longo a trilhar no aspecto da integração parlamentar dos Estados-membros do Mercosul. A criação do Parlamento do Mercosul, uma idéia defendida pelo Brasil, pelo Presidente da República e também pelos partidos de Oposição, ainda vai precisar de um longo tempo de maturação. Para alguns países, este ainda não é o momento adequado. Mas é importante dizer que na comunidade européia, quando da criação do parlamento europeu, a idéia demorou algum tempo para ser absorvida, para ser lapidada. Hoje o parlamento europeu é uma realidade.

Para haver um Mercosul que funcione e para que os nossos países tenham uma força política maior, é fundamental que haja união do ponto de vista parlamentar.

Estou convicto de que a diplomacia parlamentar pode ser aliada preciosa no reforço da defesa dos interesses nacionais e regionais. A preocupação dos membros da Comissão Mista do Mercosul é no sentido de que o parlamento do Mercosul possa ser criado de maneira democrática.

Quero registrar aqui o trabalho realizado pela consultoria do Senado, um trabalho muito bem feito. Lá estava a consultora Cláudia Drumond, que pôde fazer a sua exposição.

A proposta inicial do Parlamento do Mercosul, com poder de decisão em assuntos de interesse dos países, prevê um bloco de 16 membros para cada um dos 4 países-membros, que seriam escolhidos pelo Congresso, 8 pela Câmara e 8 pelo Senado. Em um segundo momento, os países menores teriam um mínimo de 16 membros e os maiores, até 35 membros, que seriam eleitos pelo voto popular, em eleição direta.

A idéia, como disse antes, não foi totalmente aceita, mas acredito que precisamos aprofundar essa questão e, de maneira alguma, desistir da proposta. Para termos um Mercosul mais unido, é fundamental que os Parlamentos também estejam caminhando juntos, para darmos instrumentos legais de funcionamento aos nossos Governos.

Quero lembrar ainda, Sr. Presidente, antes de concluir, que no caso da implantação das normas do Mercosul muitas são as dificuldades a serem transpostas. Alguns dados mostram que as normas do Mercosul ainda não foram incorporadas pelos países-membros. No caso da agricultura, 109 normas regem o funcionamento do Mercosul na área da agricultura, já assinadas pelos Estados-membros, mas 63% delas ainda precisam ser assinadas e praticadas pela Argentina; 37% precisam ser praticadas pelo Brasil; 23%, pelo Uruguai e 30%, pelo Paraguai. No caso de assuntos aduaneiros, os dados mostram que, das 53 normas existentes, 28% delas precisam ser incorporadas pela Argentina, 25% pelo Brasil, 18% pelo Paraguai e 14% pelo Uruguai.

Esses números mostram que as normas, apesar de existentes, ainda não foram totalmente incorporadas na legislação de cada um dos países. Aqui no Congresso Nacional, a Comissão Mista do Mercosul tem procurado ser ágil no sentido de implantar e incorporar a nossa legislação às demandas para o funcionamento adequado do Mercosul. Entretanto, ainda há caminho a trilhar.

Sr. Presidente, ao registrar a presença de V. Ex^a nesse importante evento de integração do Mercosul, quero dizer que acredito que a criação do futuro Parlamento do Mercosul é uma meta a ser buscada, com o interesse do Senado e do Congresso para que o Mercosul seja uma realidade mais forte. Os quatro países-membros – Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile – devem estar unidos para que possam ter mais força em benefício de sua população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência, nobre Senador Eduardo Azeredo, destaca o papel relevante da presença de V. Ex^a

na reunião realizada em Montevideu, bem como a do nobre Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e do Deputado Rosinha, dentre outros Parlamentares que participaram daquele importante encontro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Jefferson Péres, do PDT do Estado do Amazonas.

V. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dia 15 de novembro completaremos 114 anos da Proclamação da República e parece que a República ainda não se implantou neste País. Pelo menos as virtudes republicanas, que nunca foram muito praticadas no Brasil, continuam em baixa.

Tomo como emblemático o episódio vexaminoso proporcionado pela Ministra de Ação Social, nossa ex-colega de Senado, Benedita da Silva. Todo o episódio é extremamente constrangedor, Sr. Presidente. A Ministra de Estado fez uma viagem de caráter particular, para participar de um evento religioso, às custas dos cofres públicos, e hospedou-se no Hotel Alvear, no coração da Recoleta – e quem o conhece sabe o que representa. O que é pior é que, para justificar a viagem, faltou com a verdade e arranjou, à última hora, uma audiência com a Ministra de Ação Social da Argentina, afirmando que a viagem foi para isso. Desmentida pela Casa Civil, afirmou que houve uma falha, um erro de comunicação, pois a viagem estava agendada há muito tempo também para isso. Em seguida, foi desmentida pela Ministra argentina, que disse que a audiência foi marcada 24 horas antes, ou seja, **a posteriori**, como justificativa. Portanto, a Ministra faltou com a verdade.

Em seguida, criticada justamente por isso, disse que estava sofrendo discriminação religiosa. Só faltou dizer que estava também sofrendo discriminação racial, ou social, por ter uma bela biografia, sem dúvida, e ter ascendido socialmente sendo, como sempre disse, mulher, negra e favelada.

Ora, Sr. Presidente, dizer que foi criticada por discriminação religiosa é ser apelativa demais. Fosse a Ministra Benedita da Silva a um encontro católico, budista ou mulçumano seria criticada da mesma maneira, pois uma coisa não tem nada a ver com a outra. S. Exª infringiu o Código de Ética, que não deve ser aplicado apenas aos servidores públicos de carreira, mas também e principalmente aos agentes políticos. Em um regime parlamentarista, ou ela seria exonera-

da ou o Governo cairia, mas, ao invés da demissão que deveria vir, é mantida no cargo.

Sr. Presidente, eu gostaria muito que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não fizesse do Governo uma ação entre amigas. Homem público não tem amigos, não. Eu próprio, aqui no Senado, Sr. Presidente, já me doe a alma ter que votar a favor da punição de pessoas que eu estimava muito. Homem público não tem amigos nem inimigos. Não persegue inimigos e não passa a mão na cabeça pelos erros dos amigos, Sr. Presidente. Se o Governo enveredar por esse caminho, seguirá um caminho tortuoso, ruim. A Ministra teria que ser exonerada sim, porque errou e errou gravemente.

Sr. Presidente, era essa a comunicação que tinha a fazer em nome da Liderança do PDT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra a inscrição do Senador Alvaro Dias para, após a Ordem do Dia, usar o horário de Liderança. Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Maria do Carmo Alves, do PFL de Sergipe, segunda oradora inscrita.

Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio, para uma comunicação de interesse partidário,

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem inteira razão o Líder do PDT, Senador Jefferson Peres, ao focar aqui a viagem da Ministra Benedita da Silva a Buenos Aires, em caráter particular e às custas do erário. A desculpa foi esfarrapada e o Planalto, de maneira licenciosa, diz que o assunto está encerrado: se bastou para os padrões do Planalto, não bastou para os da Nação.

Não esse episódio em si, senão os números teriam sido mais duros, mas esse comportamento se reflete na pesquisa CNI/IBOPE*, da qual tenho aqui alguns tópicos que mostram que cresce a desaprovação ao Governo de Lula. A desaprovação era de 13% em março, subiu para 18% em junho e, agora, está em 24%, ou seja, cresceu quase que numa progressão geométrica.

“A avaliação do Governo permanece elevada, mas a gordura que havia começa a ser consumida – disse Armando Monteiro, presidente da CNI.”

“CNI/IBOPE: Aumenta o número de pessoas que temem o aumento da inflação e do desemprego:

40% dos entrevistados acham que a inflação vai aumentar nos próximos seis meses, contra 22% que acham que vai diminuir.”

“Desemprego: 49% dos entrevistados dizem que vai aumentar, enquanto 27%, que vai diminuir.” Ou seja, desaba a confiança.

“Confiança em Lula cai seis pontos.”

Aqui, um fato interessante: perguntados se votariam em Lula novamente, 52% dizem que sim. Aqui tem não, mas na verdade percebi que é um engano de redação, porque 58%, em junho, diziam que votavam nele de novo e 64%, em março, logo, apenas 52% ainda dizem que repetiriam a aventura política. E, diz mais ainda: “Sua pior atuação está no combate ao desemprego e na área de segurança pública”. A desaprovação supera a aprovação; 52% desaprovam as medidas adotadas pelo Governo para combater o desemprego, 41% a aprovam. Em segurança, 53% desaprovam, 39% a aprovam. Por segmentos, a pesquisa constatou quedas acentuadas de avaliação do Governo na maioria dos Estados, com exceção das pessoas mais velhas, mais instruídas, mais ricas e as residentes no Sul do País, que se mantêm mais confiantes, porque sofrem menos até, têm toda razão de terem mais paciência.

Por outro lado, este é um Governo que nasceu sob a lógica de que o País tinha uma dívida ingovernável e que seu primeiro trabalho seria certamente o de reduzir a dívida como proporção do PIB. Aqui temos que a dívida cresce. A despesa com a dívida cresce 69% entre janeiro e agosto de 2003, comparativamente com igual período no turbulento ano de 2002. Gastos com juros passa de R\$100 bilhões neste ano já. E mais ainda: como proporção do PIB, já se atinge alguma coisa perto de 58%. Vamos tentar estabelecer que o Brasil estaria confortável se a relação dívida/PIB fosse alguma coisa parecida com 46%. Há muito tempo não é; isso cria um quadro de vulnerabilidade. Há muito tempo não é, e está mais alta do que nunca, 57,5%, quase 58%, como proporção do PIB, a dívida externa. Ou seja, desaba mais um bastião do discurso do Governo do Presidente Lula, do Governo do Partido dos Trabalhadores. O Governo, ao invés de reduzir a dívida, a tem aumentado. As promessas são sempre adiadas, e sempre é o futuro quem vai responder pela incapacidade do Governo de, no presente, oferecer respostas positivas para a Nação brasileira.

Não me alongo porque vamos voltar à tribuna amanhã. Hoje, apenas lembro-me do apelo feito pelo Presidente Lula à Nação. Desde o começo, quando subi a esta tribuna pela primeira vez, eu dizia ao Presidente Lula, por intermédio do diálogo mais legítimo

que devo ter com Sua Excelência, que é o diálogo da minha tribuna para com a Presidência de Sua Excelência, eu dizia que não se pode dar trégua. Trégua, não! O que é trégua? Trégua é eu me calar por seis meses e, durante os seis meses, a Ministra Benedita viajar à vontade e, daqui a seis meses, eu começo a cobrar. Não! Trégua, não! Trégua, nem um segundo! Paciência, sim; tolerância, sim. Apoio temos dado, no painel, para que o Governo aprove matérias fundamentais para a governabilidade. Mas trégua, não. Ainda assim, respondendo à nossa ação de oposição, o Presidente Lula dizia, em uma comemoração, no ABC paulista: “Não têm paciência para com o meu Governo. A criança não nasceu”. Até uma criança para nascer precisa de nove meses. Depois ela vai começar uma outra etapa de vida. Dizia o Presidente: “Esperem pelo menos a criança nascer”.

Sr. Presidente, quero comunicar à Nação que estamos comunicando ao Presidente o que Sua Excelência já sabe: a criança nasceu! Passados nove meses, a criança nasceu. Daqui por diante, seria uma demora antinatural. É possível sobreviver com seis meses e meio, com sete meses de gravidez, com oito meses e meio. E, claro, com nove meses, a criança nasceu. O Governo completa nove meses e, de lá para cá, só vimos a situação do País se deteriorar, ainda que comparativamente com dados graves daquele turbulento ano de 2002, que foi turbulento, entre outras coisas, porque os mercados se aproveitaram da desconfiança que havia quanto aos rumos que seriam adotados pelo Governo Lula e provocaram todo aquele **over shooting** do dólar e todas as consequências, a começar pela inflação daí decorrentes. Mas, a criança nasceu. Daqui a pouco faz um ano. Daqui a pouco teremos o segundo ano de Governo decorridos. Em outras palavras, o Presidente Lula tem que tomar algumas atitudes muito claras para que o seu Governo não seja o Governo que protagonize o espetáculo da postergação, o espetáculo do adiamento, o espetáculo da renovação do pedido de paciência. O Presidente Lula precisa fazer algo muito simples: começar, para valer, a romper com o lado pirotécnico do seu Governo e aderir à idéia – a meu ver, justa, correta, eficaz, digna e patriótica para com o Brasil –, de simplesmente governar o Brasil, dando expediente e cobrando ação dos seus Ministros, cobrando rigidez moral dos seus Ministros e evitando que, a cada pesquisa que tenhamos daqui para a frente, quando percebemos que a lua-de-mel acabou, tenhamos que registrar, com preocupação, quedas e deteriorações na percepção que o povo faz do seu

Governo e até – isso que é o triste – na percepção que o povo faz acerca do seu próprio futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era essa a comunicação de Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, a nobre Senadora Maria do Carmo Alves, do Partido da Frente Liberal do Estado de Sergipe, que usará da palavra por cessão do nobre Senador Luiz Otávio.

V. Exª dispõe de até 20 minutos, nobre Senadora.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta tarde, dia em que os Governadores do Nordeste estão reunidos com o Senhor Presidente da República para discutir a reforma tributária.

Neste momento, trago a questão da reforma tributária para dizer de sua importância e do nosso temor com a sua votação.

Sr. Presidente, a reforma tributária tem uma relação direta com as gigantescas desigualdades regionais brasileiras, que afetam sobretudo as Regiões Norte e Nordeste do País, e que tiveram sua gênese em práticas tributárias equivocadamente instituídas, que privilegiaram, ao longo de décadas, grandes centros industrializados do Brasil, em detrimento da maioria dos Estados brasileiros.

Os membros da equipe econômica do atual Governo – do Governo do PT – têm repetido, à exaustão, que a reforma tributária tem dois pressupostos básicos: o primeiro é que não aumenta a arrecadação do Tesouro Nacional; e, o segundo, é que ela é neutra em relação às questões regionais. Ao contrário do que eles afirmam, o texto da reforma preconiza um vigoroso aumento de recursos para a União, com consequente aumento da carga tributária, impondo sacrifícios expressivos especialmente às Regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que privilegia as regiões industrializadas.

A partir de um estudo meticuloso, realizado por todos os Secretários da Fazenda dos 20 Estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, reunidos durante dias seguidos na semana passada, concentrados em um cuidadoso levantamento de dados rigorosamente oficiais, foi elaborado um documento contendo dados estupefacentes. Eles demonstraram, de modo irrefutável, o cruel processo de concentração de riquezas nas regiões desenvolvidas que, ao contrário do que se pensa, tem-se acelerado na última década, além

de uma desregrada centralização de receita na União num ritmo nunca visto na nossa História. Tudo isso, Srªs. e Srs. Senadores, em detrimento dos Estados pobres, sobretudo os Estados do Norte e do Nordeste, o que se acentuará com a reforma tributária, cuja votação está prevista nesta Casa.

Sr. Presidente, vejamos alguns dados:

a) Levantando-se os benefícios tributários concedidos pela União nestes últimos oito anos, fica demonstrado que as Regiões Sul e Sudeste têm absorvido a maior parcela desses recursos – cerca de 60% –, destinada somente a sete Estados brasileiros, que representam apenas 18% do território nacional. Além disso, a forma como se concedem esses benefícios, 70% deles originários do Imposto de Renda e do IPI – justamente impostos que formam o bolo de tributos compartilháveis pela União entre os Municípios e as Unidades da Federação –, termina por reduzir sensivelmente as transferências de receita da União para os Estados e Municípios. Cria-se, assim, uma perversa equação – exatamente, uma perversa equação –, em que as regiões menos desenvolvidas custeiam o desenvolvimento das regiões mais ricas. Ou seja, é um efeito Robin Hood às avessas, em que se tira dos pobres para se dar aos ricos;

b) Esse quadro de concentração dos benefícios tributários da União nas regiões Sul e Sudeste se repete, agora, no Governo do PT, na proposta de Orçamento para 2004, em que se observa que, de um total de R\$24 bilhões de renúncia fiscal previsto, apenas 35,5% serão direcionados para as regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), enquanto 64,5% serão destinados ao Sul e ao Sudeste;

c) Por outro lado, é incontestável o vigoroso aumento na arrecadação da União a partir deste ano. Como se sabe, depois da instituição da CSL, Contribuição sobre o Lucro Líquido, e do aumento da CIDE, cujas arrecadações iniciaram este ano, virá a criação do PIS/Cofins para os produtos importados. Além disso, há a prorrogação da CPMF, a contribuição sobre movimentação financeira, que o Governo pretende transformar em tributo permanente. Ora, eis aí mais um sofisma, Srªs e Srs. Senadores. A CPMF seria extinta em 31 de dezembro de 2003. Haverá praticamente a prorrogação até 2007 e, quem sabe, mais adiante, a transformação em CMF. Calcula-se que, com a arrecadação da CSL, da CIDE e do PIS/Cofins, o Governo arrecadará R\$29 bilhões; e, com a CPMF, admitindo-se a retomada do crescimento da economia, o Governo irá arrecadar cerca de R\$28 bilhões.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Exª me permite um aparte, Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves, o pronunciamento de V. Exª tem conteúdo técnico, é um pronunciamento de quem conhece o assunto, de quem vive de perto a experiência do cargo executivo num governo estadual, num Estado pobre do Nordeste brasileiro. Certamente, a experiência vivida por V. Exª em funções públicas no Sergipe lhe conferem autoridade para falar desse assunto com a competência com que o vem abordando da tribuna do Senado Federal. Hoje, o noticiário diz respeito ao encontro do Presidente com os Governadores. O que se tem visto no debate desse tema é reunião com aqueles que arrecadarão. Não vemos reunião com representantes daqueles que pagarão os impostos ou muito pouco se fala das aspirações daqueles que pagam os impostos no País. É por isso que a reforma tributária é um arremedo de reforma; não é uma reforma para o bem do País, não é uma reforma para construir o avanço, a modernização; não é uma reforma que vai conferir um modelo tributário capaz de exercer as funções de distribuição de renda, de geração de emprego, de desenvolvimento econômico; ela não desonera a produção. Enfim, é um monstrego, que decepciona e que, certamente, será mais uma marca negativa na ação do Governo Lula, que, hoje completa nove meses, com decepções incríveis. Senadora Maria do Carmo, seria ainda tempo de todos nós adotarmos um substitutivo global para essa proposta do Governo, que conferisse ao País, realmente, o modelo tributário que tanto almejamos.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias pelo aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer da nossa preocupação exatamente com esse aspecto. Os contribuintes não estão sendo ouvidos. A produção, que será penalizada, está anestesiada. Então, esta Casa tem a obrigação, como diz V. Exª, de fazer uma mudança profunda, até porque os Estados pobres vão acabar sendo os grandes prejudicados por essa reforma, que concentra tudo nos Estados ricos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não podemos conceber a reforma como está, sem mexer nos tributos da União. Com o estabelecimento de apenas cinco alíquotas de ICMS em todo o País, o objetivo foi menos o de racionalizar e mais o de evitar a chamada guerra fiscal, que era o único instrumento

que os Estados pobres tinham para atrair novos empreendimentos. Reconhece-se que não era o dispositivo ideal, mas era tudo o que lhes restava para atrair investimentos e gerar novos empregos.

É elementar que aos Estados pobres, dos quais será exigida a renúncia do direito de legislar sobre o seu ICMS, deveriam ser concedidas novas compensações na política tributária, sob pena de ser acentuado ainda mais o profundo fosso que os separa dos Estados do Sul e do Sudeste.

Surpreendentemente, a reforma tributária proposta, que está nesta Casa, cria condições, em sentido inverso: um maior empobrecimento das regiões subdesenvolvidas.

Deixa-nos estupefatos constatar que nunca, em nossa história, em um período tão curto, acentuou-se tanto o empobrecimento dos Estados pobres e dos Municípios brasileiros quanto nesta última década e meia.

A Constituição de 1988, ao definir o Sistema Tributário Nacional, havia criado mecanismos de repartição de receitas, justamente para reduzir as desigualdades regionais. Assim, naquela ocasião, os chamados tributos compartilhados correspondiam a 76,2% da receita tributária nacional. A partir de 2004, já computados os tributos cuja cobrança foi iniciada este ano, além do PIS/Cofins sobre os importados, o total dos impostos compartilháveis estará reduzido a números próximos de 40%, quase metade, portanto, de 15 anos atrás. Apenas parte desse montante é compartilhado com os Estados e Municípios. Está aí desnudada a razão do impiedoso empobrecimento dos Estados e da maioria dos Municípios brasileiros.

Por outro lado, em 1988, a carga tributária nacional correspondia a 24% do PIB. Hoje, tal percentual chega ao absurdo de 36%, mas, o que é pouco divulgado, Srªs e Srs. Senadores, é que todo esse vertiginoso crescimento na arrecadação foi concentrado exclusivamente na União, que, por meio da ardilosa criação de tributos, não os compartilhou com os Estados e Municípios. Na prática, foi uma burla contra os interesses dos demais Estados federativos, atingindo sobremaneira os Estados pobres que dependem do FPE, além, claro, dos Municípios, que dependem do FPM.

Cabe assinalar aqui, Sr. Presidente, uma notória displicência da União em relação aos tributos que devem ser repartidos entre Estados e Municípios, até pela sua crescente insignificância para o Tesouro Nacional. Observe-se que, até mesmo no Orçamento da União para o próximo ano, foi previsto um aumento de apenas R\$6 bilhões no IPI e no Imposto de Renda, justamente os tributos compartilháveis entre

Estados e Municípios que entram na contabilidade para o cálculo do Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios. Quanto aos não compartilháveis, ou seja, aqueles que ficarão em poder total da União, alcançam seis vezes mais: R\$36 bilhões.

Embora negue, o Governo Federal concebeu uma reforma que ostensivamente enriquece ainda mais a União enquanto empobrece as unidades da Federação. Aliás, a bem da verdade, o texto implica proposição tão injusta e unilateral, que não há como evitar a desconfiança de que se esconde nele um objetivo sorrateiro: gerar um impasse tamanho que levaria o Senado a adotar a famigerada reforma de forma fatiada. Trocando em miúdos, aprovaria os dois pontos que realmente interessam à área econômica – a DRU e a prorrogação da CPMF –, transferindo para o próximo ano, sob o pretexto de uma melhor análise, a discussão das demais questões. A consequência seria a exibição de um filme de má qualidade, já visto nesta Casa: a aprovação da verdadeira reforma tributária seria transferida para as calendas gregas.

De todo esse quadro de horror, Sr. Presidente, resta-me, entretanto, uma fé inabalável nesta Casa, onde nós, Senadores e Senadoras, conscientes do nosso papel de guardiões do equilíbrio federativo brasileiro, não permitiremos consumir a continuidade desse processo cruel de empobrecimento dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, meu tempo já se esgota, e não haveria condições para apresentar todas as sugestões que eu gostaria. Limitar-me-ei, contudo, a adiantar uma proposta simples, capaz de aliviar a situação dos nossos Estados e Municípios.

Na última reunião que o Ministro Palocci teve com os Governadores, ao lado do seu colega Ministro José Dirceu, S. Ex^a disse que a União se recusava a ser beneficiada com a criação de novos impostos. Disse mais: que só foi sugerida a criação do PIS/Cofins sobre os importados por exigência do empresariado nacional, para gerar melhores condições de competitividade à nossa produção interna. Sendo assim, parece-me justo formular uma proposta a esta Casa: que o montante arrecadado pelo PIS/Cofins sobre os importados seja destinado aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Municípios, distribuídos de acordo com os critérios do FPE e do FPM. Somando-se a isso a distribuição do Fundo Regional de Desenvolvimento pelas três regiões mais pobres, estaríamos dando partida à reversão do perverso processo de aprofundamento da maior desigualdade regional do planeta.

Como se pode perceber, por esse simples exemplo, há um largo espaço para o Senado implementar ações para o aperfeiçoamento do texto de uma reforma disforme e extemporânea.

Por fim, quero concluir afirmando que temos a obrigação de mudar esse quadro. Aliás, temos mais do que essa obrigação. Nós, que somos os guardiões da Federação, temos a nobre e indelegável oportunidade de transformar este Brasil numa nação mais justa e igualitária, submetendo o projeto de reforma tributária do Governo Federal às modificações que irão ao encontro dos anseios e interesses de todo o povo brasileiro, de toda a Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo hoje a esta tribuna para prestar uma homenagem póstuma a um dos intelectuais mais brilhantes da história de Goiás, o Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, que faleceu na última quarta-feira em Goiânia, vítima de enfarte. Advogado e professor, ele foi reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) por duas oportunidades.

Natural de Campina Verde (MG), Jerônimo Geraldo de Queiroz chegou a Goiânia em 1952 e deu início à sua atuação na área acadêmica. Passou pela Escola de Enfermagem, Escola de Serviço Social, de Ciências Econômicas, Filosofia e Direito na UFG e na Universidade Católica de Goiás. Por duas vezes, assumiu a Reitoria da UFG, tendo renunciado ao segundo reitorado, durante o regime militar, num gesto de discordância, segundo ele, com o regime. Na época, ele justificou sua saída dizendo que não poderia aceitar a imposição do poder ao saber.

Aos 86 anos, Jerônimo de Queiroz era um exemplo de lucidez e amor pelo trabalho e pela vida. As pessoas mais próximas a ele expressaram surpresa com seu falecimento. Um dos mais antigos representantes da Advocacia goiana, ele se mantinha, até

aquele dia, em atividade. O ex-Reitor exerceu o magistério por mais de 50 anos. Era também escritor e membro da Academia Goiana de Letras.

Jerônimo de Queiroz parte e deixa a viúva Celma Afonso Fontoura, com quem estava casado há 60 anos. Ficam também seus cinco filhos, 12 netos e seis bisnetos.

Agradeço, em nome do povo goiano, ao Senador Papaléo Paes, por ter apresentado, a meu pedido e também em meu nome, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do querido Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, pela importância que ele teve para a advocacia, a Universidade, a educação e a cultura do Estado de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, estou usando este espaço para uma comunicação inadiável, muito mais no sentido de fazer um convite a todos os Senadores e Senadoras, para que, amanhã, às 10 horas, possamos acompanhar a sanção do Estatuto do Idoso, fruto de um grande entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, com a participação de todos os Partidos.

O Brasil todo, Sr. Presidente, aplaude essa iniciativa das duas Casas. V. Exª contribuiu aqui para que, em menos de três meses, a matéria fosse aprovada em regime de urgência. O Presidente Lula encaminhou convite a todos os Deputados e Senadores. Estou aqui, neste momento, como um dos Parlamentares que atuou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pela aprovação dessa matéria, reafirmando a importância desse evento que se realizará amanhã, às 10 horas, no Palácio do Planalto, em que o Presidente da República sancionará esse Estatuto, uma grande expectativa de 20 milhões de brasileiros que estavam aguardando esse momento.

Tenho dito, Sr. Presidente, que o Estatuto do Idoso, sonho acalantado e embalado por milhões de brasileiros, a partir de amanhã, tornar-se-á uma realidade. Como é obra de todos nós, seria fundamental que estivéssemos lá presentes, não somente para prestigiar a assinatura, numa demonstração do trabalho que fizemos de forma conjunta, unitária.

Sr. Presidente, guardei – digamos, para a caminhada da minha vida – o **Jornal do Senado** daquela sessão histórica. Cerca de 60 Senadores usaram da palavra, todos para defender a importância da aprovação do Estatuto do Idoso.

Termino, Sr. Presidente, dizendo da importância do ato de amanhã para o povo brasileiro, porque o Estatuto do Idoso é um instrumento tão forte para a sociedade como o é, hoje, sem sombra de dúvida, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fica aqui o convite a todas as Srªs e Srs. Senadores para participarem desse importante evento, marco de novos tempos, de um País que está envelhecendo, sim, com orgulho. Queremos que a nossa velhice seja desfrutada com dignidade, liberdade e igualdade. Como alguém já disse: quanto mais velhos, mais sábios.

Por isso, Sr. Presidente, eu, que sou metido também, não a escrever como V. Exª, mas a fazer algumas poesias, tenho o orgulho de dizer que uma das poesias que fiz tem como título: “Sou velho, rebelde, com muito orgulho, sim, senhor”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 270/03, volte a tramitar independentemente.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2003. – **Arthur Virgílio.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, indicação que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 3, DE 2003

Sugere à Comissão de Relações Exteriores e, por seu intermédio, à Subcomissão da Amazônia, o estudo de medidas legislativas para evitar a biopirataria na Amazônia.

Nos termos dos artigos 224, 226 e 227 do Regimento Interno, formulamos esta Indicação a fim de que, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, por seu intermédio, da Subcomissão ao Permanente da Amazônia, sejam promovidos estudos abrangentes para formulação de proposição legislativa, ou medidas de outra natureza, visando à proteção das riquezas naturais da Amazônia para impedir ações que, em seu conjunto, são denominadas “biopirataria”.

Justificação

Os meios de comunicação veiculam com crescente periodicidade a prática, na Amazônia, de ações denominadas “biopirataria”, com o envio ilegal de frutos, essências, madeiras, folhas, sementes de, às vezes, mediante simples processamento dessas espécies, para a produção, no exterior, de produtos alimentícios ou cosméticos. Essa prática, altamente lesiva aos interesses da Amazônia e, por conseguinte, do Brasil, chega ao extremo de patenteamento internacional de produtos com o nome de frutas da região, como o Cupuaçu e o Açaí, para ficar em apenas dois itens. O jornal **O Estado de São Paulo** dá conta, em sua edição de 19 de setembro de 2003, do pedido formulado pela empresa multinacional japonesa, que o European Patent Office (Epo), órgão responsável pelo registro de patentes na União Europeia (UE), iniciou o processo de avaliação do pedido de patenteamento da “produção e do uso da gordura da semente do cupuaçu”.

Desde que cheguei a esta Casa, eleito pelos amazonenses, preocupo-me com esse verdadeiro assalto ao patrimônio vegetal e às riquezas da flora amazônica. No início deste mês, propus ao exame do Senado Federal projeto de lei que considera o Cupuaçu “fruta nacional brasileira”. O objetivo, que não tem força para impedir a biopirataria, é, no entanto, um alerta e serve para despertar nossas autoridades para a gravidade do assunto.

Para dar seqüência, estou sugerindo, por esta indicação, o estudo do problema. O âmbito escolhido tem sentido, tendo em vista o próprio nome da Comissão, em que se aduz o aspecto de defesa nacional, exatamente o que é necessário neste momento.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A indicação que acaba de ser lida será publicada e remetida às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 875, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Professor e ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Jerônimo Geraldo de Queiroz e, nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências a sua família.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2003. –
Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O voto de pesar solicitado será encaminhado à família enlutada.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 2003

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. número de famílias assentadas até o presente momento;
2. localização geográfica em que ocorreram os assentamentos, especificada por estado e município;
3. tamanho médio dos lotes distribuídos, infra-estrutura fornecida e quaisquer outras políticas de assistência e apoio disponibilizadas.

Justificação

No momento em que se discute, fervorosamente, no Congresso Nacional a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para, por um lado, realização de diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, com a avaliação inclusive da ação dos movimentos sociais de trabalhadores, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que têm promovido ocupações de propriedades públicas e privadas; e, por outro, a análise da organização de movimentos de proprietários de terras, que, segundo

se alega, têm se organizado com característica paramilitar para impedir as ocupações, é relevante conhecer as ações do Governo Federal.

Nesse sentido, visando obter informações qualificadas sobre as políticas públicas que têm sido desenvolvidas até o presente momento, proponho o presente Requerimento que tem a finalidade de colher os dados oficiais sobre número de assentados, localização e ações de suporte aos novos beneficiados, para subsidio dos debates que vêm sendo travados no âmbito desta Casa.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2003. –
Senador **Leonel Pavan**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2003

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, conjugados com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão informe ao Senado Federal os valores executados da despesa do Orçamento Geral da União do exercício de 2003, até o mês de setembro, classificando os montantes despendidos por estado da federação beneficiário da despesa.

Justificação

No momento em que o Senado Federal inicia a análise da proposta de reforma tributária, torna-se de grande relevo analisar a atual distribuição do gasto federal entre unidades da federação. A reforma tributária está propondo uma nova sistemática tributária que afetará a receita própria dos estados, gerando demanda por compensações federais. Tais compensações só poderão ser efetivamente calibradas se tivermos adequado conhecimento de quais são os estados beneficiados e prejudicados pela atual estrutura de gastos do governo federal.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2003. –
Senador **Leonel Pavan**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75, DE 2003

**Altera o inciso XIII do art. 7º da
Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º. O inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

XIII – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultando a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
(NR)

Art. 2º A implantação da duração da jornada de trabalho de que se trata o inciso XIII do art. 7º da Constituição federal, na redação dada pelo art. 1º desta Emenda se dará da seguinte forma:

I – A partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao do exercido em que for aprovada esta emenda a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a quarenta horas semanais, diminuindo gradativamente e anualmente em uma hora por ano até o limite mínimo de 36 horas.

II – Até a implantação de que se refere o inciso anterior a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a 44 horas semanais;

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente emenda constitucional reflete o anseio popular e a evolução nas relações trabalhistas devidamente debatidos nos fóruns nacionais do trabalho, evolução esta que é fato concreto em outros países que dispõe de uma carga horária de trabalho anual em torno de 1.400 horas enquanto que no Brasil esta carga horária de trabalho chega 2.100 horas, redução esta que, notoriamente, influenciará na criação de inúmeras novas vagas de trabalho, atingindo, positivamente, uma ferida social.

A despeito das resistências, a tendência à redução da jornada diária ou semanal é fato incontestável. Recentemente, no ano 2000, a França, que já se in-

cluía no grupo de países europeus com jornada inferior a quarenta horas (esse é também o caso da Bélgica, dos Países Baixos e da Dinamarca), passou da semana de trinta e nove horas de trabalho para a semana de trinta e cinco horas.

Na Europa, por exemplo, esse debate tem recebido muito destaque. Na França, principalmente, a discussão sobre flexibilização da jornada de trabalho tem se concentrado na redução da jornada de trabalho padrão, já que lá, comprovadamente, denotaram que a diminuição do número médio de horas trabalhadas por empregado aumentou o nível de emprego. Fato aprovado por 87% da população francesa.

A economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90. Durante esse período, basicamente, ocorreram a abertura da economia, a queda da taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia, através das privatizações. Essas mudanças resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, afetando significativamente, o desempenho do mercado de trabalho.

Os estudos relativos a redução de jornada de trabalho tem mostrado que é interesse tanto dos empregadores, quanto dos empregados. No caso dos empregadores, a redução da jornada de trabalho é vista como um meio de reduzir custos, já que torna possível ajustar a utilização da mão-de-obra às necessidades de produção das empresas, evitando o uso de horas extras. No caso dos trabalhadores, a existência de jornadas menores atende anseios de diversos grupos sociais que desejam trabalhar jornadas mais curtas. Em particular, os trabalhadores mais qualificados, os jovens e os pais com filhos pequenos tendem a ser os grupos sociais mais interessados na adoção de uma jornada de trabalho reduzida.

No Brasil, historicamente foi divulgado pelos empregadores que o empregado trabalha pouco, não gosta de pegar no pesado", sendo a malandragem uma característica inerente da classe trabalhadora. Na verdade, o que pode-se afirmar é que, essa ideologia procura responsabilizar o próprio trabalhador pelo atraso, a pobreza e a baixa remuneração, uma vez que a produtividade industrial nacional seria inferior a dos países desenvolvidos.

Porém, levantamentos estatísticos nos mostram o contrário, mostram que a jornada de trabalho brasileira é uma das maiores se comparada com o resto do mundo, como inicialmente comentado.

A legislação brasileira concretizou, na maioria das vezes, uma seqüência de lutas e debates sociais

sobre a questão da jornada de trabalho, estando a mobilização sindical no centro das pesquisas.

O projeto que ora apresentamos é a expressão maior do Movimento Sindical brasileiro que deseja que a jornada de trabalho não seja superior a 36 horas semanais.

Dessa forma no momento em que o Governo Federal cria o Fórum Nacional do Trabalho e das Relações Sindicais, entendemos que o debate deve ser reaberto com o Congresso Nacional, já que este tema é de grande importância para as relações trabalhistas, onde imperam as visões neoliberais contra os ideais de nossas centrais sindicais. E por isso peço a colaboração dos nobres pares à aprovação da presente proposta de emenda constitucional.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2003. –
Paulo Paim – Almeida Lima – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antonio Carlos Ma alhões – Antônio Carlos Valadares – Duciomar Gomes da Costa – Eduardo Azeredo – Eduardo Matarazzo Suplicy – Efraim Moraes – Euripedes Camargo – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Heloísa Helena – João Alberto Souza – João Ribeiro – Leomar Quintanilha – Mão Santa – Ney Suassuna – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessaenko – Sibá Machado – Tião Viana (apoio).

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 7º(*) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família para os seus dependentes;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

(*)Emenda Constitucional nº 20, de 1998

(*)Emenda Constitucional nº 28, de 2000

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Sérgio Zambiasi**.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 853/03-LBP

Brasília, 30 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Oliveira Filho (PL/PR), na qualidade de titular, e o Deputado Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado Valdemar Costa Neto, Líder do Bloco do PL/PSL.

OF. PSDB/Nº 1.410/03

Brasília, 30 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Casara, como membros titulares, e os Deputados Júlio Redecker e Ronaldo Dimas, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 131, de 2003, que “estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004, e dá outras providências”, em substituição aos membros anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 125, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 125, de 2003, que *institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador **Papaléo Paes**.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do último dia 25, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo das Lideranças para sua deliberação.

A Mesa foi informada de que as Lideranças não estão de acordo, de maneira que a pauta será adiada, permanecendo a matéria na Ordem do Dia da próxima sessão.

De acordo com a orientação seguida pela Mesa, com a aprovação do Plenário, seguiremos três sessões, a partir das quais submeteremos a matéria para decisão das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

São os seguintes os demais itens adiados:

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 126, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 126, de 2003, que *dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo*.

Relator revisor: Senador **Delcídio Amaral**

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 127, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador **César Borges**

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, “d”, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003 (nº 1.394/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispo-*

sitivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.293, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Roseana Sarney, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

– 5 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 21, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 835, de 2003, – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003 (nº 4.853/2001, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.239, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

– 6 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 855, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2003 (nº 2.226/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 856, de 2003, art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.294, de 2003, Relator: Senador Pedro Si-

mon), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiar parcialmente o Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS.

– 8 –

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1999**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 838, de 2003 – art. 336, III)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999 (nº 5.460/2001, naquela Casa), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Instrução da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero focar a ação de uma pessoa neste Governo que reputo, se não o mais, um dos mais importantes Ministros do Presidente Lula. Refiro-me ao Ministro Ciro Gomes, que foi Prefeito de Fortaleza, Governador do Estado do Ceará, Ministro do Planejamento e da Fazenda e candidato à Presidência da República; no segundo turno, apoiou o Presidente Lula de maneira incondicional, decisiva, tendo, após a eleição do Presidente, sido escolhido de forma suprapartidária, não por indicação do Partido, embora honre muito ao PPS ter um Ministro do quilate de Ciro Gomes.

Ao assumir as funções do cargo de Ministro da Integração Nacional, no dia 2 de janeiro deste ano, atendendo ao convite que lhe fizera em dezembro o então eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes teve de enfrentar vários e graves problemas. Aquela Pasta – cujo principal objetivo é o de promover a integração nacional pela promoção de políticas nacionais de desenvolvimento regional – defrontava-se com inúmeros problemas. O Ministério estava anos-luz de distância de suas tarefas legais.

Simplesmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não havia, no Ministério de Integração Nacional nem controle e nem acompanhamento dos seus gastos. Empenhava-se tudo, sem qualquer preocupação com o fluxo de

caixa do Ministério. O mais grave era a completa falta de comunicação entre os diferentes organismos da Pasta da Integração Nacional. Era como se existissem vários Ministérios e vários Ministros, pois cada Secretaria acional e seu respectivo Secretário atuavam como se fossem um ente autônomo, sem obediência hierárquica e, muito menos, sem subordinação a um planejamento estratégico. O Ministério fazia de tudo, desde quadras esportivas, passagens molhadas e casas de parto até barragens e adutoras. Havia uma lamentável dispersão de recursos financeiros.

Diante do caos, a primeira medida do Ministro Ciro Gomes foi no sentido de fechar o caixa do Ministério da Integração Nacional. No dia 2 de janeiro, logo após assumir o comando da Pasta, S. Ex^a assinou uma portaria proibindo qualquer pagamento, qualquer licitação, qualquer tomada de preço, qualquer empenho. Mas vejam, Sr^s e Srs. Senadores, o que aconteceu: a portaria do Ministro Ciro Gomes, que deveria ter sido encaminhada para publicação no **Diário Oficial** do dia 3 de janeiro, passou três dias nos escaninhos da burocracia, tempo suficiente para que fossem sacados dos cofres do Ministério e dos organismos a ele vinculados, como a Codevasf e o DNOCS, mais de R\$ 50 milhões.

O Ministro, que ficou envergonhado com o fato, passou a fazer o que ele chamou, à época, de uma "faxina interna". Durante quatro meses, o Ministro Ciro Gomes e sua equipe reorganizaram o Ministério da Integração Nacional, reformulando, equalizando e adequando seus objetivos, projetos e programas à filosofia do Governo do Presidente Lula.

No que tange à estrutura interna do Ministério, houve uma profunda modificação. Foram extintas dezenas de cargos comissionados; houve extensa redução de custos; foram revistos acordos internacionais de cooperação, em razão do que mais de 130 pessoas, algumas com salários maiores do que do próprio Ministro, foram dispensadas; enfim, o Ministério da Integração Nacional ficou novo, novo de novo, e hoje é um dos mais importantes instrumentos do Governo Lula para a promoção do desenvolvimento regional, mas agora em novas bases e sob novo enfoque.

Como o Presidente Lula decidiu, logo no começo do seu Governo, contingenciar o Orçamento da União para o presente exercício de 2003, o Ministro Ciro Gomes deliberou, no comando do Ministério da Integração Nacional, que os recursos que lhe sobram seriam, como estão sendo, aplicados na conclusão de obras que, faltando muito pouco para serem concluídas, exigem também poucos recursos financeiros.

E o que fizeram Ciro Gomes e sua equipe? Elaboraram a lista das obras prioritárias. E não somente isso. Convidaram as empresas empreiteiras responsáveis por essas obras para reuniões distintas, durante as quais renegociaram, com descontos, os valores financeiros de cada obra. Dou-lhes um exemplo prático, Sr^s e Srs. Senadores: o açude Castanhão, no sertão do Ceará. Essa barragem, que acumulará, a partir do inverno do próximo ano, 6 bilhões e 500 milhões de metros cúbicos de água, estava inacabada, apesar de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tê-la inaugurado no ano passado. Faltava fechar o maciço central da represa. Pelo contrato original celebrado no Governo anterior com a empreiteira Andrade Gutierrez, seriam necessários mais R\$24 milhões para a conclusão da obra.

Seguindo orientação do Presidente Lula, o Ministro Ciro Gomes convidou a Diretoria da Andrade Gutierrez e com ela celebrou um novo acordo, pelo qual o Ministério da Integração Nacional, por intermédio do DNOCS, pagaria à empreiteira não R\$24 milhões, mas R\$18 milhões, com o compromisso de que o pagamento seria feito rigorosamente em dia. O Ministro garantiu à empreiteira que a relação entre ela e o Governo, ou seja, o Ministério da Integração Nacional, seria feita sem intermediação de qualquer espécie. O acordo foi celebrado e vejam V. Ex^{as}: a obra ficou pronta em 90 dias e está pronta para ser inaugurada pelo Presidente Lula.

Em vários outros importantes projetos de irrigação, de barragens e de adutoras, o Ministério da Integração Nacional tem repetido esses acordos com as empreiteiras, com ganhos relevantes para o Tesouro Nacional, que, na gestão severa do Ministro Ciro Gomes, tem economizado muitos milhões de reais.

Quero ir além, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também cumprindo determinação do Presidente Lula, que, por sua vez, havia incluído essa providência em seu programa de Governo, o Ministro Ciro Gomes comandou todas as etapas de estudo, formulação e discussão do projeto de criação da nova Sudene e da nova Sudam.

No que diz respeito à nova Sudene, a proposta para a sua criação foi ampla e publicamente debatida em seminários que se realizaram em todas as capitais da região nordestina, e mais, em Belo Horizonte e Vitória, uma vez que o norte de Minas e o norte do Espírito Santo foram incluídos na área de atuação da nova Sudene. Esses debates também foram realizados na Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp – e na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, sendo que deste último evento participou o economista Cel-

so Furtado, o notável paraibano que, em 1959, no Governo Juscelino Kubitschek, criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Tanto a nova Sudene quanto a nova Sudam, cujos projetos de lei complementar tramitam atualmente na Câmara dos Deputados, nascem completamente novas. Seus quadros de funcionários serão totalmente novos, com no máximo 200 funcionários, a quase totalidade deles técnicos em desenvolvimento regional e economistas. Também será totalmente novo o leque de incentivos financeiros, fiscais e de crédito que impulsionarão o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

O Ministro Ciro Gomes tem dito e repetido que essas duas instituições surgem blindadas contra a corrupção e a fraude. Ele assegura que toda a memória da antiga Sudene e da antiga Sudam foram minuciosamente examinadas, detalhadamente estudadas e pormenorizadamente vasculhadas. O que se mostrou bom e imune à corrupção foi mantido; o que se revelou ineficiente e exposto à fraude foi extinto.

Portanto, a nova Sudene, assim como a nova Sudam, além de seus respectivos Conselhos Deliberativos, que serão presididos por ninguém menos do que o próprio Presidente da República, terá comitês gestores integrados por organismos do Governo Federal, dos governos estadual e municipal, e também por representantes da sociedade civil organizada, como as ONGs. As duas instituições não serão executoras, mas, sim, articuladoras das forças sociais representativas das regiões que representam; agentes do sistema nacional de planejamento; negociadoras da regionalização das políticas nacionais e dos recursos federais; integradoras das políticas regionais; promotoras do conhecimento sobre as potencialidades econômicas do Norte e do Nordeste; e difusoras de informações. Elas serão ainda parceiras estratégicas das instituições promotoras de exportação e da integração latino-americana e mundial do País; apoiadoras das iniciativas de desenvolvimento local; e integradoras da rede de instituições sub-regionais e locais.

A nova Sudene e a nova Sudam serão, no Nordeste e na Amazônia, definidoras das prioridades para a utilização de instrumentos financeiros; gestoras de instrumentos de desenvolvimento regional; agentes de promoção da capacitação e da inovação; indutoras e apoiadoras de iniciativas de capacitação gerencial e laboral; articuladoras de políticas públicas sociais e, por fim, articuladoras de políticas culturais.

O Ministro Ciro Gomes também está coordenando, por determinação do Presidente Lula, um grupo de trabalho que estuda a criação da Agência do

Desenvolvimento do Centro-Oeste. Essa agência será bem diferente da nova Sudene e da nova Sudam. E terá de sê-lo, uma vez que o Centro-Oeste é a região do Brasil que mais tem crescido nos últimos anos. É a região que mais rápida e eficientemente responde à oferta de crédito. É a grande fronteira agrícola brasileira, responsável hoje por grande parte da produção agrícola e pecuária do País. A Agência do Centro-Oeste terá, assim, uma concepção e estrutura diferentes. Os estudos para a sua criação estarão prontos dentro de 60 dias.

Mas a atuação do Ministro Ciro Gomes vai além, pois o Ministério da Integração Nacional tem sido parceiro estratégico importante, embora muito discreto, do esforço que, por delegação do Presidente Lula, vem desenvolvendo o vice-Presidente da República José Alencar com o objetivo de viabilizar política, econômica e financeiramente o projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o chamado Nordeste Setentrional, onde está o semi-árido nordestino, em cuja área vivem, hoje, 22 milhões de pessoas.

Vale advertir que, a partir do ano 2006, o semi-árido nordestino começará a sofrer, mais rigorosamente do que hoje, o estresse hídrico. Estudos científicos revelam que, em 2020, se providências não forem adotadas agora, o sertão nordestino não terá água para o consumo humano. E isso não pode acontecer.

Para evitar esse desastre, o Governo do Presidente Lula está avançando, e avançando com muita rapidez, com o projeto de levar águas do São Francisco para o semi-árido do Nordeste. Esse projeto é polêmico e, por isso mesmo, tem provocado muitas e importantes discussões em diferentes auditórios de diferentes Estados nordestinos e até fora da região, todas promovidas e lideradas pelo Vice-Presidente José Alencar, que sempre faz questão de pedir a companhia do Ministro Ciro Gomes, o qual, por sua vez, sempre dizendo-se honrado, atende a todas as convocações.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o registro que faço do importante trabalho realizado pelo Ministro Ciro Gomes no Ministério da Integração Nacional. Com certeza, dentro de pouco tempo teremos os resultados desse trabalho intenso e competente que o Ministro vem desenvolvendo à frente de tão importante Ministério, que haverá de fazer a integração nacional do nosso País.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa procederá conforme de costume, intercalando os oradores inscritos com os líderes e concedendo a palavra ao próximo Líder inscrito, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo Partido da Frente Liberal do Estado da Bahia, por 20 minutos.

O nobre Senador Ney Suassuna é o próximo orador inscrito.

Solicita a palavra pela ordem o Senador Efraim Morais.

Registro a solicitação do nobre Senador Tião Vianna.

Tem a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª está inscrito após os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Alvaro Dias e Almeida Lima como Líderes, intercalando com os oradores regularmente inscritos.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eminente Presidente Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, o jornal **O Globo** deste final de semana publica extensa reportagem sobre preparativos que o Exército brasileiro vem fazendo para uma provável participação no combate ao crime organizado. É uma boa notícia, principalmente para mim que venho pregando há alguns anos essa participação.

Segundo a matéria, o treinamento estaria sendo dado após um planejamento que resultou num minucioso manual de operações e estaria sendo ministrado a integrantes da tropa de elite da força.

O Exército, segundo o jornal, estaria se adequando ao Decreto nº 3.897, de agosto de 2001, assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que fixa diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Sr. Presidente, desta tribuna já defendi, por várias vezes, a participação do Exército nessa luta em defesa da sociedade. Sei que não é uma posição isolada. Conto com o apoio da grande maioria dos Srs. Senadores e, principalmente, da sociedade brasileira.

Como já afirmei inúmeras vezes, a participação do Exército no combate à criminalidade não afronta, de modo algum, a Constituição Federal. Como, aliás, salienta, na reportagem, o General Augusto Helena Pereira, Chefe do Centro de Comunicação Social do

Exército: “a utilização das tropas federais está prevista na Constituição para casos excepcionais”.

Alguns, é verdade, se opõem à participação do Exército nessa luta, mas seus argumentos são extremamente frágeis e, por isso, não se sustentam.

Há os que temem um uso rotineiro das Forças em atividades urbanas. Certamente, esse não é o objetivo. Pelo que se observa do texto constitucional e do decreto a que me referi, as salvaguardas e os pressupostos que autorizam a participação das Forças Armadas são específicos, rigorosos e não admitem essa participação rotineira, como os adversários querem dizer.

Outros afirmam que o Exército não está preparado para essa missão. Pode ser. Para isso, deve ser treinado e aparelhado. Afinal, o País deve contar com um Exército de soldados, claro, e não com um grupo indefeso de “garotos de 18 anos”, como afirmou, à guisa de argumento, um alto oficial da Marinha, que, sem nenhuma razão de ser, fez essa afirmativa. Ela, sim, é que é infantil. Um grupo de garotos não está apto a cumprir com nenhuma das missões constitucionais conferidas às Forças Armadas. Não é esse o pensamento, nem tampouco acho que esses homens acima da idade que ingressam nas Forças Armadas podem ser qualificados de “garotos”, como se fossem simplesmente figuras que não estavam à altura de se encontrarem nas Forças Armadas nacionais.

Há os que apontam para um outro grave problema: os recursos destinados às Forças Armadas são limitados e insuficientes para que elas possam se manter atualizadas. Pior: esses recursos vêm diminuindo ultimamente em todos os orçamentos. É verdade.

Peço a atenção do Plenário para estes números. Quando o número da publicidade aumenta tanto no País, vejam como está decrescendo o orçamento das Forças Armadas brasileiras. Nos últimos orçamentos, o Ministério da Defesa esteve contingenciado: em 1999, o corte foi de 11%; em 2000, de 7%; em 2001, de 10%; em 2002, alcançou 20%; em 2003, ou seja, no atual Governo, 30% dos recursos aprovados estão contingenciados. Por isso, há medo de se viajar nos aviões da FAB. Os Ministros ficam até aterrorizados, quando vão viajar. Outros acham que poderiam haver exercícios marítimos e no Exército até se suprimem refeições – é inacreditável –, dando liberdade aos soldados na sexta-feira para voltarem após as 12 horas de segunda-feira.

Assim, o que se observa é que recursos aprovados ao aparelhamento e custeio das Forças Armadas e constantes da Lei Orçamentária são sistematicamente retidos ou tomam outra destinação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam o exemplo do Programa Calha Norte. Criado em 1985, o projeto tem por objetivo aumentar a presença do Poder Público na Amazônia Setentrional, prestar assistência à população da região e, principalmente, fazer a vigilância de fronteira.

Uma análise da execução orçamentária do programa mostra um sistemático e crescente contingenciamento para o programa: em 2001, o orçamento foi contingenciado em 56,5%; em 2002, em 41,4%; em 2003, o contingenciamento alcança a marca recorde de 78,3%.

Há um evidente descompasso entre a intenção declarada e a ação efetiva.

A sociedade defende maior interação entre as forças de segurança da União e dos Estados, em especial no combate ao crime organizado. Todos sabemos que uma ação eficiente de vigilância nas regiões de fronteira é fundamental no combate ao tráfico de drogas e de armas.

Por isso, considero inaceitáveis esses cortes orçamentários! Se eram justificáveis – o que acho difícil –, que apresentassem essas justificações ao Congresso Nacional, que foi e é quem discute e aprova a Lei Orçamentária.

Sr. Presidente, veja só, venho falar sobre segurança pública e sou obrigado a reclamar por um orçamento impositivo. Aconteceu o mesmo na semana passada, quando tratávamos das dificuldades enfrentadas pelo Hospital Sarah e quando reclamávamos recursos para o metrô de Salvador.

É certo que ações governamentais exigem recursos, mas não é certo que esses recursos, tendo sido consignados na Lei Orçamentária, sejam sumariamente contingenciados pelo Poder Executivo, que depois justifica não poder cumprir com o que se comprometeu, pois lhe faltam recursos.

Ora, os recursos estavam somente na lei porque o Congresso Nacional concordou e aceitou, sem qualquer dúvida, sua destinação. Se o Governo mudou suas prioridades ou a conjuntura o obrigou a refazer planos e metas, que consulte o Congresso Nacional, que aprovou o orçamento, e não faça discriminatoriamente, como faz com outras verbas, que servem até para aliciar Parlamentares.

Assim deve ser em todas as grandes questões nacionais. Entre elas, estou certo que nenhuma é maior hoje – e as pesquisas dizem isso – do que a segurança pública.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa atuação como Parlamentar não se limita a reclamar a

participação do Exército no combate à criminalidade. Precisamos, no âmbito das Forças Armadas, colaborar para que se fortaleçam e possam auxiliar no combate à criminalidade, ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas.

Vamos garantir no Orçamento de 2004 as verbas necessárias e, enquanto não contarmos com o orçamento impositivo, torcer e pressionar para que as Forças Armadas não tenham seus orçamentos diminuídos com novos cortes.

Como é possível, num País como o nosso, de território tão grande, um País continental, efetuar cortes tão importantes de verbas para as Forças Armadas? Enquanto isso, nos órgãos de publicidade – seja nas estatais ou não – elas aumentam assustadoramente. É, portanto, uma questão de governo. Não creio que haja propósito do Governo de diminuir o papel das Forças Armadas ou mesmo de humilhá-las. Penso que esse não é o propósito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O fato é que isso está acontecendo e não pode acontecer. É necessário que as Forças Armadas tenham recursos suficientes para trabalhar.

Concedo o aparte com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Senador Antonio Carlos Magalhães. Quero apenas registrar que a proposta de V. Ex^a é pertinente. Quando for implantado o orçamento impositivo, será um grande passo, um passo de enorme significado civilizatório. Recordo o fato de que vivemos juntos a votação de alguns orçamentos, V. Ex^a como Presidente do Senado, eu como Líder do Governo na época, e conseguimos – fruto da sua inspiração e da sua determinação – ao longo de cada um daqueles anos votar, no ano-base, o orçamento a ser executado no ano seguinte, o que também não era um hábito do País. Portanto, louvo V. Ex^a pela iniciativa. Tenha certeza de que conta com integral solidariedade da minha Bancada na luta pelo orçamento impositivo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, seu aparte sobre o orçamento impositivo, que, se já estivesse funcionando, não permitiria essa troca imoral de Parlamentares de Partido. Ainda mais: as Forças Armadas estariam em posição de destaque, como deveriam estar e não estão, bem como a Polícia Federal, que não tem recursos sequer para pagar diá-

rias, e outros órgãos importantes para a segurança do cidadão, mostrando que o País exige paz, mas também deseja que as Forças Armadas garantam à sociedade o direito livre de viver.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouço V. Exª, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cumprimento-o pelo pronunciamento muito oportuno, porque V. Exª está reclamando de um processo de queda. Temos de reconhecer que estamos vivendo um processo de queda, de cortes sucessivos ao longo dos anos nos orçamentos das Forças Armadas – Exército, Aeronáutica e Marinha. No momento, há cortes em todos os orçamentos a não ser em um. Ao contrário, há um aumento de 30% no orçamento da divulgação das intenções de Governo – na verdade, este Governo não disse ainda a que veio. Até o Programa Fome Zero, hoje, é tido com muito descrédito. Querem juntar uma série de intenções para fazer ressurgir das cinzas uma intenção que foi o Fome Zero. Mas para divulgar fatos – e eu até comentei a respeito ontem no plenário –, transformaram em um enorme **outdoor** o frontispício do Congresso, fazendo estandartes enormes em um desrespeito flagrante à fachada do Congresso Nacional, ao principal cartão postal de Brasília, pregando uma intenção de governo, intenção que saiu de cena, da ordem do dia. Ninguém fala mais sobre o Programa Alfabetizando. Aumentam em 30% o orçamento da divulgação, da propaganda do Governo e cortam em 30% o orçamento das Forças Armadas. Estou aqui pensando nos Xavantes e Tucanos da Base Aérea de Natal, que vejo paradinhos cada vez que chego no fim de semana àquele Estado. E eu sei o porquê: falta dinheiro para combustível e peça de reposição. E assim é na Aeronáutica e no Exército. E eu sei o que está ocorrendo no seio da oficialidade: perda de auto-estima. O que V. Exª está aqui denunciando é, em última análise, consulta à auto-estima de cidadãos brasileiros que merecem todo o nosso respeito, que são aqueles que fazem as Forças Armadas. Cumprimentos e o meu absoluto endosso ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª, sempre arguto, aborda um ponto muito sério: o da auto-estima das Forças Armadas. Há algum tempo não vemos fardado um general; agora, não vemos nem soldado. Todos ficam com a sua farda enrolada para vestir no quartel, tal o descrédito a que querem levar as Forças Armadas no País.

Portanto, chamo a atenção para esse problema da auto-estima das Forças Armadas. Como se pode ter uma FAB trabalhando, se essa Força Aérea não tem dinheiro para abastecer ou repor peças em seus aviões?

Há segurança? Não há segurança, porque se não há segurança nas Forças Armadas, que dirá entre o povo humilde das ruas.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador, congratulo-me com V. Exª por esse discurso pela Liderança do PFL e por uma razão simples: é mais do que verdadeiro o que V. Exª diz a respeito das Forças Armadas. Mas não é somente o Exército – V. Exª referiu-se ao Exército –, a Marinha e a Aeronáutica também têm economizado dinheiro com rancho. Por quê? Porque os empréstimos que nós aprovamos aqui há anos nunca foram internalizados. Para o Sivam, US\$1 bilhão e 800 mil dólares que nunca foi internalizado. Para fazer a reforma das nossas fragatas, com quinhentos milhões do Paribas, também não foi internalizado. Agora, atinge, no caso da Aeronáutica, 52% da frota de aviões em terra, sem que eles possam voar porque não há dinheiro para as peças. O que V. Exª está falando sobre o dinheiro do combustível é verdade. Em um país de tamanho continental, como é o caso do nosso, é uma questão de poder nacional. Imaginem com toda a cobiça que há sobre a Amazônia se tivermos um problema! Quem levará? Quem combaterá? Os poucos Mirage que temos ainda são modelo F5; já estão na série 16. Nós não temos hoje a necessária capacidade de combate. Uma Nação como esta tem de ter um poder nacional forte e firme não para guerrear, mas para discutir. Hoje estamos vendo um piloto baixar do seu avião e pegar o volante de um táxi para poder complementar o seu salário. Congratulo-me com V. Exª. É uma injustiça com as nossas Forças Armadas. O reflexo disso na segurança é drástico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª tem toda a razão, inclusive, no caso das fronteiras. Eu mostrei agora que o Projeto Calha Norte, criado pelo Presidente José Sarney, foi reduzido em 78%. Por aí, vejam como poderão estar bem garantidas as nossas fronteiras, sem recursos nas Forças Armadas?

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Augusto Botelho, tem V. Exª a palavra.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª, com a sua sabedoria, está fazendo uma exposição e tocou em um assunto sobre o qual eu tenho conversado com quase todos os Senadores, com a maioria deles, que é orçamento impositivo. Todos são favoráveis a ele e todos o elogiam. Eu sou um Senador novo, com inexperiência política. Eu gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte: se todos – a maioria – acreditamos que é bom o orçamento impositivo, por que o Brasil, a nossa Casa, não o adota?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tem V. Exª uma certa razão porque esse meu projeto já tem quatro anos, mas ainda não andou. Agora vai andar porque foi distribuído ao Senador César Borges, que vai oferecer parecer na primeira sessão normal da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas tem razão V. Exª; o Congresso está abdicando de realizar aquilo que seria o mais importante em todas as Nações com o orçamento impositivo. O orçamento impositivo é o esteio da administração pública e no Brasil deve ser assim também.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Com licença.

Encerrado o tempo. É claro que entendemos a importância do discurso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só mais dois apartes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – .. e V. Exª merece todo o meu respeito. Peço que os apartes sejam breves.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu agradeço.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Serei sucinto, Sr. Presidente. O Senador Antonio Carlos Magalhães é excepcional executivo – provou isto nos cargos executivos que exerceu – e sabe da importância do orçamento, que é uma peça fundamental da administração pública e não pode ser mera ficção como tem sido. O atual Governo tem demonstrado incompetência na elaboração e na execução do Orçamento. Há pouco se fez um levantamento. O Governo completava sete meses e pouco mais de 2% do que estava provisionado para investimento havia sido executado pelo Governo. Isso revela uma enorme incompetência. E os que defendem o Governo afirmam: “O Go-

verno está começando, está aprendendo, portanto”. Mas o Brasil não pagar por este aprendizado, quem chega tem que chegar sabendo, quem pleiteia tem que pleitear sabendo. O País tem pressa e não pagará por este aprendizado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o sempre inteligente aparte de V. Exª, que também é um homem experiente e que soube tão bem governar o seu Estado. V. Exª sabe da necessidade de as Forças Armadas estarem bem dotadas para combater o crime e, se for necessário, até um movimento externo. Como um movimento externo não é comum, vamos usar as Forças Armadas, depois de treinadas, para a segurança interna.

Concedo um aparte ao Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, com seu poder de síntese, V. Exª consegue transmitir a todos nós e aos nossos telespectadores do Brasil inteiro no que, na verdade, a segurança pública atinge o País, principalmente quando V. Exª trata da participação das Forças Armadas no reforço para o Governo Federal e os Governos Estaduais. Com essa grande força no combate ao crime organizado, é possível que se estabeleça uma redução nos índices de violência. Eu queria apenas reforçar toda a sua argumentação e dizer da importância do seu discurso. Tive a satisfação de dizer isso com alguma antecedência, no que se refere aos recursos da segurança pública. O Rio de Janeiro é um exemplo patente. Eu cheguei a afirmar, desta tribuna, que não teríamos condições de repassar recursos para o Governo do Estado do Rio de Janeiro por causa da inadimplência do Governo desse Estado. É necessário e importante o que V. Exª traz nesta tarde. Se os recursos forem para as Forças Armadas, será fácil repassá-los, porque as Forças Armadas, além de terem necessidade de recursos, têm como bem aplicar esses recursos. Há necessidade de se repassarem os recursos certos na hora certa para a pessoa certa. Realmente, o Governo do Rio de Janeiro comprova que não basta ter recursos. O Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, não pôde repassar recursos para a área de segurança pela inadimplência e por estar o Governo do Estado do Rio de Janeiro no Cadin. Essa é uma realidade, e a população crê que todos nós, principalmente V. Exª, que aborda esse problema, temos a solução para estabelecer a redução dos índices de violência no País.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Luiz Otávio, agradeço a V. Exª, que demonstra um ponto muito correto, sobretudo a aplicação dos recursos. Sabemos que o Governo não de-

veria temer a má aplicação dos recursos pelas Forças Armadas. Agradeço mais uma vez o aparte ao meu prezado amigo, Senador Luiz Otávio.

Sr. Presidente, finalizo o meu pronunciamento, dizendo que tenho interesse em fortalecer as Forças Armadas – contrariando até muitos dos almirantes, generais e brigadeiros – para que ajudem no combate ao abuso do crime, pois a criminalidade está cada vez maior em todos os Estados do País, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Espero apenas que não me chamem amanhã de golpista por querer fortalecer os recursos das Forças Armadas. As Forças Armadas são fortes em todos os países. Consequentemente, não serão fracas no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ney Suassuna.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Almeida Lima, Tião Viana e Efraim Morais estão inscritos como Líderes. Assim que o Senador Ney Suassuna terminar seu pronunciamento, continuaremos intercalando os oradores, o mais rápido possível.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem hoje à tribuna. O primeiro, a séria crise por que passam Estados e Municípios. Pedimos, na Comissão de Economia, que fosse criada uma subcomissão presidida pelo nobre Senador baiano César Borges para analisar a questão. Eu serei o Relator. Sr. Presidente, temos ouvido Governadores e Secretários de Estado. O último foi o Secretário de Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas, que nos relatou um quadro calamitoso. A essa altura, já no dia de hoje, dez Estados não pagarão o décimo terceiro salário para os servidores. A situação é difícil. Devemos encontrar uma solução. Na próxima semana, ouviremos o Secretário de Fazenda de São Paulo. Já ouvimos um representante do Norte, um do Centro-Oeste e um do Sul.

Srs. Senadores, esta semana, estive na Paraíba e verifiquei, para a minha tristeza, que dos 223 Muni-

cípios quase 100 estão com folhas de pagamento em atraso. Uma cidade importante, Catolé do Rocha, está com quatro folhas atrasadas. A cidade de Patos, tem três folhas atrasadas. Repito: dos 223 Municípios paraibanos 100 estão com folhas de pagamento atrasadas. E esse não é um fenômeno isolado. Conversava, há pouco, com Senadores da Bancada da Bahia e ouvia que cerca de 200 Municípios baianos, dos mais de 400, estão com folhas de pagamento em atraso. Isso se repete em todos os Estados, mas com mais ênfase no Norte, no Centro-Oeste e no Nordeste.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que a seca grassa no Nordeste, há apenas dois tipos de recursos: o INSS, a aposentadoria e o Fundo de Participação dos Municípios. Ora, imaginem a situação de um pai de família que tem como receita única o emprego na Prefeitura e não recebe, há quatro meses, os proventos do seu trabalho. Como sustentará sua família? É uma pasmeira! Está tudo paralisado. Ninguém sabe aonde ir.

Urge que tomemos posição. Tenho certeza de que, após o relatório da Comissão de Endividamento de Estados e Municípios, empreenderemos com rapidez algumas ações neste Senado e, juntamente com os Deputados, agilizaremos ações que possam minorar essa situação.

Concedo um aparte ao nobre Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Ney Suassuna, congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade de seu protesto contra a discriminação que grassa no cenário das comunas brasileiras, especialmente as nordestinas. Esse é um quadro crônico e que suscita da parte dos Prefeitos e dos Governadores uma interrogação: que caixa-preta é essa? Até hoje ninguém teve acesso à forma como o Ministério da Fazenda faz o cálculo para distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados. E com relação aos Municípios da Paraíba, sobre os quais V. Ex^a dá um depoimento da maior seriedade, acrescente-se às dificuldades decorrentes da queda do Fundo de Participação dos Municípios, o agravamento das finanças municipais com relação aos precatórios. Na época em que fui Governador, o Tribunal de Justiça pediu intervenção em 43 Municípios de uma vez só. E havia casos de Municípios que, mesmo se despendessem toda sua receita unicamente no pagamento de precatórios, ainda assim não conseguiriam atender às imposições do Tribunal de Justiça. Há que se modificar a Lei dos Precatórios e estabelecer algum tipo de salvaguarda, de maneira a ser preservada a existência, a

continuidade dos Municípios. Assim, congratulo-me com V. Exª pelo oportuno pronunciamento que está fazendo, vindo em socorro dos Municípios e dos Estados brasileiros, especialmente os situados na Região Nordeste, a mais carente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço o aparte de V. Exª e digo consternado que me chocou a realidade dos Municípios. E eu, como Presidente da Frente Parlamentar Pró-Municípios, sabia das dificuldades, mas não tinha conhecimento do volume de folhas de pagamento de pessoal atrasadas.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem V. Exª a palavra.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, quero parabenizá-lo pela advertência que faz na tarde de hoje em relação à situação dos Estados e dos Municípios. Temos, por três meses seguidos, queda no FPE e no FPM e o País em recessão. O País está parado. Não há investimento por parte do Governo no nosso País, o que significa dizer que há queda de ICMS, empresas fechando as portas, dando férias coletivas e demitindo seus funcionários. Conseqüentemente, a renda está diminuindo tanto nos Municípios quanto nos Estados. Preocupa-me, Senador Ney Suassuna, o pagamento do décimo terceiro. Fico um pouco mais pessimista. Da forma em que se encontram os Estados e Municípios, principalmente os nordestinos, não vamos pagar nem o mês de dezembro, quanto mais o décimo terceiro. Posso garantir – e sei que V. Exª tem esses dados, até porque é um municipalista e está presidindo a frente em defesa dos Municípios, em defesa deles principalmente no que diz respeito à Reforma tributária – que hoje na nossa Paraíba 90% dos Municípios não têm condições de chegar ao final do ano com a folha de pagamento em dia. Infelizmente, o que vai acontecer? Vai ser demissão. E o Senador José Maranhão tem razão em relação aos precatórios. Eu mesmo, logo que aqui cheguei, apresentei uma emenda à Constituição, limitando em 2% da renda líquida para o pagamento de precatórios, com parcelamento de até 60 meses. Infelizmente, quando a matéria chegou ao plenário, foi emendada e teve que voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É uma matéria que tem consenso, porque é boa para a União, para os Estados e para os Municípios. Parabenizo V. Exª, Senador Ney Suassuna! É um alerta que V. Exª está fazendo. Todos nós, Senadoras e Senadores da República, temos a obrigação de já na Reforma Tributá-

ria começar a pensar mais seriamente nos Municípios e Estados brasileiros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Efraim Moraes.

Como eu dizia, e V. Exª enfatiza, todos vão ter dificuldade em pagar o décimo terceiro salário, porque, neste momento, 50% das folhas estão atrasadas dois, três, quatro meses – e acabei de citar alguns exemplos. Realmente é um alerta, e esse foi o primeiro motivo que me trouxe a esta tribuna.

O segundo motivo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um problema de interesse internacional em que o Brasil vem se portando muito bem.

Começaria fazendo aqui a citação de um livro que recomendo que todos leiam, que é o **Ensaio Sobre a Cegueira**, do José Saramago. Em um trecho, ele diz:

(...) costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras". José Saramago, **Ensaio sobre a Cegueira**, p. 308.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em audiência pública realizada no dia 18 de setembro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, tivemos a honra de receber o Ministro Celso Amorim, que nos fez um breve panorama do que foi a Conferência Interministerial de Cancún, parte integrante da Rodada Doha de Desenvolvimento, lançada pela Organização Mundial do Comércio – OMC.

Devo confessar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que as frustradas tentativas de se chegar a um acordo que promovesse, de fato, uma nova etapa de liberalizações e de desenvolvimento no comércio mundial fizeram-me lembrar, quase que imediatamente, de um romance de José Saramago intitulado **Ensaio sobre a Cegueira**.

Nesse livro, uma treva branca começa a se espalhar misteriosamente pelo mundo, cegando e causando muitos transtornos àqueles acometidos por tão insólita moléstia.

A belíssima metáfora da cegueira branca utilizada pelo autor português, Prêmio Nobel de Literatura, vem lembrar-nos da importância da solidariedade e do humanismo perdidos por uma sociedade que insiste em não enxergar a pobreza e o sofrimento alheios.

Um dos pontos de interseção mais notáveis que vejo entre a riqueza metafórica do livro e os últimos

acontecimentos de Cancún se verifica quando Saromago nos alerta sobre “a responsabilidade de se ter olhos quando muitos já os perderam”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmo sem medo de errar que o papel do Brasil na última Conferência Interministerial honrou os melhores momentos da nossa diplomacia, ao defender, à vista de todos, a premissa de que a função do livre-comércio deve ser não apenas a de gerar riquezas, mas, sobretudo, de distribuí-las.

E não há que se falar em distribuição de riquezas, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem uma ampla liberalização agrícola, com a eliminação dos vergonhosos subsídios praticados pelos países desenvolvidos em relação às suas respectivas agriculturas.

Tais políticas protecionistas são responsáveis pela geração de uma das mais grotescas distorções comerciais do mundo e contribuem diretamente para a perpetuação da dependência econômica e para a pobreza de bilhões de pessoas em todos os continentes.

Afinal, basta lembrarmos-nos do fato de que mais de três quartos dos pobres do mundo vivem em áreas rurais, cuja maioria depende de recursos provenientes da agricultura.

Para dar a V. Ex^{as} uma idéia da magnitude dos recursos empregados em práticas protecionistas na agricultura, cabe ressaltarmos que o mundo rico gasta a bagatela de US\$300 bilhões ao ano em subsídios a seus agricultores, nada menos que o correspondente – pasmem V. Ex^{as} – a seis vezes o valor destinado à ajuda humanitária e financeira em todo o planeta. Representam seis vezes o que se gasta para ajudar o desenvolvimento dos países. E, na verdade, o que se gasta em subsídio é uma ajuda que tem retorno, porque é uma troca financeira.

O Brasil, que tanto tem batalhado nas últimas décadas para desenvolver uma das agriculturas mais produtivas e competitivas do mundo, é vítima direta dessas distorções do comércio mundial.

A revista **Veja** do dia 17 de setembro publicou dados capazes de deixar qualquer um de cabelo em pé.

Tomemos o caso da soja e do açúcar, lavouras em que os agricultores brasileiros atingiram inquestionável padrão de excelência: se o Governo dos Estados Unidos deixasse de empregar as centenas de milhões de dólares que emprega para financiar seus produtores de soja, o Brasil poderia comercializar – veja, Sr. Presidente – 2,9 milhões de toneladas a mais, o que geraria US\$400 milhões extras em nossa balança comercial. E agora há uma outra riqueza: o

álcool. Depois do Acordo de Kyoto, no Japão, passamos a ter também o álcool que será adicionado à gasolina. Será uma outra riqueza para os países da área tropical, mormente para o Brasil.

Penso que às vezes há uma certa cegueira quando se fala em transgênicos, pois aqui há sempre uma organização mundial brigando contra os transgênicos, e não sei por que tenho a impressão de que estas que lá vendem subsidiam nossas instituições que aqui lutam contra os transgênicos. Dizem que no Brasil, no caso do transgênicos, há uma reserva de mercado. O País é grande demais, pode-se separar um pedaço e subsidiar os produtores, pois a produtividade é menor. Porém, fecharmos os olhos e proibirmos penso ser algo incrível, uma cegueira também.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a estava falando a respeito das exportações brasileiras e da atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, antes de entrar na polêmica dos transgênicos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que muito nos honra, porque pela primeira vez vi o nosso Ministério de Relações Exteriores e a nossa diplomacia brigando na OMC. Era um complexo nosso, porque nunca brigávamos, sempre baixávamos a cabeça. Pela primeira vez estamos falando forte.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Mas, além dessa postura soberana, o Brasil teve um outro papel, que foi o de promover a aglutinação dos países descontentes com a política dos subsídios. E esse papel de liderança que o Brasil adotou na OMC foi bastante destacado, teve muita reação dos Estados Unidos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O G-22.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Robert Zoellick fez um artigo não muito simpático com relação à atuação. Mas todos sabemos que foi exatamente essa capacidade que o Presidente Lula tem e a atuação do nosso querido Itamaraty que conseguir essa aglutinação. Porém, o que me fez pedir o aparte foi algo além disso: além da postura, o Brasil está adotando também uma forte ofensiva para conquistar mercados, colocando, inclusive, alternativas para não ficarmos mais dependentes dos países que trabalham com o subsídio e as barreiras alfandegárias. A revista **Carta Capital** desta semana traz uma reporta-

gem muito interessante a respeito dessa abertura de novos mercados que o Brasil está conseguindo implementar, alguns já iniciados pelo Governo anterior e que agora estão sendo acelerados. Isso é importante. A China, por exemplo, já chega a ser o segundo...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O segundo melhor mercado do Brasil.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O segundo maior mercado. Os Estados Unidos continuam sendo o maior, com aproximadamente R\$11 bilhões das nossas vendas, mas a China já ultrapassou a casa dos R\$3 bilhões. Estamos abrindo negociações com a China, com o México... Ou seja, aquela perspectiva de organização, de aglutinação que o Brasil teve a capacidade de fazer com o G-22 na OMC está se dando também na prática, com os acordos bilaterais, para incentivo ao nosso comércio. Estou convencida de que, se continuarmos ampliando isso, a posição dos Estados Unidos e de vários países da Europa terá de, obrigatoriamente, ser diferenciada, porque as alternativas do Brasil começam a se consolidar e poderá não mais ser tão necessário comercializar com países que imponham dificuldades por intermédio dos subsídios. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e contribuir com essas informações veiculadas, resultantes da ação que o Brasil tem tido tão ostensivamente não só na diplomacia, mas também na prática das relações internacionais que vêm sendo implementadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senadora Ideli Salvatti. V. Exª traz uma verdadeira e importante. Só gostávamos – e acho que até por um complexo de colonialismo – do chamado “circuito Elizabeth Arden” e por ele lutávamos: Europa e Estados Unidos, de onde ninguém queria sair. Mesmo havendo quotas, dificuldades, era fácil, porque de lá íamos à Disney World ou visitávamos Paris, e há mercados importantes, como os do Egito, da Nigéria, da Índia, da China. Enfim, começamos a abrir os olhos.

O meu maior orgulho, além disso, é o orgulho de começarmos a falar em juntar esse grupo todo na OMC.

Lembro-me de quando relatamos a Lei de Patentes. Foi vergonhoso como nos curvávamos a tudo. Um dia, tive vontade de renunciar ao meu mandato de tão envergonhado que fiquei. Deixamos de lado a questão da biodiversidade, cedemos em tudo porque não tivemos coragem de falar forte. Pela primeira vez nos sentimos orgulhosos de poder falar forte. Imediatamente, surgiram mais vinte, formando o G-20, e depois mais dois. Não subiu para vinte e quatro, caiu

para vinte e dois. É óbvio que vão fazer pressão para que o grupo não cresça, mas ele tem tudo para crescer, com a adesão do Egito... Eu disse ao Embaixador do Irã que eles deveriam instar para que o país imediatamente entrasse no grupo. Enfim, devem entrar todos os que estão subjugados e perdendo espaço por conta dos subsídios.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador, para complementar, eu gostaria de dizer que é nesse ponto que entra a questão dos transgênicos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A questão dos transgênicos vou deixar para outra hora. Na minha opinião, é uma cegueira. Vamos discutir a questão em outra ocasião para não desvirtuar o objetivo do nosso discurso de hoje.

Concedo um aparte ao nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, ouço com muita atenção o discurso de V. Exª, que, como sempre, é lúcido, objetivo e inteligente. V. Exª fala sobre a necessidade de o Brasil entrar nessa guerra para discutir a questão dos transgênicos, que V. Exª está deixando para discutirmos em outra oportunidade. Na verdade, para todos nós, os transgênicos aparentam ter uma produtividade muito maior, isto é, em uma área menor produz maior quantidade, com a grande vantagem de não eles não estarem sujeitos a pragas etc. Mas não é isso. V. Exª falou na questão da OMC, em relação a aumentar as nossas exportações, se não me engano, e que os mercados estão sendo bloqueados pelas barreiras, porque há países que vendem grãos, como o Brasil, que empurra um volume enorme de soja pelo Porto Paranaguá. Eu convocaria V. Exª, homem do Nordeste, inteligente e competente, para formarmos aqui uma nova barreira de um novo produto para exportar. Se podemos produzir soja num volume cada vez maior, como no Mato Grosso, onde já passamos da classe dos 20 bilhões de toneladas, e continuamos exportando grãos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É matéria-prima.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Quem exporta grãos é um país que não quer valor agregado. Na minha opinião, porque estou por dentro disso há mais de cinco anos, porque cuido do biodiesel, eu poderia dizer a V. Exª o seguinte: se se fizer a transformação da soja, 80% é farelo e 20%, óleo. O farelo da soja vale. E V. Exª sabe muito bem que vale. Os chineses compram toda a produção que tivermos. Se transformarmos os 20% da soja em biodiesel, em vez de fa-

zer margarina e óleo, que saturam o mercado, porque temos um volume muito grande, toda a Europa compra a nossa produção e não tem barreira. Veja bem: produzindo soja, mando o farelo para a China, sem barreira, e mando o biodiesel para a Europa, sem barreira. Senador Ney Suassuna, V. Exª sabe qual é a diferença? Já fizemos as nossas contas. Se eu agregar óleo biodiesel no óleo de soja, aumento a renda do produtor em 25%. Não é desprezível. Vamos exportar biodiesel a partir da soja? Essa é a minha pergunta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse dia virá, nobre Senador, porque realmente um País que tem o grau de industrialização como o do Brasil vender produto *in natura* é uma irracionalidade.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Exatamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado pelo aparte de V. Exª.

Dando continuidade, no caso do açúcar, a eliminação do subsídio norte-americano traria ganhos da ordem de US\$2,6 bilhões ao ano.

Na União Européia, a média anual de subsídios ofertados a cada produtor chega a US\$17 mil, enquanto que, nos Estados Unidos, esse valor alcança, para cada produtor, US\$16 mil anuais.

A grande ironia – para não dizer esquizofrenia – desse quadro completamente destoante das necessidades de considerável parte da população mundial reside no fato de que 2,8 bilhões de pessoas espalhadas pela Ásia, África Subsaariana e América Latina vivem com menos de US\$2,0 por dia.

É por isso que a agricultura era tema inevitável em Cancún. Era por isso que, de certa forma, os avanços em agricultura condicionariam os avanços nas demais áreas.

E não era para menos. Estudos do Banco Mundial estimavam que os ganhos de uma Rodada bem-sucedida poderiam oscilar entre US\$290 bilhões e US\$520 bilhões ao ano, sendo que aproximadamente dois terços desses ganhos adviriam da abertura comercial de bens agrícolas.

Quando, há pouco mais de um mês, um conluio entre a União Européia e os Estados Unidos apresentou texto-base modestíssimo no que tange à abertura para os bens agrícolas, mas extremamente progressista nos demais temas, principalmente nos chamados temas de Cingapura, um mal-estar generalizado acometeu os países em desenvolvimento, ansiosos por colherem os supostamente saborosos frutos da globalização. Ou seja, recalca-se a agricultura e abre-se área de industrialização. Perdemos de novo.

O aspecto das promessas não-cumpridas da Rodada Uruguai voltou a assombrar os negociadores, explicitando o abismo existente entre as declarações bem-intencionadas, de um lado, e a realidade assimétrica de um regime de comércio mundial que claramente beneficia os países ricos, de outro.

Foi nesse ponto que um dos melhores capítulos da diplomacia brasileira pôde desenvolver-se. Sob a liderança do competente Ministro Celso Amorim – meu aplauso a S. Exª – o Brasil tomou a iniciativa, apoiado desde o início pela China e pela Índia, de fundar um grupo de países cuja plataforma significasse uma alternativa real às limitações da proposta encampada pela dupla Estados Unidos e União Européia.

O grupo, conhecido como G-22 – ou como G-20 **plus**, nas palavras jocosas do Chanceler –, logo se credenciou como interlocutor válido na mesa de negociações, não só pela representatividade e legitimidade de seus membros, mas, sobretudo, pelo caráter propositivo e objetivo de seus posicionamentos.

A junção dos países mais populosos do mundo (China e Índia), com os mais populosos da América Latina e África (Brasil e Nigéria), juntamente com a maior nação árabe (Egito) e islâmica (Indonésia), foi capaz de gerar uma plataforma alternativa concreta, longe do obstrucionismo e da retórica vazia.

Por isso mesmo, o G-22, que, segundo jornalistas, já se transformou em G-24, teve o condão de inserir o avanço nos temas agrícolas como imprescindível. Se a Rodada Doha de Desenvolvimento pretende fazer jus ao nome que recebeu precisa considerar o que lá foi proposto.

Curiosamente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não foi a agricultura, mas os chamados temas de Cingapura – quais sejam, investimentos, políticas de concorrência, compras governamentais e facilitação de negócios – os responsáveis pelo desentendimento que levou ao impasse que acabou por dar cabo à Conferência Interministerial de Cancún.

A intransigência dos países desenvolvidos em fazer avançar a Agenda de Cingapura sem as mais mezinhas concessões em agricultura gerou forte indisposição em um considerável contingente de países africanos, o que acabou por determinar o fim do Encontro sem avanços concretos nas negociações.

Entretanto, a Rodada Doha vai até o dia 31 de dezembro de 2004, e nós brasileiros temos a expectativa de que será possível avançar no regime multilateral de comércio regulamentado pela OMC.

É válido frisar que o marco legal que a OMC traz consigo é um avanço muito importante para o desenvolvimento brasileiro.

Não hesito em dizer que o Brasil e os demais membros do G-20 **plus** – o G-22 e o G-24 – saem fortalecidos do Encontro, apesar do desapontamento inicial de todos os interessados em um sistema de comércio mundial mais justo.

A liderança inequívoca da delegação brasileira, pautada pela objetividade e avessa à ideologização do debate, confronta os mandatários dos países ricos com as injustiças que eles mesmos criaram e hoje alimentam.

Quando lemos na imprensa declarações de um Pascal Lamy, Comissário de Comércio da União Européia, que afirmou a necessidade de cuidados intensivos para a Rodada Doha, perguntamo-nos, não sem certo assombro: quem foi o responsável por levá-la à UTI? A quem interessa a manutenção de privilégios incabíveis em um suposto regime de livre-comércio? Eles querem que abram as portas dos países em desenvolvimento, enquanto eles cerram as suas.

A legitimidade do Brasil, agregado a um grupo que representa 65% da população mundial, torna a intransigência dos privilegiados cada dia mais insustentável. E previne a cegueira, o que, nestes tempos difíceis do comércio mundial, não é apenas salutar, mas também absolutamente necessário que se combata.

Com toda certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando eles não querem fazer a negociação multilateral e buscam fazê-la um a um, é o mesmo convite que faria uma onça pintada a uma cotia. Imagine quem será o vencedor! Os países desenvolvidos portam-se como a onça pintada e os países em desenvolvimento não como uma cutia, mas como um caititu. Se a manada estiver unida, não há onça que pegue; se a manada estiver isolada, o que se isolar será devorado pela onça pintada.

Era o que eu tinha a trazer hoje à tribuna.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, por cessão do Senador José Maranhão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula completa nove meses. Creio que não há muito a comemorar. O que se constata, nesses nove meses, é uma seleção de contradições, em que a incoerência é a marca registrada do atual Governo. Em nove meses, os principais dogmas que alimentaram as urnas do PT e o levaram ao Palácio do Planalto foram sepultados.

É um Governo improdutivo, Sr. Presidente. Qual a construção do atual Governo nesses nove meses? Talvez sejam as duas reformas – a da previdência e a tributária –, que na verdade são reformas que deformam o modelo de Previdência Social do País e o modelo tributário nacional.

De outro lado, tornou-se recorrente entre nós a citação de que “o verdadeiro Lula está na Argentina”, como afirma o articulista Carlos Nasser, do jornal **Gazeta do Povo**, do Estado do Paraná. A firmeza com que o Presidente Néstor Kirchner vem conduzindo a crise Argentina, não cedendo à imposição de um receituário recessivo imposto pelo Fundo Monetário Internacional, é parte da comparação. Aliás, o nosso Governo é especialista em prescrever receituário recessivo, na contramão do discurso pronunciado pelo PT durante 23 anos.

Eu sei que há uma grande decepção entre aqueles que, de forma autêntica, defenderam o programa do PT durante muitos anos, decepção com a mudança radical operada assim que o Presidente Lula assumiu o Poder. Enquanto as taxas de juros nos Estados Unidos são de 1,25% e, na União Européia, de 1,75% ao ano, aqui está a 20% no Governo e 150% nos bancos.

Nossa taxa de desemprego é a maior de todos os tempos: 13% da população economicamente ativa está sem trabalho, segundo o IBGE, e 20% segundo outras instituições – desemprego brutal, preocupante, dramático.

A queda do rendimento real caiu para menos de 13,8%, o que significa que se consome menos a cada dia. Há poucos dias, apresentamos aqui números que atestam a queda de 7,9% na venda dos produtos básicos da alimentação, os produtos da cesta básica! Mais uma vez, comprova-se que o trabalhador brasileiro, o assalariado do nosso País está comendo menos.

A receita do Fundo Monetário Internacional – pasmem – está sendo adotada com rigor pelo Governo do PT. E, é claro, não há exemplo de país que tenha obtido índices de crescimento compatíveis com a realidade social atrelado às políticas públicas impos-

tas pelo FMI. É evidente, de outro lado, que se admite atrelamento às políticas impostas pelo FMI em determinado momento de transição, mas, obviamente, não se admite a perenização da política de atrelamento aos desejos do Fundo Monetário Internacional.

É por isso que se afirma que o verdadeiro Lula está na Casa Rosada. Em Buenos Aires, Néstor Kirchner “ameaçou não pagar uma parcela da dívida e renegociou o principal sem pagar juros nos próximos anos” – diz Carlos Nasser. Lá, o Fundo Monetário Internacional recebeu um tratamento nos moldes do discurso petista dos últimos anos. Aqui, assistimos a muitos discursos e retórica, que anuncia para amanhã o espetáculo do crescimento. O Sr. Ministro da Saúde anunciou que 500 remédios tiveram seus preços reduzidos. Certamente, não é o que vêem os que são forçados a conferir os aumentos dos medicamentos nas farmácias do Brasil.

Vamos enumerar alguns números. Os cheques sem fundos representam 36% da dívida não paga pela população e cresceram 6% neste ano. Os cartões de crédito representam 33% de inadimplências, e 29% são dívidas bancárias (empréstimos não pagos). Em 2001, eram 26%. Já são 30% neste ano. Pagamos juros exorbitantes, e nosso crescimento é pí-fio. A tradução é: menos alimentação, menos escolas, menos hospitais e menos trabalho.

Um dado alarmante divulgado hoje pelo Banco Central: o setor público – União, Estados, Municípios e estatais – gastou, de janeiro a agosto deste ano, 69% a mais com o pagamento de juros do que no mesmo período do ano passado. Nos primeiros oito meses do ano, os gastos com juros somaram R\$102,417 bilhões contra R\$60,689 bilhões em igual período de 2002. A proporção dessas despesas em relação ao Produto Interno Bruto subiu de 7,17% para 10,2%, e a dívida pública subiu de 56% para 57% do PIB neste ano. Portanto, no ano em que o Presidente Lula afirmou que passaria para a história como o ano em que ele mudou o Brasil, exatamente neste ano, a dívida pública cresceu 1% do PIB, o que é gravíssimo.

Gostaria de repetir: o gasto com juro da dívida cresceu 69%! Devemos ressaltar que o aumento dos gastos reflete a elevação da taxa de juros aplicada pelo Banco Central, que corrige aproximadamente metade da dívida do setor público.

Para completar esse quadro desolador da nossa economia, o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, afirmou que o Banco Central deve voltar a baixar sua previsão de crescimento do País neste ano. As projeções apontam para 0,6%. Uma taxa de crescimento do PIB nesse patamar não

reflete espetáculo algum de crescimento, como anuncia o Governo.

De todos os setores da sociedade brasileira, são emitidos clamores pela retomada imediata do crescimento econômico. A pauta do Governo do Presidente Lula é questionada em todas as frentes e segmentos organizados da população. Vejam, por exemplo, a nota divulgada pela regional de Mato Grosso do Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cobrando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a demarcação das terras indígenas no País e uma política de assistência para os índios. A cobrança da CNBB está fundamentada no programa do PT apresentado na campanha eleitoral.

Em meio a tantas cobranças, cobranças justas, legítimas, lícitas, o Governo ignora por completo os clamores da sociedade, adota uma postura de arrogância e articula de forma voluntarista e triunfalista.

Ao retornar de sua última ofensiva externa – ONU, México e Cuba –, o Presidente Lula, em avaliação feita a bordo da aeronave presidencial, concluiu que seu desempenho foi perfeito. Uma pitada de cautela e modéstia seriam recomendáveis ao Presidente da República. Apenas para ilustrar, ontem à noite, em Paris, o Presidente Lula foi duramente criticado pelos participantes de uma manifestação contra o Presidente de Cuba. Artistas, cineastas, vários intelectuais não pouparam críticas à postura adotada pelo Presidente do Brasil em sua visita a Havana. O Presidente não falou uma palavra sobre os dissidentes cubanos. A crítica mais contundente partiu do ex-Ministro da Cultura da Espanha, o escritor Jorge Semprun, que declarou estar decepcionado e desiludido com o Presidente Lula. Aliás, no plano interno, muitos comungam da mesma opinião.

Veja, por exemplo, Senador Efraim Morais, Líder da Oposição nesta Casa, o que Lula disse aos quinhentos estudantes universitários brasileiros que estudam em Cuba e que querem validar o diploma no Brasil: “Não tenho dúvida nenhuma de que vocês voltarão para o Brasil muito mais qualificados politicamente, moralmente, eticamente e profissionalmente”.

Senador César Borges, trata-se de uma ofensa ao nosso País. Para se qualificar politicamente, moralmente, eticamente e profissionalmente, é preciso que deixem o nosso País e se abriguem sob a sombra do autoritarismo cubano? Que lição de ética é possível obter em Cuba, com a tortura, com a prisão, com o assassinato dos adversários da política, com a agressão aos mais elementares direitos humanos, afrontando as normas universais de respeito à cidadania? Que tipo de lição imagina o Presidente Lula seja pos-

sível buscar na ilha de Fidel Castro? Creio que toda a nação democrática está a fazer essa indagação ao Presidente do Brasil.

Concedo o aparte, com satisfação, ao Líder da Oposição, Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Alvaro Dias, parabeno V. Ex^a pela forma objetiva com que comenta os nove meses de Governo do PT e do Presidente Lula. O **Informe JB** faz um resumo de nove meses interessantíssimo. Se V. Ex^a me permitir, passo a ler: “Nove meses” é exatamente o título; “A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, discorda do Governo sobre a política dos transgênicos. O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, cobra do Planalto mais verbas para o ensino. O Vice-Presidente, José Alencar, ataca a política de juros do Ministro Antonio Palocci. O Ministro José Dirceu e o Presidente do PT, José Genoíno, divergem sobre o loteamento de cargos federais. O assessor do Presidente Lula, Frei Betto, acha que a mudança da Presidência do Incra equivale a trocar Coca-Cola por Pepsi-Cola. Os dissidentes do PT acusam os líderes do Partido de incoerência. O espetáculo está no ar”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem tem companheiros desse nível não precisa de adversários.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Sem considerar a viagem à Argentina da ex-Senadora e Ministra Benedita da Silva, com recursos do Erário e com outras desculpas, e sem falar que a grande bandeira do PT, o Programa Fome Zero, está na estaca zero há nove meses, o que temos observado são muitas viagens e diárias. Os companheiros estão no ar. E há nove meses não temos conhecimento do espetáculo do crescimento. Mas vamos caminhar. Enquanto isso, aumenta o desemprego, e os recursos não aparecem no País. Está aqui o jornal venezuelano **El Nacional**, de 18 de setembro de 2003. Estava na Venezuela e comprei esse jornal, que divulga que o governo libera US\$1 bilhão à Odebrecht para a construção da linha quatro do metrô de Caracas ou para a nova ponte sobre o rio Orinoco. Quantas obras paralisadas a empresa Odebrecht deixou no Brasil? É bom que se diga que, pelo que está no jornal, a obra já foi construída. Tal quantia é para pagar obra já construída e que está em conclusão. Como disse V. Ex^a, estão ora na Venezuela, ora na Argentina, ora no Uruguai. Não sei. Passaram por Cuba, passaram pelo México, deve haver mais dinheiro para os companheiros do México e de Cuba. Parabéns a V. Ex^a pela análise. Aproveito a oportunidade e parabeno também Ana Maria Tahan, do **Informe JB**, pelo resumo que considero inte-

ligente e objetivo e que deixa claro o que é o Governo. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte ilustre, que, sem dúvida alguma, valoriza nossa participação nesta tribuna. É por isso, Senador, que às vezes ficamos a imaginar, quando ouvimos o anúncio de bilhões para o nosso País, para a agricultura, e quando, na prática, não constatamos a execução desses planos anunciados pelo Governo: será que este Governo é o do Brasil, ou é de outro país? Quem sabe a Venezuela possa aplaudir pelos benefícios recebidos nos nove meses do Governo Lula! Quem sabe Cuba possa aplaudir. Mas, lamentavelmente, aqui, no Brasil, não estamos conseguindo aplaudir o atual Governo. O que podemos aplaudir talvez seja a competência do **marketing** que o Governo adota para sustentar-se na opinião pública. Talvez, por essa razão, justifica-se até o aumento de recurso do Orçamento para a área de publicidade do Governo Federal.

De outro lado, se há um desemprego crescente, o emprego cresceu e transformou-se em pleno emprego nas hostes do PT, porque o Governo foi generoso com os militantes do Partido, oferecendo a eles espaços incríveis na máquina pública, com a partidização da máquina pública brasileira jamais vista em toda a nossa história. Podem voltar atrás, podem voltar ao passado e falar do fisiologismo, que, lamentavelmente, levou doença ao Poder Público brasileiro, mas não há como ignorar que neste Governo se batem todos os recordes em matéria de partidização da máquina pública, alcançando inclusive setores intocáveis do Governo, como a saúde. As denúncias já explodiram em manchetes sobre a partidização do setor de saúde pública no nosso País e também na área de reforma agrária, com o Incra. E, agora, a imprensa refere-se às instituições financeiras estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

É evidente que se admite a participação dos políticos em cargos de confiança de qualquer Governo, mas o que não se pode admitir é a generalização dessa prática, com o comprometimento de setores que devem priorizar a capacitação técnica, que devem colocar em segundo plano os interesses partidários em favor do interesse da eficiência, com a capacitação técnica dos profissionais que ocupam esses cargos. É preciso compatibilizar os interesses político-partidários com os interesses da administração pública que, em última análise, são os interesses da sociedade. Os critérios a serem adotados por qualquer governo responsável são o da probidade, da competência

administrativa, da qualificação técnica no preenchimento dos cargos públicos. O ideal seria a utilização de poucos nomes da política nos cargos de confiança do governo. O ideal seria a utilização de forma ampla e absoluta dos técnicos que integram os próprios quadros da administração pública. Mas há espaço sim para que os oriundos da vida partidária imponham também o conceito de natureza política às ações de governo, fundamentais para que se alcance as aspirações da sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, não há como não condenar essa prática nociva, que puxa para baixo o nível da administração pública, que torna o serviço público de pior qualidade. E é por essa razão que há uma paralisia governamental. É exatamente por isso que, em cerca de 8 meses, o Governo do Presidente Lula conseguiu aplicar pouco mais de 2% daquilo que estava provisionado no Orçamento da União para investimentos, no ano de 2003.

Sr. Presidente, não é com prazer que fazemos essa abordagem da tribuna ao completarmos 9 meses do Governo, que seria da mudança. Os “mudancistas” deste País estão decepcionados com as mudanças...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Alvaro Dias, lamento informá-lo de que o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Ao tempo que externo aqui a grande admiração que tenho por V. Exª como Senador da República, acontece um fato nunca dantes ocorrido no Senado, V. Exª está aqui, conforme o art. 17 do Regimento Interno, e numa terça-feira! Isso traduz a sua competência de ser, como diz no livro **O Pequeno Príncipe**, raposa e leão. O leão, combatendo o Governo; e a raposa, conseguindo usar da palavra, como Líder do Partido que V. Exª representa, com muita propriedade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB do Estado de Rondônia. Em seguida, ao Líder do PDT, Senador Almeida Lima, do Estado de Sergipe.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs Senadores, volto a usar esta tribuna para denunciar o desvio de bilhões de reais dos recursos da Cide, que deveriam estar sendo usados para a recuperação de nossas rodovias e foram

sequestrados pelo Governo, congelados, contingenciados.

A situação de nossas estradas é desesperadora. A malha rodoviária federal, incluída aí a de meu Estado, Rondônia, está em petição de miséria. É tão precária que em muitos trechos já não bastam as operações do tipo “tapa-buraco”. É preciso proceder a reparos mais demorados e mais dispendiosos.

Cito aqui trechos de nossas rodovias federais. A BR-364, que vai de Vilhena, passando por Ji-Paraná, Porto Velho, sem falar de todas as cidades ao longo dessa BR, e vai até a divisa do Acre, depois de Extrema e Nova Califórnia, apresenta trechos lastimáveis. Também a BR-425, que vai de Abunã até Guajará-Mirim, na divisa da Bolívia. Também está na mesma situação da BR-364. Temos ainda rodovias que não foram, sequer, pavimentadas, como a BR-174, a BR-421 e a BR-429.

Cito uma reportagem, Sr. Presidente, do jornal **O Estadão do Norte**, de domingo. O jornal traz uma reportagem com o título “Interdição”.

A coisa está ganhando dimensões perigosas. Tudo indica que se chegará a patamares incontroláveis se providências não forem tomadas pelo Governo Federal. O problema relaciona-se à BR-364, que está em situação deplorável em muitos trechos, causando acidentes, prejuízos materiais e muitas mortes.

Perigo.

Ainda em relação à BR-364, apesar dos inúmeros acidentes e mortes que já se registraram, o Dnit, de Rondônia, através da sua representação estadual, continua sem fazer absolutamente nada para fechar crateras na BR e na ponte às proximidades do Distrito de Jaci-Paraná, há 80km de Porto Velho. O perigo é imenso principalmente à noite ou quando está chovendo, pois as condições de visibilidades ficam precárias e impedem que os motoristas percebam os buracos e possam desviar os seus veículos. O problema existe há bastante tempo. Porém, continua sem solução.

O Senador Alberto Silva, há meses, vem defendendo a criação de uma Câmara de Gestão para resolver o grave problema das rodovias federais. Com custo baixo — R\$2 bilhões ou R\$3 bilhões/ano —, talvez, em 3, 4 anos, pudesse ser resolvido todos os gra-

ves problemas de nossas rodovias e, assim, termos uma malha rodoviária federal totalmente transitável e sem acidentes.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, V. Exª mencionou aquele estudo que tive a felicidade e a honra de montar a respeito das estradas brasileiras. Poderíamos fazer um resumo para que a Casa, como um todo, tome conhecimento, uma vez que alguns companheiros não tiveram oportunidade de ter o estudo em mão. Vamos fazer um resumo. V. Exª acabou de mencionar o estado precário das estradas no seu Estado. Com a ajuda de técnicos que conhecem o assunto, da Confederação Nacional dos Transportadores de Carga e da Associação Brasileira dos Construtores de Estrada, chegamos a alguns números que vale a pena condensar aqui para ilustrar o discurso de V. Exª, oportuno e adequado ao momento em que o País vive. Riqueza é tudo o que é produzido pela inteligência do homem, seja a industrial, seja a do campo, seja a riqueza como um todo, em economia, riqueza. A riqueza brasileira é transportada em cima de pneumáticos em 90% da sua quantidade. Esses volumes são tão grandes que neste curto espaço desse aparte que faço a V. Exª prefiro resumir a receita do que propriamente o problema. Mas vamos ao problema. Detectamos 25 mil quilômetros de rodovias brasileiras, em todos os Estados, Estado por Estado – V. Exª conhece o trabalho – inclusive no seu Estado, e podemos mencionar o seguinte: em 25 mil quilômetros de estradas federais é necessária a retirada e substituição do asfalto por novo asfalto; em 7 mil quilômetros, é necessário substituir o asfalto e a base. E fizemos um estudo sobre o prejuízo que essa buraqueira em 32 mil quilômetros de estradas provoca ao País. Vamos por partes. São 1 milhão e 800 mil carretas rodando em estradas federais destruídas, como V. Exª acaba de mencionar. Um estudo feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e cuja base utilizamos para efeito de cálculo diz que se essas carretas circulam numa estrada asfaltada boa, correta, elas gastam “x” litros por quilômetro rodado; mas se estão em cima dos buracos, elas gastam 39% a mais, inutilmente. Então, vamos aos números: quantos litros de óleo gastam nas estradas federais as 1 milhão e 800 mil carretas? Esse número praticamente ninguém sabe, mas são 12 bilhões de litros. Acrescente-se 39% de gasto extra porque as carretas não andam, freiam e mudam de posição, desaceleram, aceleram, os motores estão jogando óleo diesel no ar, sem prestar nenhum serviço de transporte; 39% de

12, vamos para pouco mais de 4 bilhões de litros de óleo diesel gastos inutilmente, multiplicados por R\$1,04, preço do litro de óleo na bomba, temos o número aterrador de R\$7 bilhões de prejuízo ao País e à Petrobras, que importam óleo para queimarmos e jogarmos fora. Senador Valdir Raupp, permita-me só completar, tomando parte do seu discurso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Fique à vontade, Senador.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Creio que o que falo ajuda no raciocínio de V. Exª. Eles tiveram que aumentar o custo Brasil em 25%. Fizemos o cálculo do volume de mercadoria que eles transportam no País e chegamos a outro número aterrador: são R\$6,5 bilhões que, somados aos R\$7 bilhões, resulta em R\$13,5 bilhões jogados fora. E o Brasil está pagando. Quanto ao patrimônio nacional, são 1,8 milhão de carretas; considerando-se por baixo R\$100 mil uma carreta, são R\$180 bilhões, mais 15% de desgaste anual – um número da própria Federação dos Transportadores de Carga – resultam R\$27 bilhões de prejuízo ao patrimônio nacional em carretas que conduzem a riqueza do País. Então, Sras e Srs. Senadores, são R\$40 bilhões. Foi simples o estudo que fizemos na área de engenharia. Considero-me uma pessoa que conhece razoavelmente esse assunto por várias razões: sou engenheiro e trabalhei na área. Fui Governador, fiz muitas estradas e já ministrei aulas a respeito na Universidade do Ceará. O que fazer? É simples, Excelências. Se tenho 120 empresas de engenharia paradas – destas, 20 são de grande porte e 100 de porte médio –, e coloco essas empresas brasileiras que são capazes de construir e reconstruir essas estradas em um programa ordenadamente feito, com um cronograma executivo de 18 meses, o valor é de 4,7 bilhões. Seriam disponibilizados 3 bilhões em um ano e 1,7 bilhão em outro. O Cide tem esse dinheiro. Basta retirar um pouco desse contingenciamento que aí está e montar uma câmara de gestão. Isso não é fácil. Executar 32 mil quilômetros de recomposição de estradas em um período de 18 meses requer ordem, decisão política e força. Nem o Ministério dos Transportes nem o Denit têm estrutura para isso. Eu propus uma câmara de gestão – e V. Exª a conhece. Temos inclusive a sua minuta. Quero aproveitar para dizer a V. Exª que felizmente, e graças a Deus, esse trabalho foi ao Palácio do Planalto e tenho a satisfação de dizer a V. Exª que foi aprovado pelo Ministro José Dirceu e pelo Presidente Lula. Sua Excelência nos disse que, em breve, depois de concluídas as votações das reformas da previdência e a tributária, vamos aprovar a câmara de gestão e consertar as estra-

das porque o Brasil está precisando. Eu fico feliz em ter podido dar uma contribuição em meu nome pessoal e em nome do PMDB. São as notícias que eu gostaria de dar, felicitando V. Exª pelo excelente discurso que faz nesta tarde.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nós estamos torcendo para que realmente o Presidente da República determine a criação dessa câmara de gestão e a execução dos trabalhos como V. Exª, que tem o mapa rodoviário do nosso País na cabeça, na memória, tão bem explanou aqui. Parabéns pelo seu aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Peço a V. Exª um aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu concedo um aparte ao nobre Senador César Borges, da Bahia.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu gostaria de parabenizar V. Exª pelo seu pronunciamento, por esta oportunidade. Esse é um assunto que eu já abordei da tribuna algumas vezes, no sentido de também denunciar o estado lamentável em que se encontram as estradas federais do meu Estado. É uma questão nacional. Eu e o Senador Alberto Silva – como engenheiro civil que é, tanto quando eu também o sou – entendemos toda essa problemática e as dificuldades das nossas estradas, que correspondem a um grande patrimônio nacional construído ao longo de décadas e que estão agora sendo dilapidadas, perdidas por falta de cuidado e atenção. Elas estão sendo totalmente destruídas como se fosse um edifício; porque uma estrada também é uma construção estrutural; tem sub-base, base, superestrutura, revestimento. Tudo está sendo totalmente destruído. Não adianta mais tapa-buraco. Trata-se de fazer uma recuperação completa exigindo recursos da Nação. Enquanto não é feito, perdem-se recursos porque o frete rodoviário cresce enormemente para poder pagar exatamente um descuido do Governo Federal com esse patrimônio nacional. Agora, o que acontece? Em recente visita que fiz ao Ministério dos Transportes, disse-me o Ministro que as suas verbas estavam sendo contingenciadas mais ainda e que ele havia sido chamado ao Ministério da Fazenda para sofrer mais um corte nos recursos, que já são escassos. Quer dizer, não há uma decisão política, governamental de investir na recuperação das estradas. O Governo Federal não

elege uma prioridade sequer, seja infra-estrutura, seja saúde, seja educação. Estamos apenas no discurso, na teoria; não há operacionalidade por parte do Governo Federal para fazer essa recuperação. A realidade e o diagnóstico existem; o Senador Alberto Silva e V. Exª o disseram claramente aqui, mas não há vontade política, não há decisão do Governo de fazer a recuperação dessa fundamental infra-estrutura para o País. Portanto, quero me associar ao seu pronunciamento, parabenizá-lo e dizer que esse não é um problema de Rondônia, não é um problema do Piauí, mas é um problema do Brasil como um todo. Muito obrigado, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Senador César Borges, Eu o incorporo também ao meu pronunciamento.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, eu gostaria só de enfeixar um pouco o que aqui dissemos: é claro que o Ministério dos Transportes – ficou muito claro na nossa exposição e V. Exª bem sabe – não tem estrutura para entrar em uma batalha desse porte. Ele não tem estrutura. Por isso a minha proposta é de uma câmara de gestão em que o Ministro dos Transportes irá fazer parte como vários outros. A câmara de gestão é uma câmara constituída de representantes de transportadores, construtores de estrada, Ministros da Fazenda, do Planejamento e o Ministro dos Transportes. Haverá um comando único lá do Planalto, evidentemente, pela câmara de gestão, a exemplo do ocorrido no episódio apagão: quem vai comandar será o Ministro Chefe da Casa Civil. Existe um núcleo gestor constituído de pessoas de alta competência técnica que aproveita essa proposta de 18 meses em que está tudo programado: tanto a feitura dos projetos, como a execução. Em 18 meses nós teremos 32 mil quilômetros de estradas perfeitamente recuperados a um custo infinitamente menor do que se propõe. Quatro bilhões e setecentos é o valor para trocar toda a base e a capa de asfalto de 32 mil quilômetros. Completando, queria dizer: O Ministério dos Transportes não tem condições de fazer isso sozinho e não adiante colocar dinheiro lá, porque não vai resolver. A câmara de gestão, sim. Como temos a promessa do Presidente, vamos acreditar e vamos esperar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Tenho alertado, Sr. Presidente, desta tribuna, sobre a importância das rodovias para a economia nacional. Se a malha rodoviária está em mau estado toda a economia sofre. O País perde competitividade, as Regiões Norte e Centro-Oeste sofrem em especial. Enfim, todo o povo brasileiro é prejudicado.

Agora, são estudos da conhecida CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, são estudos dessa respeitada instituição que apontam para os prejuízos que sofrem os países de nosso continente e pela falta de preservação das rodovias.

A notícia sobre essa importante pesquisa da CEPAL foi-me enviada pela ABDER – Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, entidade que existe desde 1977. Ela congrega todos os órgãos rodoviários estaduais e congêneres, com o propósito de defender as nossas rodovias.

O mencionado estudo da CEPAL traz conclusões impressionantes. Os prejuízos que os países da América Latina e do Caribe sofrem com o mau estado de suas estradas de rodagem e atingem o espantoso percentual de até 3% do PIB! Os resultados da pesquisa indicam prejuízos nunca inferiores a 1% do PIB. Portanto, o abandono das rodovias e desvio dos recursos da Cide, que deveriam estar sendo maciçamente investido na malha rodoviária, estão custando ao Brasil muitos bilhões de reais, provavelmente bem mais do que a arrecadação total da Cide, que este ano será de cerca de 11 bilhões de reais.

Aquilo que sempre afirmamos intuitivamente é agora confirmado pelo estudo da CEPAL traz conclusões impressionantes. Os prejuízos que os países da América Latina e do Caribe sofrem com o mau estado de suas estradas de rodagem atingem o espantoso percentual de até 3% do PIB! Os resultados da pesquisa indicam prejuízos nunca inferiores a 1% do PIB. Portanto, o abandono das rodovias e o desvio dos recursos da Cide, que deveriam estar sendo maciçamente investidos na malha rodoviária, estão custando ao Brasil muitos bilhões de reais, provavelmente bem mais que a arrecadação total da Cide que, neste ano, será de cerca de R\$11 bilhões.

Aquilo que sempre afirmamos intuitivamente é agora confirmado pelo estudo da Cepal. Estamos perdendo oportunidades de crescimento econômico pelo mau estado de nossas rodovias. O desvio de recursos da Cide prejudica a economia brasileira. Cabe a nós insistir: o Governo não deve continuar a “sentar” sobre os recursos da Cide. Deve liberá-los para a finalidade que lhes foi destinada pelo Congresso Nacional em 2002, pela Lei 10.636; lei que, para infelicidade do

País, foi vetada ao apagar das luzes de 2002, por acordo entre o Governo que saía e o novo Governo que se iniciava.

O mesmo estudo da Cepal indica que, para cada R\$1,00 não investido na malha rodoviária, gastam-se R\$3,00 em custos operacionais adicionais e mais R\$3,00 na restauração ou reconstrução de estradas esburacadas e intransitáveis.

São números impressionantes, Sr. Presidente. Demonstram que o desgaste das viaturas, os atrasos da entrega das cargas e o custo material dos acidentes custam ao País o triplo do que se gastaria em manutenção das rodovias. Para evitar esse prejuízo, teriam os recursos da Cide de estar sendo canalizados como foi determinado pelo Congresso Nacional, isto é, em investimentos na infra-estrutura de transportes, incluindo aí a manutenção metódica das nossas rodovias.

Além disso, afirma a Cepal que, proteladas as ações de manutenção, elas acabam custando três vezes mais, pois tornam-se necessárias, então, intervenções de engenharia mais complexas e mais caras.

Ora, essa conclusão está em perfeito acordo com o que é consenso e bom-senso: manutenção adiada é restauração de custo muito maior.

Outro tópico de que trata a pesquisa da Cepal diz respeito à perda de vidas em acidentes devido ao mau estado das nossas estradas. As vítimas fatais desses acidentes nos países da América Latina e do Caribe totalizam 40 mil vidas humanas perdidas por ano! E sabemos que grande parte desse total ocorre nas rodovias no Brasil!

São milhares de vidas humanas destruídas, Sr. Presidente, pelo desumano abandono de nossas estradas. Vidas preciosas, vidas produtivas, famílias destroçadas – um enorme prejuízo de vidas, de sofrimento e também econômico.

Sr. Presidente, a grande esperança de solução para os gravíssimos problemas existentes hoje no setor de transportes, em geral, e nas rodovias, em particular, é a regulamentação do uso dos recursos da Cide, de maneira a vinculá-los ao investimento e à manutenção em vias de transporte. Sem essa providência essencial, os prejuízos continuarão crescentes, e o Brasil não terá meios para transportar suas riquezas e buscar o tão almejado crescimento, a tão desejada criação de milhões de empregos.

Tudo indica que, nessa matéria de recuperação de nossas estradas de rodagem, 2003 já é um ano perdido. Nunca se investiu tão pouco em estradas neste País nos últimos 50 anos. Mas o encaminhamento da reforma tributária parece conter um primei-

ro sinal de esperança: negocia-se, na reforma, a inclusão do compartilhamento dos recursos da Cide entre União, Estados e Municípios. Assim, há boas perspectivas para a adoção de regra que apoiemos e defendemos, qual seja: 25% dos recursos da Cide iriam para os Estados, e estes, do montante que lhes cabe, destinariam, por sua vez, 25% para os seus Municípios.

Esse compartilhamento é medida que apóio, Sr. Presidente. No entanto, a aplicação, a destinação dos recursos da Cide teria que ser regulamentada por lei, aplicável às três esferas de Governo, para que ficassem assegurados a conservação e os investimentos na malha rodoviária. A experiência negativa que teve o País com a deterioração de suas estradas recomenda que sejamos muito exigentes e que estejamos muito atentos no que se refere a essa legislação.

Sr. Presidente, nossa malha rodoviária é, simplesmente, o maior patrimônio público que o Brasil possui. Passam pelas nossas rodovias 96% dos passageiros e 63% das cargas que circulam pelo País. O impacto disso sobre a nossa economia é enorme. É negativo e representa gigantesco prejuízo nacional, se as estradas vão mal. É positivo e contribui para a saúde econômica do Brasil, se as estradas vão bem.

O estado de nossas rodovias, o compartilhamento da Cide e sua destinação são assuntos cruciais, e o Senado tem a missão de discuti-los com grande empenho e competência.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Rupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra, pela Liderança do PDT, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje estamos basicamente a nove meses de Governo do Partido dos Trabalhadores.

Se tivéssemos o objetivo de fazer um balanço sem pintar o quadro com as piores cores, nós o faríamos diante da ação e da omissão do Governo Lula.

Esse não é o objetivo, mas é preciso dizer que o ponto mais negativo deste Governo é exatamente aquele no qual ele se situa, dentro da ação política e administrativa contrária a tudo quanto disse que não faria – e está fazendo.

Hoje, não me encontro aqui para cobrar aquilo que o Governo disse que faria. Pode até alegar que o tempo foi curto. Mas aqui me encontro exatamente para cobrar e dizer que ele faz exatamente aquilo que disse que não faria. Se não houve tempo para fazer o que prometeu, não deveria ter tempo para iniciar a fazer aquilo que disse que não faria. E o que estamos vendo em todas as políticas deste Governo não é outra coisa senão negar tudo quanto vinha afirmando não apenas ao longo da última campanha eleitoral, mas de todo o período de existência do próprio Partido dos Trabalhadores.

Sempre ouvimos, e não apenas desse Partido, mas de todos os outros, de inúmeras lideranças do País, que só atingiremos o desenvolvimento pleno quando conseguirmos, enquanto país e nação, acabar ou diminuir as desigualdades sociais e as desigualdades regionais. Neste aspecto, pelas reformas que o Governo apresenta, não estamos caminhando para atingir esse desiderato. Ao contrário, este Governo, sobretudo com a proposta de reforma tributária, busca o caminho inverso, aquele que procura aprofundar cada vez mais o fosso existente entre os ricos, que ficam cada vez mais ricos, e os pobres, que ficam cada vez mais pobres. As Regiões mais ricas, Sul e Sudeste, são beneficiadas por essa reforma, como aprovada na Câmara dos Deputados, em detrimento das Regiões ainda subdesenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

É um absurdo ter ouvido, ao longo dos anos, dos governos atual e anteriores, dos partidos políticos e das lideranças, a afirmativa de que precisamos diminuir as desigualdades regionais – sendo este, inclusive, um princípio da República, estabelecido no art. 3º, inciso III – e vermos todos os pontos da reforma tributária estabelecerem condições não para a diminuição das desigualdades, mas para sua ampliação: a concentração dos benefícios tributários, as transferências constitucionais, a distribuição dos recursos orçamentários da União, financiamentos concedidos pelo BNDES, investimentos das empresas estatais do Governo Federal. Em todos esses itens tratados pela reforma tributária o que estamos vendo é a ampliação dos benefícios às Regiões Sul e Sudeste do País, em detrimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero, antes mesmo de apontar números, porque teremos oportunidade de fazê-lo em pronunciamentos seguidos, a exemplo do que foi dito aqui no dia de hoje e em outras sessões, firmar-me em um ponto que considero básico. Quero dizer à Nação brasileira, pelos instrumentos de comunicação do Sena-

do Federal, principalmente pela **TV Senado**, que a responsabilidade pela aprovação dessa emenda tributária não é do Governo Federal, da Presidência da República ou do Partido dos Trabalhadores sozinhos. É preciso dizer, sobretudo ao povo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que a responsabilidade, a culpa pelo nosso subdesenvolvimento e pela situação de pobreza que continuaremos a ostentar é, acima de tudo, da classe política dessas três regiões.

Não venho aqui para dizer que os responsáveis são o Sul e o Sudeste do País – não! –, sobretudo porque essas duas regiões não representam, Senador Mão Santa, a maioria no Congresso Nacional. É preciso chegar aqui e, numa expressão popular, Sr. Presidente, abrir o jogo. Essa é a vontade do Partido dos Trabalhadores? Sim. É a vontade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Sim. É intenção ampliar o fosso das desigualdades sociais e regionais? Sim. Mas ambos, PT e Governo, não conseguirão isso se não receberem aqui, no Senado Federal, o voto da maioria dos Senadores das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Somos 81 Senadores nesta Casa, e essas três regiões fazem a maioria absoluta. As Regiões Sul e Sudeste são compostas de sete Estados e as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são compostas de vinte Estados, representados por 60 Senadores, mais que dois terços da composição da Casa, que seriam 54 Senadores.

Se essa reforma massacrar, como de fato ocorre, essas três regiões, os responsáveis seremos nós, Senadores, assim como os Governadores que estão ajoelhados diante do Poder Executivo da União, barganhando condições para viabilizar os pouco mais de três anos que restam de suas administrações, deixando, em contrapartida, por mais um século, o Nordeste subdesenvolvido.

É preciso que as lideranças, Senadores e Deputados Federais – e lá na Câmara dos Deputados também somos a maioria – dessas três regiões tenham senso patriótico, cívico, e que os Governadores não pensem apenas nos pouco mais de três anos de mandato que lhes restam; que pensem, isto sim, em toda essa geração, presente e futura, dizendo “não” a essa reforma, pois, se ela for aprovada, a responsabilidade não deverá ser creditada ao Governo da União com exclusividade, mas, na sua maior parte, às lideranças políticas, aos congressistas e aos governadores das três regiões. É preciso que a população desses Estados, a partir do Estado da Bahia (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará, Goiás, Distrito Fe-

deral, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará), uma faixa territorial que compreende mais de 82% do território brasileiro e abriga aproximadamente 42% de toda a população, não seja discriminada como está sendo pela reforma. É preciso que se diga à população desses Estados que o pior não acontece hoje, mas está por vir. O desemprego e suas consequências estão por vir com a aprovação dessa famigerada reforma tributária, que amplia a desigualdade regional.

Hoje estamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutindo um projeto de lei que visa garantir a essas três regiões, mais as áreas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, integrantes do polígono da seca, 35% dos recursos do BNDES, disponíveis para o financiamento. Estamos tendo dificuldades de aprovação quando deveríamos estar pleiteando não apenas 35%, mas 60 ou 70%, pois só assim, com aporte maior de recursos, teremos condições de estancar o mal que se encontra e que, como desejam, poderá perdurar com a aprovação dessa emenda tributária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo principal da minha fala na tarde de hoje é exatamente este: não podemos deixar a população dessas três regiões iludida e enganada. É preciso dizer a esse povo que a responsabilidade pelo encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional é do Governo do Sr. Presidente Lula, é do Partido dos Trabalhadores, mas se os Senadores, assim como fazem os Deputados Federais, das três regiões ainda subdesenvolvidas, apoiarem esse tipo de propositura, a responsabilidade final, conclusiva, deixará de ser do Governo, na sua integralidade, e passará a ser exatamente dessas regiões. Não estou a criticar o Sul e o Sudeste, que fazem exatamente aquilo que lhes interessa – é bem verdade que sem um senso patriótico, sem o espírito público de entender que, desenvolvido o Brasil como um todo, criado o mercado consumidor interno em todo o País, todo o Brasil ganharia com essa decisão, com esse processo.

Mas não podemos nesta Casa chorar rios de lágrimas e estabelecer a responsabilidade para o Sul ou para São Paulo. Não. São sete Estados, que possuem apenas 21 Senadores. É necessário que essas regiões, pelos seus representantes, tomem uma decisão cívica e patriótica e que em seus Estados assumam a condição de responsáveis, pois, sendo contestado ou odiado, estarei nesta tribuna, a depender da decisão tomada em relação a essa proposta de emenda à Constituição, para denunciar a todos, denunciar os acordos e os conchavos, denun-

ciar a política do “é dando que se recebe” que pensávamos ter acabado neste País, mas não acabou, na troca de apoio político para a liberação de verbas, para a viabilização de mandatos eletivos executivos, quando em jogo está toda a sorte da sociedade dessas três regiões.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estaremos alerta, trabalhando nesse sentido, mostrando que na tribuna deste plenário não se estabelecem apenas discursos. É preciso saber como todos estarão se comportando na hora da deliberação, pois as populações dos Estados dessas regiões têm o direito de tomar conhecimento e, por antecipação, trabalhar no sentido de que seus representantes cumpram no Senado, de fato, o seu papel, o múnus público adquirido como decorrência do voto que receberam nas últimas eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Cumprimento V. Ex^a pelo seu aniversário, que foi ontem.

Está praticamente esgotado o tempo da sessão. Contudo, vou prorrogá-lo por dez minutos para conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pelo Bloco, autorizada pelo Senador Tião Viana. Em seguida, tem a palavra o Senador Hélio Costa, Vice-Líder do seu Partido.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a gentileza do Senador Romeu Tuma em propiciar esses 10 minutos para que eu possa me pronunciar.

Eu fiquei a maior parte da sessão acompanhando os pronunciamentos. Hoje era um “dia de parto”, com os tais nove meses do Governo Lula. Ouvi muitas opiniões e, se eu não explicitasse algumas questões, elas ficariam um pouco congestionada na minha garganta.

A primeira delas é que temos “um governo improdutivo”. Usaram como exemplo da improdutividade do governo o fato de ter conseguido aprovar até agora, na Câmara dos Deputados, duas reformas, como se o debate e a aprovação na Câmara de duas reformas como a da Previdência e a Tributária não fossem absolutamente relevantes e imprescindíveis para o País. Algo, aliás, que governos passados não tiveram a capacidade de fazer. Então improdutivos nove meses, como tivemos a capacidade de fazer.

Além disso, quanto à Reforma Tributária – e eu já falei da tribuna inúmeras vezes a respeito, não foi feita uma reforma tributária oficial, ampla, democrática, debatida, de forma pública, mas sim uma reforma sorrateira nos últimos oito anos, nos dois governos do Presidente Fernando Henrique, porque, se não tivesse sido feita uma reforma tributária sorrateira, nós não teríamos tido, nesse período, o maior aumento de carga tributária da história do Brasil. De 26% do PIB, pulamos para 36% do PIB em oito anos, o que nenhum outro país fez. E isso sem uma reforma tributária aberta, debatida e discutida com a comunidade, mas feita de forma sorrateira, ponto a ponto, fazendo com que as tais desigualdades regionais, tais como concentração de tributos na mão da União, acabassem se consolidando.

Então, diante do fato de ter havido a coragem de encaminhar a reforma tributária de forma ampla e participativa, com direito a todos de darem a sua opinião, fica difícil calarmo-nos diante da afirmação sobre a tal da improdutividade.

Outro ponto que também me chamou muito a atenção foram os elogios feitos à posição do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, com quem temos feito parcerias importantes na reconstrução do Mercosul. Agora, querer dizer que o Presidente Lula deveria estar na Casa Rosada, que o que foi feito na Argentina recentemente, com relação ao FMI, foi algo de soberania, de afirmação da posição da Argentina é não estar acompanhando as questões e não estar lendo os principais jornais do nosso País.

A articulista Sonia Racy, de **O Estado de S. Paulo**, escreveu um artigo, no dia 23 de setembro, cujo título é “FMI e os milongueiros”, referindo-se a milongas, àquela maneira de ser dos argentinos de enrolar, de fazer de conta. E explicita o tema assim:

O parágrafo 8 da Carta de Intenções assinada pelo governo argentino dentro do acordo com o FMI mostra que os argentinos são mesmo bons de **marketing**. O enunciado deixa claro que a exigência de um superávit primário de somente 3% do PIB para 2004 é apenas um começo do aperto fiscal que virá nos outros anos de vigência do acordo. Segundo a Carta, em 2005 e em 2006, o governo de Néstor Kirchner vai, obrigatoriamente, ter de aumentar esse superávit para um número que permita também o pagamento dos juros conseqüentes da reestruturação da dívida da Argentina com seus credores privados.

Miriam Leitão, no mesmo dia, diz a mesma coisa:

Não é o que parece. A Argentina se comprometeu a fazer tudo o que disse que não faria: aumentar o superávit primário em 2005 e em 2006 e, talvez, até em 2004; fazer auditoria nos bancos públicos; compensar os bancos privados; estabelecer uma política de reposição de perdas de empresas privatizadas. Tudo isso está na Carta de Intenções que o País assinou com o FMI.

Ou seja, até aquela situação de dizer “não vou pagar a dívida”, o que não durou nem 24 horas, teve como efeito principal a questão eleitoral na Argentina, pois todos sabemos que Néstor Kirchner está em pleno processo eleitoral e precisa ganhar apoio, que ele não obteve no primeiro turno. E sabemos que, no segundo turno, o adversário se retirou. E ele precisa ampliar a sua base de sustentação.

Se há alguém aqui que pense que a posição de Néstor Kirchner foi arrojada, soberana e diferente da posição do Governo Lula, a posição do Governo Lula está demonstrada de forma muito clara, porque, em nove meses, nos tais “improdutivos nove meses”, não precisamos assinar novo acordo com o FMI! Podemos assinar se quisermos ter uma garantia, enquanto o ex-Presidente Fernando Henrique passou a maior parte do seu Governo atrelado ao FMI, fazendo acordos e empréstimos, submetendo o Brasil ao interesse do FMI!

Nós conseguimos, nos tais “improdutivos nove meses”, livrar-nos disso! Podemos até assinar a recomendação – há recomendação de assinar o acordo com o fim de deixar o dinheiro em caixa para a eventualidade de uma turbulência internacional. Mas todos os indicadores demonstram que temos plenas condições de tocar a economia, a nossa balança, tudo dentro do controle do nosso País de forma soberana, sem precisar do FMI. E acham isso pouca coisa! Vêm para a tribuna e falam como se isso não fosse nada.

Para finalizar o discurso e não estender o meu tempo, tão gentilmente concedido pelo Senador Romeu Tuma, eu gostaria ainda de falar sobre a visita do Presidente Lula a Cuba, motivo de inúmeras manifestações. Alguns Senadores censuraram essa viagem internacional, realizada pelo Presidente Lula depois de toda sua ação na Organização Mundial do Comércio, toda a constituição e aglutinação feita em torno do G-22 para poder se contrapor aos interesses dos Estados Unidos e dos principais países que bloquei-

am as negociações comerciais, estipulam tarifas alfandegárias, estabelecem subsídios. Houve toda a ação do Brasil na ONU, em uma intervenção muito clara, soberana e madura do Presidente Lula. No entanto, tentam desqualificar todo esse procedimento por causa da viagem a Cuba.

Já estive em Cuba duas vezes. Em relação ao Governo presidido por Fidel Castro, tenho inúmeras críticas a fazer. Poderíamos ficar aqui por várias horas, falando a respeito de uma série de situações com as quais não concordo. Entretanto, seria correto o Brasil não reconhecer situações em que o Governo de Cuba nos prestou solidariedade? Quando tivemos epidemia de meningite, de onde vieram as vacinas? Não foi dos Estados Unidos nem da Europa. Elas vieram de Cuba, país cujas pesquisas são das mais adiantadas nessa área. Foi Cuba quem socorreu o Brasil.

De onde veio o Programa Saúde da Família, que é um sucesso? De onde vieram os médicos para instalar as primeiras equipes do Programa Saúde da Família? De Cuba! Vamos ser ingratos? Temos problemas e divergências, mas penso que nenhum país pode ter ingratidão.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, se o Senador Romeu Tuma permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – Senador Romeu Tuma, serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, tenho ainda de conceder a palavra ao Senador Hélio Costa. A Senadora Ideli Salvatti está falando pela Liderança e já terminou o seu tempo. Se V. Ex^a falar por um minuto, tudo bem.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, cumprirei a determinação de V. Ex^a. Primeiramente, quero ater-me à extraordinária viagem do Presidente Lula à ONU, quando explicitou a importância de termos paz como sinônimo da justiça social pelo mundo, e também ao México e a Cuba, onde teve um desempenho notável. Senadora Ideli Salvatti, tenho a convicção de que, pela sinceridade com que Lula normalmente externa o seu pensamento, Sua Excelência manifestou, nos diálogos com o Presidente Fidel Castro, as preocupações decorrentes de toda a história de Lula e do Partido dos Trabalhadores para fazer com que a construção do socialismo seja compatível com a democracia, as liberdades e o respeito aos direitos e à cidadania. Certamente, Lula, ao mesmo tempo em que afirma a importância de se acabar com o embargo dos Estados Unidos contra Cuba, transmite também o anseio de democracia e de liberdade, que pertence à humanidade. Essa situação

será construída de forma adequada. Não conheço ainda o teor do diálogo de longas horas entre o Presidente Lula e o Presidente Fidel Castro, mas tenho a convicção de que essas preocupações foram externalizadas com muita amizade no diálogo entre ambos. Senadora Ideli Salvatti, meus cumprimentos a V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Exª o aparte. Tenho certeza de que, mais do que qualquer palavra, a figura do Presidente Lula é a real afirmação da democracia. Só um País com a evolução democrática que o Brasil teve conseguiria eleger uma personalidade como o Presidente Lula. Penso que a simples presença de Sua Excelência em Cuba é, por si só, um chamado à democratização daquele País.

Sr. Presidente, agradeço a generosidade de me conceder mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa pela Liderança. Peço a S. Exª que seja breve.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, inscrevi-me para falar como Líder do Governo para discorrer sobre alguns assuntos citados em plenário na tarde de hoje, como os relativos à viagem do Presidente Lula, principalmente a Cuba, às estradas brasileiras, questão amplamente levantada hoje, e às considerações feitas de forma quase imprudente sobre o Governo do Presidente Lula.

A Senadora Ideli Salvatti, de forma contundente, brilhante, objetiva e clara, já fez algumas observações a respeito do sucesso do Governo do Presidente Lula nestes últimos nove meses. Em apenas um minuto, ressaltarei alguns pontos básicos sobre o assunto.

Lembro que o Presidente Lula assumiu o País com o risco Brasil altíssimo. Só quem viaja, só quem acompanha a economia nacional, só quem sente o dia-a-dia sabe do drama vivido pelo Governo anterior, sobretudo no final do ano passado, quando o risco Brasil chegou a 2.400 pontos. Nove meses depois, o risco está em torno de 600 pontos. O que representa isso? Será que é apenas uma dança de números, de 2.400 pontos para 600 e poucos pontos? Não, é uma economia, Sr. Presidente, de cerca de US\$60 bilhões, que não são pagos no momento em que o Brasil tem de cumprir seus compromissos internacionais das dívidas feitas nos últimos anos e de vários Governos.

Vejam a comparação a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti com o Presidente argentino Néstor Kirchner. É totalmente sem fundamento essa ques-

tão. Não estamos comparando um Presidente que chega ao poder pela maioria esmagadora de seu povo numa eleição democrática, aberta, aplaudida e vista pelo mundo inteiro, com um Presidente que na Argentina chega depois de duas renúncias de Presidentes sem precedentes na história do país. Na verdade, a portas fechadas, todas as imposições do Fundo Monetário Internacional foram assinadas, assumidas e serão cumpridas, enquanto estamos nos dando ao luxo de dizer “não sabemos se vamos ou não assinar um novo acordo com o FMI, porque não temos obrigatoriamente de fazê-lo, muito embora as informações que já estamos recebendo da equipe técnica do Governo é de que seria aconselhável, mas não necessária, a assinatura de um novo acordo com o FMI”.

Veja, Sr. Presidente, que o Brasil bate recordes na exportação, que a balança comercial do Brasil chega a mais de US\$17 bilhões, vencendo já quase nesses dias os US\$20 bilhões de dólares, resultado excepcional conseguido principalmente por nossa agroindústria, que consegue superar todos os obstáculos, vencer concorrências feitas de forma desleal com relação ao Brasil.

O dólar cair? É a primeira vez que vejo realmente o dólar cair. É muito comum se dizer que o dólar caiu, mas isso não ocorreu nunca. Agora, sim, o dólar caiu. Não foi só o real que subiu, o dólar caiu. Por quê? Reflexo de uma política econômica correta, que está sendo reconhecida pelos números, pelos indicadores econômicos.

Por isso, Sr. Presidente, é muito importante fazer essa ressalva, depois de acompanharmos a tarde inteira o que chamamos da **happy hour**, em que todos têm de tirar uma casquinha do Governo do Presidente Lula, que tem nove meses. Passamos oito anos sem ninguém reclamar, e, em nove meses, querem tudo pronto. Paciência.

É bom e é importantíssimo que, nesse momento, se reconheça o esforço que se faz, primeiro, de se acertar em todos os sentidos.

Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti foi muito feliz e me poupa uns minutos, e poderemos encerrar a sessão, mas com a certeza de que cumprimos a nossa missão de Vice-Líder e apontamos também os pontos positivos do Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Helio Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Está a critério do nosso Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª poderá fazê-lo pelo mesmo um minuto que cumpriu com a Senadora Ideli Salvatti, mas sem fazer o mesmo elogio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. Gostaria de complementar a informação de V. Exª, Senador Hélio Costa, a respeito do Presidente Lula. Ainda há pouco, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os 27 Governadores assinaram um documento que trata do principal desafio que se apresenta para a sociedade, do desafio de erradicar a pobreza, de promover a dignidade de todos. O Presidente e os 27 Governadores firmaram um compromisso em que estabeleceram que o Governo Federal e os governos estaduais atuarão articuladamente no levantamento e utilização das informações cadastrais, na manutenção das bases de dados e no esforço de participação, controle social, transparência e troca de informações. Promoverão a alocação de recursos próprios e o incremento na implementação dos programas complementares destinados aos grupos familiares atendidos pelo Programa de Transferência de Renda com Condicionabilidade, potencializando, assim, as condições de emancipação das pessoas e das famílias. Definirão a possibilidade de participação complementar ou financeira nesses programas, de forma a ampliar a cobertura de seu respectivo estado ou elevar o valor do benefício por família. Assim, comprometem-se todos a iniciar esse programa em outubro de 2003, sendo que a pactuação com vistas ao cumprimento desse compromisso será implementada até dezembro de 2003. Considero a unificação, a coordenação e a racionalização desses programas de transferência de renda um passo na direção correta e que merecerá ainda melhor atenção para chegarmos o quanto antes ao dia em que todos os brasileiros passarão a ter o direito inalienável de participar da riqueza da Nação por intermédio de uma renda, modesta que seja, suficiente para sua sobrevivência, como um direito à cidadania, direito semelhante ao de respirarmos ar puro, direito de todos sermos sócios do Brasil. Meus cumprimentos a V. Exª. Embora o Presidente tenha dito que eu não poderia cumprimentá-lo, não posso aqui obedecer a determinação de tal ordem. O Senador Romeu Tuma compreenderá meu entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não disse que V. Exª não poderia cumprimentá-lo, até porque a informação que V. Exª trouxe é importante não apenas a este Congresso Nacional, como à sociedade brasileira. Portanto, cumprimento V. Exª por ter inter-

rompido o orador na tribuna para um comunicado importante a todos os brasileiros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Devolvo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ao encerrar, Sr. Presidente, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. O que S. Exª disse é mais uma prova dos pontos positivos do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ouvir a sociedade, de ouvir os que decidem pelo povo e, sobretudo de estar preparado para discutir, para participar com a sociedade das transformações que ocorrem, tanto nas reformas quanto nas propostas do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 878, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e conforme as normas costumeiras da Casa, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jakson de Barros Villa, insigne cidadão Roraimense, e nos termos do art. 221, inciso I, apresentação de condolências à sua esposa Srª Carnélia Pereira Villa e a seus filhos Jakson Barros Villa Júnior, Rosalina Villa Carneiro, Rosaney Pereira Villa, Carmélia Pereira Villa, Ana Villa de Macedo, José Pereira Villa, Manoel Pereira Villa e Ney Pereira Villa.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2003.

– **Augusto Botelho – Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Petrobrás completa, dia 3 de outubro próximo, 50 anos de existência. É um marco na história do Brasil e do Mundo.

A evolução econômica brasileira das últimas cinco décadas se confunde com a Petrobrás. O País não

seria essa potência que é hoje, no cenário mundial, não fosse a existência dessa empresa. Foi com muita luta e esperança que brasileiros, sem medo de desafios, reuniram-se, em 1947, no Clube Militar para uma série de conferências sobre a política do petróleo.

Já em 1948 o Congresso Nacional começa a apreciar projeto de autoria do Poder Executivo que ficou conhecido como “Estatuto do Petróleo”, que pretendia possibilitar o acesso de dinheiro nacional e estrangeiro para a pesquisa e a exploração de petróleo.

Nesse mesmo ano, em abril, é criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, cujo nome depois seria mudado para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN, que objetiva a defesa do monopólio estatal dessa importante fonte de energia.

Em 1950 é inaugurada a refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia e também surge a Frota Nacional dos Petroleiros – FRONAPE.

Em 1951 o então Presidente Getúlio Vargas submete ao Congresso Nacional projeto de criação da Petróleo Brasileiro S/A. Nesse mesmo ano o projeto conhecido como “Estatuto do Petróleo” é arquivado na Câmara dos Deputados.

Finalmente, em 1953, no dia 3 de outubro, o Presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei 2.004, que estabelece o monopólio estatal do petróleo e cria a Petrobras.

É, sem dúvida, um dos maiores momentos da história econômica brasileira, igualável até mesmo com a assinatura da liberação dos portos, ainda no Brasil-Colônia, por D. João VI, em 1808.

Fundada a Petrobras, iniciada uma nova era da economia brasileira, começam também as críticas externas que visavam minar a evolução do Brasil em área tão importante – a energia. Assim, em 1960, um estudo norte-americano denominado Relatório Link coloca o Brasil em situação delicada ao dispor dados negativos sobre as nossas possíveis reservas petrolíferas.

Contudo, um homem – General Tácito de Freitas, vem em contrário à tese americana, denunciando que o autor do tal documento, Senhor Walter Link, estaria a serviço das multinacionais que, evidentemente, queriam o domínio exclusivo.

Não quero fazer um relato histórico, queria apenas demonstrar como foi difícil o começo, como foi preciso que o povo brasileiro fosse determinado, arrojado e corajoso, pois, não bastassem as dúvidas internas, havia ainda o jogo de interesses externo.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passados 50 anos de sua fundação, a Petrobras é a maior empresa do País e líder na América Latina.

É a empresa brasileira mais conhecida no exterior, participando até de eventos extremamente especializados, como é o caso da Fórmula 1. Não há no mundo todo melhor tecnologia para prospecção de petróleo em águas profundas do que a nossa. É realmente um motivo de orgulho para nós brasileiros.

Das subsidiárias, destaco aqui o trabalho da Petrobras Distribuidora – BR, que cuida da distribuição de derivados de petróleo. Empresa organizada, séria, e competentemente dirigida pelo Sr. Luiz Rodolfo Landim Machado.

Quero aproveitar essa visão de futuro que é própria da Petrobras para fazer uma sugestão, que, se aceita, possibilitará de imediato a redução das passagens de ônibus em 20%.

É uma idéia simples, que detém em seu bojo uma repercussão social de grande abrangência. Quero referir-me à política de subsidiar o óleo diesel, especificamente o utilizado em ônibus para o transporte urbano de passageiros.

Peço à Petrobras que se pronuncie a respeito do que aqui irei tratar, por meio de correspondência, ligação telefônica, o que quiserem, mas peço o retorno do que vou expor.

A proposta é simples: redução do preço do óleo diesel utilizado para transporte de passageiros em 50%, sem perda de receita para a Petrobras, resultando daí uma redução de 20% no preço das passagens de ônibus urbanos. Repito – sem perda de receita.

O alto custo das passagens deriva do elevado custo do combustível utilizado, daí a necessidade de subsidiá-lo. Mesmo por que o brasileiro, em geral, está com dificuldades em pagar passagens tão caras. Mais do que isso, a própria sociedade já está cobrando do Governo Federal uma política nacional para a melhoria do transporte urbano. É de se lembrar que mais de 50 milhões de cidadãos estão com dificuldades em ir e vir do seu local de trabalho pelo elevado custo do transporte.

Mas, voltando à fórmula de como reduzir as passagens em 20%, sendo necessária a redução do preço do óleo diesel utilizado em ônibus em 50%, sem redução da receita.

Peço novamente a atenção da Petrobras, neste momento em que completa 50 anos de existência, para que atente ao que ora digo e verifique, pois é verdade. Para que as passagens de ônibus urbanos tenham os seus preços reduzidos em 20%, bastaria tão

somente majorar o combustível utilizado em carros de passeio, ou seja a gasolina, em 3%. Uma variação altamente digerível pelo mercado e que facilitaria em muito a vida de, no mínimo, 50 milhões de brasileiros carentes. Não vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, como uma proposta jogada a esmo, mas como uma proposta estudada e verificável na sua aplicação. Os 3% a mais no preço da gasolina seriam suficientes para cobrir a redução de 50% de redução no do óleo diesel destinado aos ônibus urbanos.

Em síntese, é o que tinha a dizer, parabenizar a maior empresa do País, uma das maiores do mundo e desejar sucessos maiores, e pedir que minha proposta seja, pelo menos, analisada, pois é uma tentativa de ajudar o governo federal em suavizar o alto custo do transporte público, que não vê outra saída senão a de redução do preço do combustível.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o lamentável acidente sofrido pelo Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) em Alcântara, no Maranhão, que vitimou vinte e um técnicos altamente especializados do Programa Espacial Brasileiro, terá por principal consequência um atraso de seu cronograma ainda maior que aquele que já vinha enfrentando, causado pela escassez de verbas. Não será fácil repor essa mão-de-obra altamente qualificada, constituída por pessoas com mais de dez anos de aprofundamento de estudos e de dedicação ao programa. É preciso insistir neste ponto: embora os custos materiais do acidente sejam enormes, a maior perda foi mesmo de capital humano.

O acontecimento teve, porém, uma consequência que podemos considerar positiva, apesar das tristes circunstâncias e da morte trágica de tantas pessoas. Trata-se do aparecimento, nos meios de comunicação, de notícias sobre a existência e o andamento do Programa. No presente contexto cultural, em que a televisão é, para muitos, o único veículo de informação, aquilo que está fora do noticiário simplesmente não existe para milhões de brasileiros, como para os cidadãos de todo o mundo.

É, na verdade, uma das contradições da globalização: pode-se saber tudo sobre a morte dos filhos de Saddam Hussein e ignorar absolutamente o que se passa do outro lado de rua em que você mora. Os habitantes de Alcântara não faziam a menor idéia do que faziam ali aqueles homens, que, do outro lado da baía, vinham de vez em quando para um almoço ou

um lanche nos restaurantes e lanchonetes da cidade, aproveitar a qualidade do peixe.

A verdade é que, por muitos anos, o Programa Espacial Brasileiro vem sendo executado, pouco a pouco, em face da míngua de recursos, por profissionais abnegados, sob o silêncio constrangedor dos meios de comunicação, aos quais parece não interessar a questão do desenvolvimento tecnológico autônomo para o País ou, muito pior, a questão estratégica do domínio de tecnologia sensível, de aplicação para a defesa nacional. É como se a segurança, nesse sentido estratégico, não fosse, para os ideólogos encastelados nos jornais, uma atribuição compatível com um país periférico como o nosso.

É como se dissessem esses autoproclamados formadores de opinião: o Brasil tem é que se preocupar somente com os problemas aqui do chão, como a desigualdade social ou a criminalidade. Tecnologia, defesa nacional, deixem isso para os senhores do mundo, os americanos! Para que nos vamos meter nesses assuntos, nós, subdesenvolvidos?

O Programa Espacial Brasileiro somente pode ser honestamente analisado por quem leve em conta os seguintes aspectos: a conjuntura geopolítica mundial em que foi proposta a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), com todas as condições vigentes, externa e internamente, as metas estabelecidas em 1979 pela Política Nacional Aeroespacial (PNAE), e o que pôde ser cumprido, apesar dos contínuos cortes a que o Programa foi submetido ao longo desses anos, marcados pelas dificuldades orçamentárias do Estado, que teve suas energias concentradas quase exclusivamente no combate à inflação.

Ora, a meta última desejada pela MECB era a aquisição da completa autonomia nacional no projeto e construção de satélites de pequeno porte e lançadores. Ambiciosa em demasia, essa meta fazia sentido no contexto da excessiva autoconfiança no destino do Brasil como potência, que caracterizou certas iniciativas do regime militar. Embora, obviamente, não tenha sido atingida essa meta, algumas realizações merecem destaque.

O Brasil foi capaz, por exemplo, de projetar e construir um satélite de coleta de dados, o SCD-1, que se mantém em órbita dez anos após seu lançamento. Não há dúvida de que o País absorveu os princípios mais importantes da engenharia espacial envolvidos na construção de satélites. É uma resposta àqueles que somente enxergam aquela caricatura do Brasil como país de incapazes ou, como no título de um filme recente, “cronicamente inviável”.

A concepção do SCD-1 como uma missão de produção de dados relevantes teve ainda a consequência benéfica da criação de tecnologia de plataformas de coleta de dados, hoje empregadas por uma grande comunidade de usuários.

No caso do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), o desenvolvimento sofreu pesadamente com as restrições internacionais de fornecimento de equipamentos tecnológicos, em face do temor, principalmente da parte dos Estados Unidos, do domínio de tecnologias sensíveis por países de sua periferia geopolítica. Por isso, foi preciso enfrentar o desafio de um projeto inteiramente nacional e inovador, o que resultou em grandes avanços, mas também deixou muitos problemas por resolver, na aerodinâmica, na guagem e na propulsão, que talvez estejam na origem do acidente.

A construção do próprio Centro de Lançamento de Alcântara é uma realização de importância inegável, pois nos possibilitou as condições de negociação com outros países para o estabelecimento de parcerias para cooperação tecnológica. Não devemos esquecer-nos de que Alcântara é uma das praças de lançamento de satélites mais próximas do Equador, comparável somente com a da Guiana Francesa. A situação equinocial, ou a baixa latitude, é, como se sabe, um fator que reduz muito o consumo de combustível dos foguetes, porque toma proveito da maior velocidade de rotação da Terra sobre o paralelo de zero grau.

Entre os resultados menos satisfatórios do Programa, deve-se destacar a pouca repercussão do desenvolvimento tecnológico na indústria associada ao projeto. Apesar de alguns resultados importantes, como ocorreu com os painéis solares, a maioria das empresas envolvidas não adquiriram uma escala de negócios que possibilite o emprego das tecnologias desenvolvidas em aplicações comerciais. Elas continuam, assim, tendo o Programa – isto é, o Governo – como seu principal ou mesmo único comprador, o que constitui ameaça a sua sustentabilidade e a sua capacidade de investimento.

É caso grave, pois é do conhecimento geral o fato de que a comercialização dos produtos resultantes da tecnologia desenvolvida para fins da corrida espacial nos Estados Unidos e nos outros países ricos é uma das atividades mais lucrativas do mundo de hoje, pois possibilitou toda essa parafernália de aparelhos eletrônicos – como telefones celulares – sem os quais a vida passou a nos parecer impossível. É exatamente isso que torna maior o interesse das

empresas em ser parceira dos programas sensíveis do Governo desses países.

O programa *China-Brazil Earth Resources Satellite*, conhecido pelo acrônimo CBERS, é uma outra realização de monta do Programa Espacial Brasileiro, em um esforço bem-sucedido de cooperação internacional. São satélites dedicados a atividades estratégicas de entendimento dos fenômenos ambientais.

O sensoriamento remoto, produto dessa tecnologia, permite aos cientistas monitorar eventos como queimadas nas florestas, o progresso da fronteira agrícola ou o avanço de áreas de mineração.

O Programa Espacial Brasileiro inclui ainda a participação na construção da Estação Espacial Internacional. Embora essa participação seja muito criticada por parte de membros da comunidade científica nacional, que considera de baixo conteúdo tecnológico os componentes atribuídos a nosso País pelo acordo internacional, a verdade é que se trata de um projeto de enorme responsabilidade, e o simples fato de o Brasil ser incluído como fornecedor de alguma parte do equipamento já constitui uma demonstração de confiança, da parte dos integrantes do consórcio, na capacidade brasileira de construir componentes de qualidade para aparelhos espaciais.

Assim, apesar de todos os contratemplos, tanto os de contingenciamento de verbas quanto os lastimáveis insucessos, o Programa Espacial Brasileiro deve continuar a contar com nosso apoio. Acidentes acontecem com programas ousados, como é o da tecnologia espacial. E isso não se dá somente no Brasil: lembremo-nos, por exemplo, de que a Apollo I explodiu na plataforma, matando seus três tripulantes, mas foi a base para o programa vitorioso que levou o homem a pisar a Lua. Nosso Programa também continuará, aumentando a capacidade nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

Em face do acidente na Base de Alcântara, estamos no aguardo das conclusões periciais, a fim de compreendermos o que foi, de fato, o ocorrido naquele trágico episódio.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A QUEDA DA INFLAÇÃO FOI UM DOS ÊXITOS DE FHC, COMO MOSTRA O IBGE

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a divulgação do excelente trabalho do IBGE sobre os cem últimos anos do Brasil, denominado **Estatísticas do Século XX**, é uma radiografia que convida à reflexão de

todos nós. O País, como enfocaram quase todos os jornais, ficou mais rico e mais desigual. Se é inegável o avanço, o estudo sugere a continuidade do esforço pela justiça social.

Só assim, num futuro diagnóstico de nível equivalente, o seu resumo poderá revelar um país que ficou, além de mais Rico, mais *igual*.

Há, nesse estudo, dados sobre todos os setores de atividade no Brasil. Um deles, em particular, merece ser ressaltado. São os números do comportamento da inflação no Brasil. Por eles, fica evidente que, no século XX, isto é, nos cem últimos, a inflação foi contida na última década, período em que se situa a maior parte dos anos de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao analisar os dados agora divulgados, o jornal **O Globo** salienta:

O fim da inflação nos anos 90 ajudou a reduzir a concentração de renda, pois os mais pobres deixaram de sofrer com o imposto inflacionário.

Eis como **O Globo**, na edição dos dados do IBGE, considera o problema da inflação no País:

O estudo do IBGE mostra que, a partir da década de 30, a inflação apresentou tendência exponencial de crescimento, só invertida com o Plano Real, lançado na metade de 1994. Dos 6% apurados nos anos 30, a taxa anual média de inflação subiu para 12% nos anos 40; 19% nos anos 50; 40% nas décadas de 60 e 70; 330% nos anos 80; e 764% de 1990 a 1995. A queda ocorreu somente de 1995 a 2000, quando a taxa anual média de inflação passou para 8,6%.

Com essa realidade, baseada em estatísticas sérias, o Governo petista do Presidente Lula fica proibido de continuar dizendo tolices como as que cunhou de *herança maldita*, referindo-se ao Governo FHC.

A proibição faz muito sentido, sobretudo quando se constata que o Governo petista tem apregoado aos quatro ventos que o combate à inflação é uma de suas metas prioritárias. Tanto que, em sua defesa, mantém postura tímida na redução da taxa básica de juros, para, segundo adianta, evitar a retomada da inflação.

As cifras do IBGE deveriam servir de subsídios para ações do governo petista do Presidente Lula. Até aqui, este Governo não disse a que veio. E

já decorreram os nove meses requeridos pelo próprio Lula, ao se queixar que o povo estava se mostrando impaciente.

Paciência, até que o povo tem, mas nem por isso ninguém vai deixar de exercer severa fiscalização da conduta do Governo, que, a rigor, não passou de frágeis ensaios, anunciando programas, desistindo de programas, acenando para o espetáculo do crescimento, sem passar, no entanto, de espetáculos de outro tipo, como o da implantação de um sistema de propaganda de obras e feitos que não existem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à medida que vão sendo superadas as dificuldades típicas de um início de gestão, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai confirmando sua prioridade pela implementação de políticas sociais consistentes e de inclusão de vastos contingentes ao mercado, ao sistema produtivo e à cidadania.

A mais recente providência dessa natureza foi revelada na semana passada pelo Ministro da Saúde, Humberto Costa. Trata-se das listas elaboradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com os preços máximos de medicamentos, muitos dos quais terão seus valores reduzidos, beneficiando os segmentos mais carentes da nossa população. Segundo informa a Anvisa, nada menos que 372 apresentações de medicamentos terão seus preços reduzidos aos níveis de março deste ano. Esses itens, Sr. Presidente, são produzidos por laboratórios que descumpriram o acordo firmado com o governo, elevando seus preços além dos valores permitidos.

Essa recomposição dos preços, aliás, é uma exigência da Medida Provisória nº 123, de 26 de junho último, que aprovamos ontem, em Plenário, e que define normas de regulação para o setor farmacêutico, além de criar a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, entre outras providências.

Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe enfatizar o empenho do Congresso Nacional, no seu conjunto, ou de suas Casas Legislativas, tomadas isoladamente, quando instadas a deliberar sobre questões de relevância para a vida nacional.

Como Relator do Projeto de Lei de Conversão nº 23, oriundo da citada Medida Provisória, tive a satisfação de ver a matéria aprovada com ampla maioria pelo Plenário desta egrégia Casa. Há que se destacar, ainda, a rapidez com que tramitou aquela proposição, prova inequívoca de que, havendo convicção dos Parlamentares quanto à justeza e conveniência

da matéria em pauta, prevalecem o bom senso e o interesse social.

Mas voltemos aos medicamentos. A primeira das listas divulgadas pela Anvisa na semana passada relaciona os preços máximos para 9.995 apresentações de medicamentos, ou seja, 9.995 medicamentos em dosagens, quantidades ou formas de utilização diferentes. Duas outras listagens relacionam os referidos 372 itens que poderão ser reajustados em até 2%, conforme prevê a Medida Provisória, mas somente a recomposição de seus preços nos valores de março. Para se ter uma idéia do que representa essa medida, existem medicamentos cujos preços serão reduzidos em até 55%.

A quarta lista da Anvisa relaciona os medicamentos livres do controle de preços governamental. São produtos que podem ser vendidos sem receita médica e que têm alta concorrência no mercado. Depreende-se, daí, que os remédios cujos preços o Governo está controlando são aqueles de maior necessidade para a população, muitos dos quais são de uso constante ou prolongado, e cujos preços são bastante elevados.

O reajuste dos preços de medicamentos, doravante, ocorrerá sempre no mês de março e, de acordo com as novas regras, só acontecerá a cada 12 meses. A correção anunciada pelo Ministério da Saúde, portanto, foi a última deste ano.

Essa medida vem aliviar em grande monta o sofrimento dos segmentos mais carentes do nosso povo e se reveste de maior importância quando se sabe que a rede pública, historicamente, tem sido incapaz de garantir o acesso da população a medicamentos para tratar doenças como, por exemplo, hipertensão e diabetes.

Essa, aliás, é uma das prioridades da política de saúde do Governo Federal: aumentar a oferta de medicamentos aos brasileiros. Para isso, o Ministério da Saúde tem estudado a adoção de medidas como o incremento da aquisição de remédios pelo Sistema Único de Saúde; uma solução para o problema do desabastecimento das unidades de saúde espalhadas por todo o País; e o estímulo ao desenvolvimento de novos medicamentos pelos institutos de pesquisa nacionais. Além disso, o Ministério da Saúde anunciou, no primeiro semestre, a intenção de duplicar o volume de recursos destinados à assistência farmacêutica, bem como a proposta de criar as chamadas “farmáci-

as populares”, para influenciar o mercado e garantir preços mais acessíveis à população.

O povo brasileiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, vive com muitas dificuldades. O trabalhador brasileiro, frequentemente, começa a trabalhar cedo, ajuda no sustento da família e, mesmo inserido no mercado de trabalho, na fase adulta, desfruta de pequeno poder aquisitivo.

Essas dificuldades são ainda maiores para a população idosa, que muitas vezes depende dos benefícios previdenciários para manter sua família e ao mesmo tempo para adquirir os medicamentos requeridos por uma saúde já debilitada. Assim, ao festejar a aprovação da MP nº 123, na forma do citado Projeto de Lei de Conversão, quero também congratular-me com o Governo Federal, e especialmente com o Ministro Humberto Costa, pelas medidas que vêm sendo tomadas na área da saúde, com destaque para a redução dos preços de numerosos medicamentos.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A GESTAÇÃO SE CONCLUIU

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levando ao pé da letra, hoje é dia comemorativo. E pega uma das muitas metáforas usadas pelo Presidente Lula, para quem um Governo levaria o mesmo tempo de uma gestação, nove meses, para o efetivo nascimento.

Esse é o tom do artigo de hoje do jornalista Clóvis Rossi, da **Folha de S. Paulo**, cujo teor solicito seja transcrito nos Anais do Senado da República.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Nasceu, presidente

SÃO PAULO – Se for para levar ao pé da letra as metáforas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então seu governo acaba de nascer. Já se foram nove meses desde a posse.

É verdade que o presidente insiste em que todos tenham paciência porque nascer não basta. Leva um tempo xis para andar e

para começar a falar. Ainda assim, seria de supor que o bebê tivesse uma cara definida, um DNA reconhecível, o joelho com forma de joelho e assim por diante.

Nada disso dá para dizer sobre o governo Lula. Ele próprio já afirmou que a política econômica em vigor não é a dos seus sonhos nem a dos sonhos do ministro Palocci. Como a política econômica condiciona todas as demais, fica-se sem saber, portanto, com que bebê sonham Lula e Palocci, seu principal ministro.

À primeira vista, o bebê recusa-se a deixar a posição fetal, como se estivesse se defendendo de algo, talvez da “herança maldita”.

O diabo é que, quanto mais tempo passa desde o fim do governo anterior, ela se torna menos herança e mais maldita.

O bebê não nasce virgem, para quem valoriza esse aspecto. Um dos seus muitos pais, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, admite, com a sem-cerimônia dos novos-ricos, que se pratica, sim, fisiologia na gestão petista. Ressalva que ela é “residual”. Então, tá. É como virgindade residual. A criança vem ao mundo no instante em que a “parentaiada” se envolve em uma discussão sobre como deveria ser a sua cara. Uns divergem fortemente dos que estão mais próximos da rica manjedoura em que nasceu o bebê e, por isso, são ameaçados de expulsão.

Outros divergem menos ruidosamente. Parecem preferir esperar que uma plástica precoce devolva ao bebê a fisionomia com a qual sonharam.

Tudo somado, dá para chamar o bebê de uma criança do PT? Só na propaganda de Duda Mendonça, mestre na arte de usar crianças no **marketing** político. Para quem vê de longe, parece apenas um bebê igual aos muitos que a República pariu.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste 30 de setembro, consagrado ao Dia Nacional da Secretária, não poderíamos deixar de prestar nossa homenagem a tão laboriosa e simpática categoria, de papel fundamental para o correto

funcionamento da complicada engrenagem das atividades do mundo moderno.

Os primeiros registros da profissão de secretária datam dos tempos dos faraós, sendo exercida pelo sexo masculino, na figura dos escribas.

Com a Revolução Industrial, volta a aparecer a função de secretário e, após duas guerras mundiais, por falta de mão-de-obra masculina, observa-se o surgimento da figura feminina bastante atuante na área, na Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, a mulher surge como secretária na década de 50. Nessa mesma época, houve a implantação de cursos voltados para a área, como, por exemplo, a datilografia e o técnico em secretariado.

Nas décadas de 60 e 70, vemos a expansão da profissão; mas, somente a partir dos anos 80, a categoria conseguiu, por meio de muita luta, a regulamentação de sua profissão, com a assinatura da Lei nº 7.377, de 30.09.1985.

Com a regulamentação, a classe ganha força, surgindo os sindicatos e associações de secretárias. Em 1988, foi criada a Fenassec – Federação Nacional de Secretárias e Secretários em Curitiba, Paraná. Entidade bastante atuante, aliás. Desde 1989, também já existe o Código de Ética Profissional, criado pela União dos Sindicatos.

A profissão mudou muito nesses últimos anos, a uma velocidade compatível com a sua realidade e a cultura nacional em termos de imagem profissional, valorização e respeito.

Ser Secretária hoje, é optar por uma profissão. É gostar do que se faz. É investir no crescimento e na harmonia pessoal e profissional. É ter consciência do seu importante papel de agente de mudança e da atuação como assessora e agente facilitador.

Que São Jerônimo, o Santo protetor das Secretárias, abençoe a todas as profissionais neste dia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Popular**, de Goiânia, publicou recentemente uma reportagem, assinada pela jornalista Cecília Aires e intitulada “Dinheiro curto para Goiás”, abordando a situação caótica em que se encontram as rodovias federais no nosso Estado. Mais do que isso, a jornalista demonstra o descaso com que o Estado de Goiás vem sendo tratado pelo Ministério dos Transportes ao longo dos últimos anos, quando as verbas orçamentárias destinadas ao setor de

transportes foram paulatinamente minguando, o que gerou um resultado facilmente previsível: o contínuo processo de deterioração das estradas.

O alerta da jornalista, Sr. Presidente, é semelhante à advertência que a bancada goiana vem fazendo nos últimos anos, sem, contudo, conseguir sensibilizar as autoridades federais. Diga-se, de passagem, que a reivindicação de abertura de novas estradas, de duplicação de algumas já existentes e de recuperação da maior parte da malha rodoviária federal no Estado não é uma atitude isolada da classe política, mas um clamor de toda a sociedade goiana.

Em sua matéria, a jornalista Cecília Aires destaca, preliminarmente, que o orçamento setorial elaborado pelo atual Governo para o exercício de 2004 é 22,7% menor que o orçamento do corrente ano, elaborado pelo Governo anterior.

“A cota para investimentos em Goiás no ano que vem é de 112 milhões e 800 mil reais, contra a idealizada pelo Governo anterior, de 144 milhões e 900 mil reais” – destacou a jornalista. “Os recursos federais têm caído ano a ano. Os 144 milhões e 900 mil reais já eram inferiores à dotação de 2002 (205 milhões de reais). Em três anos, a redução foi de 45,3%” – acrescentou.

Ela lembra, ainda, que a proposta orçamentária não prevê recursos para a duplicação de qualquer rodovia federal em Goiás, mas exclusivamente para a restauração e manutenção das rodovias. Por outro lado, o orçamento atual prevê recursos para a duplicação de trechos da BR-153, da BR-070 e da BR-080, mas as verbas foram contingenciadas pelo Ministério dos Transportes.

Ora, Sr. Presidente, ninguém ignora os riscos a que estão sujeitos aqueles que trafegam por rodovias de intenso movimento, especialmente quando seu estado de conservação é precário. Da mesma forma, ninguém ignora os prejuízos de ordem econômica ocasionados pela deterioração do pavimento asfáltico, pela sinalização deficiente, pela ausência de guarda-corpos ou de acostamentos.

Entidades especializadas, citadas em recente relatório do TCU, estimam que a precariedade das rodovias brasileiras aumenta em até 38% o custo operacional dos veículos, em 58% o consumo de combustíveis, em 20% o custo do frete e em até 100% o tempo das viagens.

O número de acidentes com vítimas nas estradas brasileiras é demonstrativo de uma verdadeira carnificina. O número de vítimas do trânsito caótico, do excesso de tráfego e da precariedade das estradas brasi-

leiras supera o das vítimas de muitos países que se encontram em guerra ou enfrentando conflitos.

No que concerne aos prejuízos, há de se levar em conta também o desperdício de mercadorias perecíveis. O aumento de até 20% no custo do frete é absurdo para um País como o nosso, que enfrenta grave e crônica crise econômica, e que escoar 62% de sua carga pelas rodovias. Em Goiás, essa questão assume uma dimensão ainda maior, por se tratar de um Estado de intensa atividade agrícola, que precisa de boas estradas para escoar sua grande produção.

Nessas condições, é absolutamente justa a reclamação da classe política, dos meios de comunicação, do empresariado, dos passageiros de ônibus e de outros segmentos da sociedade goiana. O descaso governamental fica patente quando se toma conhecimento de que as mudanças no orçamento, encaminhadas por emendas dos congressistas goianos e devidamente aprovadas, estão sendo ignoradas sistematicamente.

É justo, portanto, que a bancada goiana agora se mobilize, com o objetivo de lutar pela ampliação da malha rodoviária, pela duplicação das estradas saturadas e pela recuperação das vias deterioradas. Essas reivindicações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não representam qualquer privilégio, mas a mínima contrapartida do Governo Federal a um Estado que tem dado o melhor de si para aumentar a produção de alimentos, para incrementar as exportações, enfim, para gerar riquezas em benefício de todo o povo brasileiro.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

O Popular

Dinheiro curto para Goiás

Cecília Aires

O Orçamento da União para 2004 – o primeiro elaborado pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) –, é 22,7% menor do que a dotação de 2003, a última feita pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sem considerar a inflação do ano, que pode chegar a 8% até dezem-

bro. A cota para investimentos em Goiás no ano que vem é de R\$ 112,8 milhões, contra a idealizada pelo tucano, de R\$ 144,9 milhões. Os recursos federais destinados ao Estado têm caído ano a ano. Os R\$ 144,9 milhões de 2003 já eram 29,3% inferiores à dotação de 2002 (R\$ 205 milhões). Em três anos, a redução foi de 45,3%.

A proposta petista não prevê recursos para a duplicação de nenhuma rodovia federal em Goiás. Os recursos do Dnit (sucessor do DNER) são exclusivamente para restauração, conservação e manutenção das rodovias. "Vamos ter de corrigir a injustiça nas emendas de bancada que começam a ser apresentadas em 1º de outubro", afirma o deputado federal Pedro Chaves (PMDB), integrante da comissão especial que discute o orçamento antes de sua chegada ao plenário.

No orçamento em vigor há dotação de recursos para a duplicação da BR-153 (trechos Aparecida de Goiânia–Itumbiara e Anápolis–Brasília); BR-070 (Cocalzinho–Aragarças) e BR-080 (Uruaçu–Padre Bernardo). No entanto, as verbas foram contingenciadas (suspensas) pelo Ministério dos Transportes, após a posse de Lula. O chefe do Dnit em Goiás, Riumar dos Santos, confirma a liberação de R\$ 16,8 milhões este ano para as obras de duplicação da BR-153, no Contorno de Anápolis.

Curva descendente

O enxugamento das verbas é forte, e começou no ano passado, quando o orçamento entrou em curva descendente para reduzir os gastos públicos e produzir o superávit combinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em nenhum dos casos, não se levam em conta as mudanças aprovadas por emendas dos congressistas goianos.

Despesas para pagar salários dos servidores públicos federais que trabalham no Estado, bem como o custeio das repartições federais, são estipuladas à parte, em outras rubricas da peça orçamentária. No fim do ano será possível comprovar se as verbas para Goiás foram efetivamente liberadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordiná-

ria, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, as matérias constantes da pauta de hoje.

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 125, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 125, de 2003, que *institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador **Papaléo Paes**

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 126, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 126, de 2003, que *dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo*.

Relator revisor: Senador **Dalcídio Amaral**

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 127, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências*.

Relator revisor: Senador **César Borges**

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do
§ 1º do art. 64 da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 172, II, "d", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003 (nº 1.394/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e dá outras providências, tendo*

Parecer sob nº 1.293, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Roseana Sarney, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 835, de 2003, – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003 (nº 4.853/2001, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.239, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: **Senador Hélio Costa**.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 855, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2003 (nº 2.226/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

– 7 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 856, de 2003, art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.294, de 2003, Relator: Senador Pedro Simon), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total*

de cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiar parcialmente o Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS.

– 8 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO
DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 838, de 2003 – art. 336, III)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999 (nº 5.460/2001, naquela Casa), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

Instrução da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

(OS 18107/03)

**AGENDA
DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

1º-10-2003

Quarta-feira

- 10h30** – Socióloga Lindinalva Laurindo que, juntamente com o Doutor Paulo Roberto Teixeira, ex-coordenador do Programa Brasileiro de Aids, hoje na OMS, está organizando uma publicação sobre a História da Aids no Brasil
Presidência do Senado Federal
- 11h30** – Senhor Larry Chapman, Presidente da Direct TV para a América Latina
Presidência do Senado Federal
- 15h30** – Ordem do Dia
Plenário do Senado Federal

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas durante a 1ª Sessão Legislativa Ordinária 52ª Legislatura

(1º a 30 de setembro de 2003)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

**1 – APROVADA, NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO APRESENTADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
E ENVIADA À SANÇÃO:**

Total.....1

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 123, de 2003), que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Sessão: 09.9.2003

2 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total.....1

Medida Provisória nº 120, de 2003, *que altera o art. 16 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.*

Sessão: 12.8.2003

II - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	2
De iniciativa de Comissão Mista	1
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003 (nº 192/2003, na Casa de origem), que *institui o ano de 2004 como o “Ano da Mulher”*.

Sessão: 17.9.2003

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2002 (nº 7.491/2002, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que *altera a redação dos arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências*.

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2003 (nº 3.561/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Sessão: 23.9.2003

**III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À
CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

De iniciativa do Senado Federal.....	07
De iniciativa da Câmara dos Deputados...	03
Total.....	10

Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências*.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002, de autoria do Senador Tião Viana, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências"*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 10.9.2003

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2001 (nº 333/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*.

Sessão: 10.9.2003

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar (competência do Tribunal do Júri para crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, por militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios)*.

Sessão: 10.9.2003

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2002 (nº 3.468/2000, na Casa de origem), que *institui o ano de 2002 como "Ano do Educador" e dá outras providências*.

Sessão: 11.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera o art. 1º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, para obrigar o funcionamento de serviços de saúde existentes nas regiões afetadas, nos fins de semana durante a vigência de epidemias.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 16.9.2003

Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como 1º signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o "caput" do art. 37 da Constituição Federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a Administração Pública, o da razoabilidade)*.

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”*.

Sessão: 17.9.2003

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que *proíbe a inversão da ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível*.

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002, de autoria do Senador Vasco Furlan, que *institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 19.9.2003

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados...	48
De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	49

Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2002 (nº 1.366/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Beneficente e Comunitária de Vargem Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 667, de 2002 (nº 1.904/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Estreito-MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estreito, Estado do Maranhão*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2003 (nº 2.051/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2003 (nº 2.167/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Beira Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2003 (nº 2.194/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Bom Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2003 (nº 2.218/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2003 (nº 1.909/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio AM Banda 1 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2003 (nº 1.971/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à WRT-Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambé, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2003 (nº 2.034/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Nova Cabreúva Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2003 (nº 2.248/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2003 (nº 1.532/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra – FTCDCa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alhandra, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2003 (nº 1.705/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada – Ascodecal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2003 (nº 1.787/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2003 (nº 2.003/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Alto do Aricanga-ES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiaraçu, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2003 (nº 2.059/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para Comunicação de Pinheiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2003 (nº 1.963/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2003 (nº 2.291/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2003 (nº 2.331/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2003 (nº 2.415/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Ricardo Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.09.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2003 (nº 2.139/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2003 (nº 2.381/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2003 (nº 2.322/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Duarte Coelho FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2003 (nº 2.324/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV e Rádio Jornal do Comércio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2003 (nº 2.504/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2003 (nº 2.804/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Costa do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2003 (nº 3.263/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – Assopra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.9.2003

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2002** (nº 1.756/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Amigos de Saracuruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 734, de 2002 (nº 1.959/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio à Escola - Colégio Estadual Ary Parreiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lage do Muriaé, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2003 (nº 2.171/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Armação de Búzios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Armação de Búzios, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Resolução nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997 (para permitir que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida Resolução, por ativos que preservem a recomposição integral dos saldos financeiros dessas contas).*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2003 (nº 1.060/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradução entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2003 (nº 951/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2003 (nº 1.663/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias, celebrado em Santiago do Chile, em 3 de abril de 2001.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2003 (nº 1.840/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto dos Estatutos e Regulamentos do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, adotado na cidade do Panamá, em julho de 2000.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2003 (nº 2.307/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Provimento de Capacidade Espacial, celebrado no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2001.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2003 (nº 2.309/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2003 (nº 2.311/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Assistência aos Nacionais de cada uma das Partes que se encontrem em Território de Estados nos quais não haja Representação Diplomática ou Consular de seus Respectivos Países, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.*

Sessão: 10.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2003 (nº 1.751/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2003 (nº 1.770/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2003 (nº 1.907/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à EBC – Empresa Baurense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.9.2003.

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2003 (nº 1.698/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Freqüencial – Empreendimentos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2003 (nº 1.688/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2003 (nº 2.058/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poções, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2003 (nº 2.850/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Excelsior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2003 (nº 2.394/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à RGJ - Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2003 (nº 2.260/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2003 (nº 2.281/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muritinga do Sul, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2003 (nº 2.386/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2003 (nº 2.418/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Francisco Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.9.2003

V – MENSAGENS RELATIVAS À ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total.....03

Mensagem nº 117, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Sessão: 10.9.2003

Mensagem nº 153, de 2003 (nº 346/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Sessão: 17.9.2003

Mensagem nº 154, de 2003 (nº 355/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marco César Meira Naslausky, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

Sessão: 17.9.2003

VI – MENSAGENS RELATIVAS À ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total.....03

Parecer nº 1.034, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 150, de 2003 (nº 338/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene.

Sessão: 10.9.2003

Parecer nº 1.231, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 159, de 2003 (nº 372/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Sessão: 17.9.2003

Parecer nº 1.232, de 2003, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 177, de 2003 (nº 421/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Sessão: 17.9.2003

VII - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

Total..... 03

Requerimento nº 626, de 2003, do Senador Hélio Costa, *solicitando seja encaminhado voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres, de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses.*

Sessão: 09.9.2003

Requerimento nº 724, de 2003, do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, *propondo à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto em 19 de agosto último, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.*

Sessão: 10.9.2003

Requerimento nº 487, de 2003, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a inserção em ata de voto de homenagem pela passagem do 95º aniversário natalício do Dr. Salvador Allende, Presidente Constitucional do Chile, eleito por voto popular em 4 de setembro de 1970.

Sessão: 17.9.2003

VIII - REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total.....	2
------------	---

Requerimento nº 686, de 2003, dos Senadores José Sarney e Tião Viana, solicitando a criação de Comissão Temporária Interna, composta de cinco membros, sendo um integrante da Mesa, para, no prazo de trinta dias, consolidar os Projetos de Resolução do Senado em tramitação que alteram o Regimento Interno da Casa.

Sessão: 10.9.2003

Requerimento nº 800, de 2003, do Senador João Capiberibe e outros, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por um representante de cada partido com assento nesta Casa, com o objetivo de examinar, *in loco*, as condições em que estão detidos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que menciona.

Sessão: 17.9.2003

IX - REQUERIMENTO DE AUDITORIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Total.....	01
------------	----

Requerimento nº 806, de 2003, do Senador Pedro Simon, *solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria sobre as contas relativas ao Orçamento da Seguridade Social.*

Sessão: 17.9.2003

X – MATÉRIAS PREJUDICADAS:

De iniciativa do Senado Federal.....	01
De iniciativa da Câmara dos Deputados...	01
Total.....	02

Projeto de Lei do Senado nº 581, de 1999 – Complementar, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que *dá nova redação ao § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito*

Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1999 – Complementar, com o qual tramitava em conjunto).

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001 (nº 1.016/95, na Câmara dos Deputados), *que dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde.*

Sessão: 17.9.2003

XI - MATÉRIAS REJEITADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

Do Senado Federal	03
Total.....	03

Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Paulo Octávio, *que vincula recursos para a seguridade social.*

(nos termos do art. 254, do Regimento Interno)

Sessão: 05.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2000-Complementar, de autoria do Senador Roberto Saturnino, *que cria o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação, modificando a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989 (nos termos do art. 254, do Regimento Interno).*

(nos termos do art. 254, do Regimento Interno)

Sessão: 11.9.2003

Requerimento nº 408, de 2003, do Senador Valdir Raupp, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os fluxos de empréstimos e captações dos principais tomadores da dívida externa do setor privado brasileiro.

Sessão: 18.9.2003

XII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total.....04

Requerimento nº 762, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *requer, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Doutor José Viegas Filho, para expor e debater, no plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no dia 22 de agosto de 2003, na Base de Alcântara, no Maranhão, que levou à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, e o andamento das apurações.*

(Retirado pelo Requerimento nº 767, de 2003)

Sessão: 03.9.2003

Requerimento nº 763, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *requer, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Doutor Roberto Amaral, para expor e debater, no plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no dia 22 de agosto de 2003, na Base de Alcântara, no Maranhão, que levou à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, e o andamento das apurações.*

(Retirado pelo Requerimento nº 768, de 2003)

Sessão: 03.9.2003

Mensagem nº 76, de 2003 (nº 114/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

(Retirada pela Mensagem nº 189, de 2003, do Presidente da República)

Sessão: 17.9.2003

Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *acrescenta o inciso IX ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do Sistema Financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências), para prever o tráfico internacional de mulheres e crianças como crimes pressuposto do crime de lavagem de dinheiro.*

Sessão: 17.9.2003

XIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	33
Total.....	33

Requerimento nº 753, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de louvor ao Conselho Federal de Educação Física pela comemoração do Dia do Profissional de Educação Física no dia 1º de setembro de 2003.*

Sessão: 1º.9.2003

Requerimento nº 766, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de regozijo pelo restabelecimento da saúde de Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias/RJ.*

Sessão: 03.9.2003

Requerimento nº 769, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal Amazonas em Tempo, de Manaus, pelo transcurso de seu 16º aniversário de criação.*

Sessão: 05.9.2003

Requerimento nº 780, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso pelo acordo entre a VARIG e a RICO Linhas Aéreas, permitindo a ampliação de rotas na Região Amazônica.*

Sessão: 08.9.2003

Requerimento nº 781, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense e à repórter Conceição Freitas, pela reportagem envolvendo o assassinato da menor Ana Lúcia.*

Sessão: 08.9.2003

Requerimento nº 785, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações para a professora Marilena Chauí, que em 20 de junho passado foi agraciada com o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Paris.*

Sessão: 08.9.2003

Requerimento nº 788, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de congratulações pela posse dos Senhores Erony da Silva, Manuel Bravo Saramago e Belisário Antônio de Lacerda, como Desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.*

Sessão: 09.9.2003

Requerimento nº 791, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do Dia da Amazônia e pela iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco em favor da preservação ambiental.*

Sessão: 09.9.2003

Requerimento nº 799, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Cláudio Duarte Ribeiro, ocorrido no Rio de Janeiro.*

Sessão: 11.9.2003

- Requerimento nº 801, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, *solicitando homenagens ao Presidente Juscelino Kubitschek pela passagem de seu 101º aniversário natalício.*

Sessão: 11.9.2003

Requerimento nº 802, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando voto de aplauso ao Presidente da República pela edição de Decreto de 1º de setembro de 2003, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial.*

Sessão: 11.9.2003

Requerimento nº 814, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador Ruy Neves Pinheiro de Vasconcelos, ocorrido em Tunis, em 07.09.2003.*

Sessão: 16.9.2003

Requerimento nº 816, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, pelo primeiro clone bovino brasileiro, feito a partir de células de um animal adulto morto.*

Sessão: 16.9.2003

Requerimento nº 817, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos cientistas brasileiros que mapearam o parasita da esquistossoma, num grande feito da ciência nacional, abrindo caminho para a produção de vacina contra a doença.*

Sessão: 16.9.2003

Requerimento nº 820, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de aplauso à direção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai e aos alunos premiados com certificação de excelência, integrantes da equipe brasileira que esteve em Saint Galen – Suíça, no período de 19 a 22 de junho deste ano, participando da 37ª WorldSkills Competition, a*

Olimpíada Mundial do Ensino Profissionalizante, realizada a cada dois anos, desde 1950.

Sessão: 16.9.2003

Requerimento nº 836, de 2003, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando voto de homenagem ao Supremo Tribunal Federal pela comemoração do 175º aniversário da lei que criou aquela Corte.

Sessão: 18.9.2003

Requerimento nº 845, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista Andréa Carta, Diretor da Revista Vogue e editor da Revista Carta Editorial.

Sessão: 19.9.2003

Requerimento nº 846, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Presidente do Senado Federal, pelo tom altamente positivo de seu discurso na solenidade comemorativa do 175º aniversário do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 19.9.2003

Requerimento nº 848, de 2003, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Risoleta Neves, viúva do saudoso Presidente Tancredo Neves, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21 de setembro de 2003.

Sessão: 22.9.2003

Requerimento nº 849, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Risoleta Neves, viúva do saudoso Presidente Tancredo Neves, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21 de setembro de 2003.

Sessão: 22.9.2003

Requerimento nº 850, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, perante o Papa João Paulo II, depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil.

Sessão: 22.9.2003

Requerimento nº 853, de 2003, de autoria dos Senadores Gerson Camata e João Batista Motta, solicitando voto de congratulações ao jornal **A Gazeta**, de Vitória-ES, pelos 75 anos de fundação.

Sessão: 23.9.2003

Requerimento nº 857, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento, em 19 de setembro do corrente ano, do ex-deputado Estadual Ângelo José Varela, do Rio Grande do Norte.

Sessão: 23.9.2003

Requerimento nº 860, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela Filho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Brásilete Ramos Caiado, em Goiás.

Sessão: 23.9.2003

Requerimento nº 861, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cícero Cardoso Villas Boas, ocorrido no dia 18 de setembro de 2003, em Salvador.

Sessão: 23.9.2003

Requerimento nº 865, de 2003, de autoria do Senador Papaleo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, ex-reitor da Universidade Federal de Goiás.

Sessão: 25.9.2003

Requerimento nº 869, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina e ao Governo da Nigéria, por intermédio da Embaixada em Brasília, pela sentença que anulou a condenação de Amina Lawal à morte por apedrejamento.

Sessão: 26.9.2003

Requerimento nº 870, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Carmolândia/TO, Sr. Severino Gois Holanda, ocorrido no dia 27 de setembro de 2003.

Sessão: 29.9.2003

Requerimento nº 871, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Jaru/RO, Sr. Sidney Rodrigues Guerra.

Sessão: 29.9.2003

Requerimento nº 872, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário Pedro Conde.

Sessão: 29.9.2003

Requerimento nº 873, de 2003, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso ao jovem atleta brasileiro Alfredo Marchetti, fenômeno das piscinas aos 9 anos de idade e invicto em 66

torneios, pela conquista do troféu de melhor atleta mundial de Natação, na sua categoria, disputado recentemente no Aquatic Center de Nova Iorque, bem como por exemplo postura de brasilidade.

Sessão: 30.9.2003

Requerimento nº 875, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do professor e ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Jerônimo Geraldo de Queiroz .

Sessão: 30.9.2003

Requerimento nº 878, de 2003, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, solicitando seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jakson de Barros Villa, insigne cidadão Roraimense.

Sessão: 30.9.2003

XIV - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZOS DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....03

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 125, de 2003, que *institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 26.9.2003, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 126, de 2003, que *dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.*

(publicado no Diário Oficial da União de 26.9.2003, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 127, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 30.9.2003, seção I)

XV – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS

Total.....02

Requerimento nº 765, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar os procedimentos em prática em órgãos públicos, como os adotados no Instituto Nacional de Câncer (referência nacional no tratamento de Câncer), na Fundação Nacional de Saúde e na ANVISA.*

Sessão: 03.9.2003

Requerimento nº 859, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de apurar as denúncias relacionadas ao direcionamento das licitações ocorridas no Governo FHC para a empresa americana “Hypercom”, para distribuição de cartões magnéticos aos usuários e instalação de um sistema de informatização das operações dos SUS.*

Sessão: 23.9.2003

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de setembro de 2003)
Deliberativas ordinárias 13
Não deliberativas 09
Total 22

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 30 de setembro de 2003)

MATÉRIAS APROVADAS.....	76
I – Medidas Provisórias aprovadas	2
1 – aprovadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado na Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção	1
2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	1
II - Projetos aprovados e enviados à sanção	3
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	10
1 - Em decisão terminativa.....	04
1.1 - Projeto de Lei do Senado	04
2 - Por decisão de Plenário.....	06
2.1 - Do Senado Federal	03
2.2 – Da Câmara dos Deputados	03
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	49
1 - Concessões de telecomunicações.....	40
2 – Acordos Internacionais.....	08
3- Operações de crédito.....	01
V – Escolha de Embaixadores	03
VI – Escolha de Autoridades	03
VII - Requerimentos de Voto de aplauso, censura ou semelhante	03
VIII– Requerimentos de criação de Comissão Temporária.....	02
IX– Requerimentos de auditoria pelo Tribunal de Contas da União	01
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	08
X - Matérias prejudicadas	02
XI- Matérias rejeitadas.....	02
XII – Matérias retiradas pelos autores	04
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	84
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	03
REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDO	02

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2003

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (17 de fevereiro a 30 de setembro de 2003)

Deliberativas Ordinárias	81
Deliberativas Extraordinárias	02
Não Deliberativas	67
Reuniões.....	04
Especial.....	02

Total 156

MATÉRIAS APROVADAS.....905

I – Medidas Provisórias aprovadas 48

1 – Aprovada, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 14

2 – aprovadas, convertidas em Projeto de Lei de Conversão pelo Senado, e enviadas à sanção 01

3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 25

4 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados... 08

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 29

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 74

1 - Em decisão terminativa.....33

1.1 - Projeto de Lei do Senado Federal..33

2 - Por decisão de Plenário.....41

2.1 - Do Senado Federal 29

2.2 – Da Câmara dos Deputados 12

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação..... 664

1 - Concessões de telecomunicações..... 629

2 - Acordos Internacionais 22

3 - Operações de crédito 12

4 – Criação de Grupo Parlamentar 01

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática	33
VI – Mensagens relativas à escolha de Autoridades.....	27
VII - Requerimento de informações sigilosas.....	04
VIII - Pareceres aprovados pelo Plenário	04
IX - Requerimentos de voto de aplauso, censura ou semelhante.....	17
X - Requerimentos de voto de Repúdio	01
XI – Criação de Comissão Temporária.....	03
XII – Requerimento de auditoria do Tribunal de Contas da União	01
 MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	100
X – Matéria impugnada nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno.	01
XI - Matérias prejudicadas	28
XII - Matérias rejeitadas	39
XIII - Matérias retiradas pelos autores	32
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	1005
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	29
 REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	06

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. S/Nº/SF	Senhor Francisco Bione Gomes Duarte – Rua João Ribeiro, 874, Bairro Novo – Olinda – PE	Em atenção à solicitação datada de 30/07/2003, encaminha cópia da pesquisa realizada, pela Subsecretaria de Anais.
Of. S/Nº/SF	Senhor Chinda Chareonpun – Deputy Secretary General for Secretary General – Secretariat of the house of Representatives – U-Thong Nai road, Bangkok 10300 - Thailand	Em atenção ao Of. nº 10/413, datado de 18/08/2003, encaminha a publicação “O Senado na História do Brasil”, bem como 14 cartões postais, contendo imagens do Senado Federal.
Of. SGM/Nº 496/2003	Senhor Guilherme Cassel – Secretário-Executivo do Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário	Com referência ao Of. SE/nº 933/2003, do dia 20/09/2003, esclarece que o RQS nº 44/2003, objeto do Of. 196-SF, de 18/03/2003, foi aprovado pela Mesa do Senado Federal, que encaminhou o pedido de informações ao Ministério com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.
Of. SGM/Nº 506/2003	Senhora Elenita Amélia G. Caiado de Acioli – Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social – Procuradoria-Geral da República – Brasília - DF	Encaminhando cópias dos documentos encontrados no acervo da Subsecretaria de Arquivo, relativos às obras situadas na jurisdição da Procuradoria da República do Município de Criciúma/SC, relacionadas no Relatório Final da Comissão Temporária de obras Inacabadas do Senado Federal.

Of. SGM/Nº 541/2003	Senhor Jorge Cassimiro – Chefe da Seção de Recuperação de Acórdãos – Supremo Tribunal Federal	Solicitação da SGM, de cópia do Relatório e Votos proferidos conforme relação: ADIMC 1659/DF, ADIMC 1204/DF, ADIMC 1417/DF, ADInMC 221- 0/DF, ADInMC 1207-0/DF, e ADIn 162/SF.
Of. SGM nº 566/2003	Senhor Delegado Rodrigo Duarte Guimarães – Delegacia da Polícia Federal no Distrito Federal – SAIS, Q. 7, Lote 23 – Setor Policial Sul – 72.910-200 – Brasília-DF	Com referência à solicitação contida no Of. nº 1.933/2003- CART/SR/DPF/DF, datado de 29/08/2003, recebido na Secretaria-Geral da Mesa, no dia 04/09/2003, informa que após pesquisa nos acervos da CPI destinada a apurar a atuação irregular de Organizações Não- Governamentais – ONG’S, criada pelo RQS nº 22/2001, e da CPI para apurar denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil, que teve origem no RQS nº 185/95, não foram localizadas denúncias feitas pelo Senhor Carlos Alberto da Costa Braga, Coordenador da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil. Informa, ainda, que a título de colaboração, houve contato com o Diretor de Comissões da Câmara dos Deputados, que informou, via telefone, não haver encontrado registro sobre denúncia de autoria do Senhor Carlos Alberto da Costa Braga.
Of. nº 1.515/2003 - PRESID.	Deputados Luiz Carlos Hauly e Eduardo Sciarra – Presidente e Relator da Comissão Especial da PEC 544/2002 – Câmara dos Deputados	Correspondência do dia 04/09/2003, por meio da qual consultaram sobre o entendimento de que não seria necessário o retorno ao Senado Federal da Proposta de Emenda à Constituição nº 544/2002 (nº 29/2001, naquela Casa), na hipótese de ser suprimida a parte final do § 12 do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela referida proposição.
Of. nº 1.517/2003 - PRESID.	Senhor Cláudio Lemos Fonteles – Procurador-Geral da República – Ministério Público da União	Encaminhando Parecer nº 1.188/2003, publicado no Diário do Senado Federal de 03/09/2003, onde consta recomendação a esse Ministério Público.

Comissão de Assuntos Econômicos
Relatório de Atividades
Setembro – 2003

Reuniões Convocadas e Realizadas na 1ª Sessão Legislativa
Ordinária da 52ª Legislatura

Reuniões Realizadas

Ordinárias	4
Extraordinárias	1
Conjuntas	1
Total	6

Pareceres Apreciados - 2003
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

MSF	SET
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	2
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	
INDICANDO AUTORIDADES	2
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	4

PLC	SET
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	
TOTAL	1

PLS NÃO TERMINATIVO	SET
PELA APROVAÇÃO	
PELA REJEIÇÃO	
REMESSA À CCJ	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	2
PELA PREJUDICIALIDADE	
APROVADO COM EMENDA	1
TOTAL	3

PLS TERMINATIVO	SET
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	
REMESSA À CCJ	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	
PELA PREJUDICIALIDADE	
APROVADO COM EMENDA	1
TOTAL	2

OFS	SET
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	
TOTAL	1

PRS	SET
PELA APROVAÇÃO	
PELA REJEIÇÃO	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	1
TOTAL	1

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
04/09/2003	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DOS Srs. CARLOS WILSON ROCHA DE QUEIROZ CAMPOS, PRESIDENTE DA INFRAERO, ALFREDO MAISTER, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO REGIONAL-ABETAR, E DO MAJOR BRIG. DO AR WASHINGTON CARLOS DE CAMPOS MACHADO, DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL-DAC, A FIM DE DISCORRER SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DA AVIAÇÃO REGIONAL NO PAÍS, E OS PLANOS DA INFRAERO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA AÉREA DO PAÍS, SITUAÇÃO DOS AEROPORTOS BRASILEIROS E PLANOS PARA EFETIVAÇÃO DO USO DO AEROPORTO DE CONFIN, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 18-CAE, DE 2003 E Nº 02/03 DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, AMBOS DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO AZEREDO.
16/09/2003	MSF Nº 159/2003 - Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômico - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.
30/09/2003	MSF Nº 199/2003 - Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ALEXANDRE SCHWARTSMAN para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA
(DE 03 MARÇO A 30 DE SETEMBRO DE 2003)

REUNIÕES CONVOCADAS..... 20
 REUNIÕES REALIZADAS20
 TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS.....20

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2003
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
APROVADOS										
REJEITADOS			1							1
TOTAL			1							1

[illegible]

[illegible]

(REQ.) REQUERIMENTO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	5	1	1	2	2	7				18
PELA REJEIÇÃO										
TOTAL	5	1	1	2	2	7				18

INDICAÇÕES, DIVERSOS, AVISOS E MENSAGENS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO		5	1			2				8
PELA REJEIÇÃO										
PELO ARQUIVAMENTO	1									1
TOTAL / MÊS	1	5	1			2				9

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2003
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	2		1		2	2				7
PELA REJEIÇÃO			2							2
POR AUDIÊNCIA À CCJ										
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS										
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS										
PELO ARQUIVAMENTO	1									1
TOTAL GERAL	3		3		2	2				10

20ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003, Terça-feira, às 10:00 horas.

7ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS FINANCEIROS, QUE AS EMPRESAS GESTORAS DOS METRÔS DE DIVERSAS CAPITAIS NO PAÍS ESTÃO ENFRENTANDO.

AUTORES DOS REQUERIMENTOS: SENADORES JOSÉ JORGE, CÉSAR BORGES E MAGNO MALTA.

AUTORIDADES E CONVIDADOS

- 1) **DRA. ERMÍNIA MARICATO** - SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES;
- 2) **DR. ANTÔNIO IMBASSAHY** - PREFEITO DE SALVADOR;
- 3) **DR. FERNANDO DUEIRE** - SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO;
- 4) **DR. RICARDO MENDANHA LADEIRA** - REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE;

5) DEPUTADO ESTADUAL CÉLIO MOREIRA - PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO
MÊTRO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS
GERAIS.

RESULTADO: AUDIÊNCIA REALIZADA

CEL SO ANTONY PARENTE
SECRETARIO DA CI

RELATÓRIO

SETEMBRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2003****SETEMBRO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....06

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....06

Total de Proposições Apreciadas.....183

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	01
TOTAL	05

REQUERIMENTO (REQ)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	01
TOTAL	05

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	02
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

EMENDA DE PLENÁRIO	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

AVISO (AVS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	162
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	162

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	05
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	06

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS

MARÇO/SETEMBRO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....35
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....35
 Reuniões Realizadas na Conv. Extraordinária...02

PARECERES	PDS	PLC	PLS(I)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	INS(NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	652	09	12	-	03	17	02	02	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-	01	05	02	01	-	-	-	01	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	01	-	01	-	03	-	-	-	-	-
TOTAL	652	11	17	03	04	20	02	02	01	-	-

TOTAL GERAL: 712

Incluídas as matérias apreciadas na Convocação Extraordinária em Julho de 2003

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2003

SETEMBRO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Reuniões Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	00

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS EM 2003**

ABRIL/SETEMBRO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....	02
Reuniões Ordinárias Realizadas.....	02
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	06
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	06
Total de Reuniões Realizadas.....	08
Total de Proposições Apreciadas.....	08

REQUERIMENTOS	ABRIL/SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	08
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CC-J	-
TOTAL	08

TOTAL GERAL: 08

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4846 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016533/03-8,

RESOLVE dispensar a servidora DENISE PITREZ DE PITREZ, matrícula 4298, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Magno Malta, a partir de 17 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4847 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 016989/03-1,

RESOLVE dispensar a servidora GLAUCENI NUNES DE SOUSA HOFFMANN, matrícula 4785, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Magno Malta, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 25 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4848, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016666/03-8,

RESOLVE dispensar a servidora ALINE BOKEL SCHOELLKOPF PINTO, matrícula 4204, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sibá Machado, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Patrícia Saboia Gomes, a partir de 19 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4849, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016477/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora SILVANE MARIA OLIVEIRA DE ALMEIDA, matrícula 5140, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 19 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4850 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016303/03-2,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO RICARDO MALTA DE AZEVEDO, matrícula 5164, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissões, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, a partir de 12 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4851 . DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 017083/03-6,

RESOLVE designar o servidor LUIZ CARLOS BARROSO COUTO, matrícula 3448, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-6, da Secretaria de Fiscalização e Controle, a partir de 29 de setembro de 2003.

Senado Federal, 30 de setembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4852 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016854/03-9,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO BANDEIRA DE MELO FILHO, matrícula 2688, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Revisão e Controle Editorial da Subsecretaria de Anais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Indexação do mesmo Órgão, a partir de 23 de setembro de 2003.

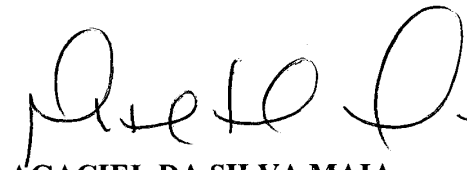
Senado Federal, 30 de setembro de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4853 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015439/03-8,

RESOLVE designar o servidor VALMIR DA SILVA, matrícula 1355, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Paim, a partir de 15 de julho de 2003.

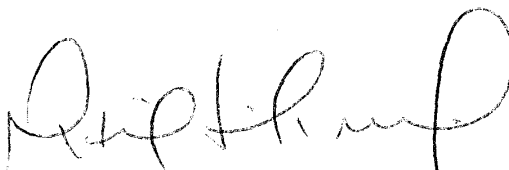
Senado Federal, 30 de setembro de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4854 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001361/03-1, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **MARIA SEBASTIANA DE MELO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 30, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos do artigo 8º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b” da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea “a” da Lei nº 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de setembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4855 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 16.609/03-4.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **PAULO FONTENELE E SILVA**, Consultor de Orçamentos, Área 10, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 8º, incisos I e II, § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b" da Emenda Constitucional nº 20/98, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de setembro de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Renildo Santana
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)****Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)****Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)****Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)****Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Subcomissão Permanente de Proteção dos
Cidadãos Brasileiros no Exterior

PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: (VAGO) ¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca (PDT) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹, PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

Notas:

(atualizada em 25.09.2003)

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ O Senador **Juvêncio da Fonseca** desligou-se do PMDB e filiou-se ao PDT em 11.9.2003, conforme ofício lido na Sessão do SF dessa data.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18. 9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 10.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMA
(Vago) ⁸		
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁷	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLAVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS